



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Câmpus – São Borja

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO GEOGRAFIA – LICENCIATURA EAD

SÃO BORJA
MAIO, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO GEOGRAFIA LICENCIATURA UAB

- ♣ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Coordenador UAB: Caroline Ferreira Mainardi
- ♣ Diretor do Câmpus: Valmor Rhoden
- ♣ Coordenador Acadêmico: Thiago Sampaio
- ♣ Coordenador Administrativo: Gustavo de Carvalho Luiz
- ♣ Coordenadora pró-tempore do Curso: Nola Patrícia Gamalho.
- ♣ Núcleo Docente Estruturante: Será composto a partir da constituição da comissão de curso e editais de seleção.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	65
Quadro 2: Matriz Curricular do Curso (EaD)	66
Quadro 3: Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso....	76
Quadro 4: Atividades Complementares de Graduação	79
Quadro 5: Atividades Curriculares de Extensão.....	93
Quadro 6: ACEVs.....	96
Quadro 7: Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)	227

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO.....	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.1 Contextualização da Unipampa.....	13
1.2 Contexto da inserção regional do câmpus e do Curso	19
1.2.1 Contexto dos municípios sede dos polos da inserção da UNIPAMPA	20
1.3 Concepção do Curso.....	22
1.3.1 Pressupostos legais e normativos	26
1.3.2 Justificativa	32
1.3.3 Histórico do Curso	38
1.4 Apresentação do Curso.....	38
1.4.1 Administração do câmpus São Borja	38
1.4.2 Funcionamento do Curso	40
1.4.3 Carga horária e respectiva distribuição no curso	40
1.4.4 Atividades presenciais	41
1.4.5 Formas de Ingresso	43
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	46
2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso	46
2.1.1 Políticas de Ensino	46
2.1.2 Políticas de Pesquisa	48
2.1.3 Políticas de Extensão	51
2.2 Objetivos do Curso.....	55
2.2.1 Objetivos Geral	55
2.2.2 Objetivos Específicos:	56
2.3 Perfil do Egresso	57
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	59
2.3.2 Habilidades e Competências	59
2.4 Organização Curricular.....	62

2.4.1 Requisitos para integralização curricular	63
2.4.2 Matriz curricular	65
2.4.3 Abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)	72
2.4.4 Flexibilização Curricular	74
2.4.5 Migração curricular e equivalências	85
2.4.6 Prática como Componente Curricular	85
2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	87
2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso	92
2.5 Metodologias de Ensino	96
2.5.1 Interdisciplinaridade	102
2.5.2 Práticas Inovadoras	103
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	104
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem	107
2.6 Avaliação da aprendizagem	110
2.7 Apoio ao discente	114
2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa	120
2.8.1 Auto-avaliação do curso	122
2.8.2 Acompanhamento de egresso	123
3 EMENTÁRIO	124
4 GESTÃO	215
4.1 Recursos humanos	216
4.1.1 Comissão e Coordenação de Curso	216
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	219
4.1.3 Comissão do Curso	219
4.1.4 Corpo docente	220
4.1.5 Tutoria	220
4.2 Recursos de infraestrutura	222
4.2.1 Infraestrutura da Sede	222
4.2.2 Infraestrutura dos polos	222
4.2.3 Espaços de trabalho	223

4.2.4 Biblioteca	224
4.2.5 Laboratórios	228
REFERÊNCIAS.....	229
APÊNDICES	241
APÊNDICE A: Regulamento de inserção da extensão	242
Apendice B- REGIMENTO DO NDE DE GEOGRAFIA LICENCIATURA EAD- UNIPAMPA.....	248
APÊNDICE C- FORMULÁRIO DE Pesquisa com os discentes.....	251
APÊNDICE D – Pesquisa com os Tutores	264
APÊNDICE E -ESTÁGIOS.....	272

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Índice Geral de Cursos (IGC): 4 (2021)
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS NOME DO CÂMPUS

- ♣ Endereço: Rua Monsenhor Patrício Petit Jean, 3295
- ♣ Cidade: São Borja
- ♣ CEP: 97670000
- ♣ Fone: +55 34309850
- ♣ E-mail: saoborja@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://unipampa.edu.br/saoborja/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: Ciências Humanas
- ♣ Nome do curso: Geografia Licenciatura EAD
- ♣ Grau: Licenciatura
- ♣ Código e-MEC: 1427496
- ♣ Titulação: Licenciado em Geografia
- ♣ Integralização: 8 semestres
- ♣ Carga horária total: 3300 horas
- ♣ Periodicidade: semestral
- ♣ Número de vagas (pretendidas ou autorizadas): 150

- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e demais formas de ingresso previstas no PPC
- ♣ Data de início do funcionamento do Curso:2023/02
- ♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Reconhecimento do curso em 2022- e-mec 202003571.
- ♣ Página web do curso: (<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/geografia/>)

APRESENTAÇÃO

A importância da Educação enquanto processo formativo e transformador na vida dos seres humanos é inegável, nesse sentido justifica-se a expansão da rede de universidades públicas com cursos de formação de docentes, bem como novas vagas e políticas de melhoria da qualidade de ensino. No entanto, ressalva-se não ser suficiente a oferta de curso de habilitação e formação. Urge a necessidade do comprometimento com a qualidade de ensino e com a valorização do docente tanto por parte dos órgãos governamentais como por parte das instituições formadoras, das redes de ensino básico (públicas e privadas) e da própria sociedade.

No Brasil, é possível observar nas últimas décadas, o propósito da efetivação de uma política nacional para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, a qual busca, através de ações como programas de incentivo às Licenciaturas, como PIBID, PRODOCÊNCIA, PARFOR, além da criação dos Fóruns das Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior Públicas e os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, promover a expansão de cursos de formação de professores para atuar na Educação Básica, bem como proporcionar meios que possibilitem a formação continuada desses professores, conforme aponta Decreto 8.752/16. Esses fóruns buscam discutir, de modo participativo, entre agentes da educação e representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, questões que tangem a formação inicial e continuada de professores, bem como aspectos que permeiam a prática pedagógica docente. Além da atenção dedicada à formação docente, observa-se a orientação e os investimentos à realização de pesquisas no âmbito educacional, especialmente aquelas que buscam mapear o perfil, as demandas e os processos de formação do professor da Educação Básica, buscando com tais informações estabelecer com as universidades e as redes de ensino básico, propostas de criação de cursos de licenciatura plena, formação continuada do professorado e de melhorias dos recursos de infraestrutura, envolvendo espaços físicos e materiais requeridos pelos sistemas de ensino.

Outra orientação pertinente às políticas de educação está direcionada à construção e ao desenvolvimento de propostas pedagógicas interdisciplinares, por parte das

Instituições de Ensino e dos docentes, que visam os processos de ensino e de aprendizagem, de forma significativa, fundamentados nos princípios éticos, humanos, de justiça e de sustentabilidade social, objetivando preparar o sujeito para atuar de forma crítica e esclarecida, em um contexto permeado por constantes transformações sociais, culturais, políticas, científicas e tecnológicas.

Tais ações governamentais e de entidades científicas nacionais têm por propósito superar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica não possuem curso de Licenciatura, de graduação plena, representando, desse modo, demandas por cursos de formação inicial e continuada aos sistemas de ensino competentes.

Portanto, a partir da atual realidade e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); e as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 02/2019). Os governos vêm intervindo nessa questão com tentativas que possibilitem que os professores prossigam nos seus estudos, através do ingresso em cursos de Licenciatura, presenciais ou na modalidade a distância, de modo a garantir a qualidade da Educação Básica brasileira e uma formação específica para nela atuar plenamente. De igual modo, se reconhece a importância da concretização de programas, bem como incentivo à pesquisa (CNE/CP 02/2019), à extensão e à pós-graduação na área da Educação.

A UNIPAMPA, na condição de agente interveniente no contexto educacional, político e social-econômico, tem em seus objetivos institucionais oportunizar cursos de graduação com grau de licenciatura, cursos de formação continuada, cursos de pós-graduação, a pesquisa e a extensão na área de educação, com vistas a influenciar na formação de atitudes que proporcionem o acesso e o desenvolvimento do conhecimento. Os cursos de Licenciatura da UNIPAMPA devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica e para a formação do profissional da educação, reflexivo, agente ativo de seu saber, com competências e habilidades para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica, atento à atual conjuntura

brasileira, ao contexto mundial e à sustentabilidade social, bem como ser profissional capaz de criar desafios, problematizar/construir saberes, pautando-se pela ética e pelo respeito às individualidades, interagindo por meio das tecnologias de informação e de comunicação, valorizando as características regionais, as identidades culturais, a educação ambiental, as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Nesse contexto é que se faz a proposta da oferta do Curso de Geografia Licenciatura EAD, que é estruturada a partir dos seguintes itens: Contextualização Institucional, Concepção do Curso, Organização didático-pedagógica, recursos e avaliação.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), criada por meio da Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados.

Nesse sentido, a UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, o reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade

Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado.

Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: *Câmpus* Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; *Câmpus* Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras – Licenciatura (Português e Espanhol), Letras – Licenciatura (Português e Inglês); *Câmpus* Caçapava do Sul: Geofísica; *Câmpus* Dom Pedrito: Zootecnia; *Câmpus* Itaqui: Agronomia; *Câmpus* Jaguarão: Pedagogia e Letras – Licenciatura (Português e Espanhol); *Câmpus* Santana do Livramento: Administração; *Câmpus* São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social; *Câmpus* São Gabriel: Ciências Biológicas - Licenciatura e Ciências Biológicas - Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; *Câmpus* Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 29 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento;

reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA. Assim, em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º: A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de *Câmpus*, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções,

pautas e outras informações são publicadas na página *web* :<http://novoport.al.unipampa.edu.br/novoport.al/>.

No final do ano de 2015, realizou-se a segunda eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2016, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos campi e coordenadores de cursos. No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais cursos, sendo que hoje há 66 cursos presenciais e 6 a distância.

Sendo estes: Câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados); Câmpus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas). Câmpus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico). Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados). Câmpus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura). Câmpus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado). Câmpus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Relações Internacionais (Bacharelados), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Tecnólogo) Câmpus São Borja: Ciências Humanas e Geografia EaD/UAB, História- Licenciatura UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Comunicação Social, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados). Câmpus São

Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Ciências Biológicas (Licenciatura) e Fruticultura (Tecnólogo). Câmpus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Educação Física (Licenciaturas); Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária e Engenharia de Aquicultura (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 21 programas de pós-graduação “*lato sensu*” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “*stricto sensu*” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Câmpus Bagé: Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação, Especialização em Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB), Especialização em Gestão de Processos Industriais Químicos. Câmpus Caçapava do Sul: Educação Científica e Tecnológica. Câmpus Dom Pedrito: Produção Animal; Agronegócio; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processo formativo, Câmpus Itaqui: Especialização em Desenvolvimento Regional e Territorial, Especialização em Tecnologia dos Alimentos. Câmpus Jaguarão: Especialização em Direitos Humanos e Cidadania. Câmpus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas. Câmpus São Borja: Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Especialização em Mídia e Educação, Política e Intervenção em Violência Intrafamiliar. Câmpus Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Gestão em Saúde (UAB)Atividade Física e Saúde; Especialização Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária. A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do

acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade.

Os cursos de *stricto sensu*, são: Câmpus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software. Câmpus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino, Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais. Câmpus Caçapava do Sul: Mestrado em Engenharia Mineral, Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional. Câmpus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação. Câmpus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração. Câmpus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa. Câmpus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas. Câmpus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Atualmente a UNIPAMPA possui 10561 alunos na graduação. Com relação ao ensino de pós-graduação, a instituição possui 1538 alunos. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2022 são 896 docentes e 866 técnicos.

Em relação ao Câmpus São Borja, sede do curso ofertado, no ano de 2022, o Câmpus é constituído por 72 docentes, 43 técnicos administrativos, 26 servidores terceirizados, 1793 alunos de graduação e 267 de pós-graduação. Na graduação, oferece os cursos de Ciências Sociais – Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Relações Públicas, Direito e Serviço Social-bacharelados; Ciências Humanas-Licenciatura, Geografia e História (Licenciaturas EAD). A pós-graduação oferta 3 cursos de Especialização: Mídia e Educação; Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar. E dois mestrados profissionais: Políticas Públicas; Comunicação e Indústria Criativa.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos.

O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região.

Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde. A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se

aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento delas, sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento. Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

1.2.1 Contexto dos municípios sede dos polos da inserção da UNIPAMPA

A oferta do curso é realizada em 5 municípios, englobando contextos sociais e econômicos diversos. São eles: Santiago, Uruguaiana, Itaqui, Cerro Largo e Hulha Negra. Estes municípios com polos EAD estão distribuídos em 3 Regiões Funcionais (RF6, RF7 e RF8) e 4 COREDES: Cerro Largo no COREDE Missões; Hulha Negra no COREDE Campanha, Itaqui, e Uruguaiana no COREDE Fronteira Oeste e Santiago no COREDE Vale do Jaguari. A RF7 é composta pelos COREDES Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial e possui 7% da população do Estado do Rio Grande do Sul, com 31% de sua população rural e 69% urbana. É uma região voltada para a produção de grãos, como soja milho produção pecuária. São importantes pontos históricos da região: Missões Jesuíticas, Parque Estadual do Turvo e Salto do Yucumã. É uma região de potencial turístico. A RF6 é composta pelos Coredes Campanha e Fronteira Oeste. Corresponde a 7% da população do Estado, sendo 86% urbana e 14% rural. Dentre suas características, tem-se a concentração fundiária, a pecuária extensiva e a produção de arroz irrigado e soja. A RF 8 é composta pelos COREDES Alto Jacuí, Central, Jacuí e Vale do Jaguari. Compreende 7% da população do estado, com

81% de população urbana e 19% rural. A região tem destaque na produção de arroz, soja e pecuária. (<https://planejamento.rs.gov.br/cadernos-regionais>).

O município com maior população é Uruguaiana, que também corresponde à uma centralidade da RF6. Sua população estimada é de 126.766 habitantes, sendo 93% de população urbana. O segundo maior município da área de abrangência é Santiago, que possui 49.298 habitantes (Estimativa IBGE Cidades), sendo 91% urbana (IBGE, Censo, 2010). O terceiro maior município é Itaqui, com 37.363 habitantes (Estimativa IBGE Cidades), sendo 89% urbana. Os dois menores são: Cerro Largo, com 14.243 habitantes e Hulha Negra com 6.894 habitantes. O primeiro tem predominância de população urbana (79,54%) e o segundo, predomínio de população rural (51,86%).

A base econômica dos municípios está associada à cadeia do agronegócio, a qual movimenta os setores primário, secundário e terciário. Os municípios, em ordem decrescente de PIB são: Uruguaiana, com 2.840.205,51 (R\$ x1000), Itaqui, com 1.571.169,04 (R\$ x 1000); Santiago 1469766,01 (R\$ x1000) Cerro Largo, com 682.153,84 (R\$ x 1000) e, por fim, Hulha Negra, com 213.292,63 (R\$ x 1000) (IBGE Cidades, 2020). No entanto, em relação ao PIB per capita, Cerro Largo se destaca, com 48.076,24, seguido por Itaqui, com 41.910,13, Hulha Negra, com 31201,8, Santiago, com 29776,46 e, com menor PIB per capita, Uruguaiana, com 22.387,44.

A presença da Unipampa através dos polos UAB amplia diretamente o espaço de intervenção da instituição. Através do ensino, pesquisa e extensão, objetiva-se impactar os cotidianos locais, na consolidação da formação de profissionais da educação vinculados ao interior e à fronteira do Estado, na produção de saberes oportunizados pelas ações de pesquisa e pela tessitura de saberes proporcionados por ações de extensão e ensino.

Nesse sentido, a oferta de Licenciatura UAB nesses municípios tem como meta contribuir no desenvolvimento regional e municipal através da formação de docentes e ações de pesquisa e extensão. A oferta de licenciaturas no interior do estado tem impacto direto na qualificação da educação básica e na promoção social, uma vez que oportuniza o acesso à graduação no próprio município, de forma gratuita e qualificada. A EAD é uma modalidade que tanto pela descentralização territorial, quanto pelo formato de maior autonomia e auto-

organização de discentes, favorece a inserção no ensino superior de uma parcela social que não poderia fazê-lo no formato presencial em cidades médias ou metrópoles. Promove sujeitos, famílias e a região como um todo ao formar profissionais da educação que atuarão nos territórios em que estão inseridos.

A política de descentralização do ensino superior favorece o desenvolvimento regional, contribui para a qualificação profissional e potencializa a permanência da população no interior do Estado. Além de atender o próprio município do polo, tem-se a possibilidade de ingresso de acadêmicos dos municípios da região e a população rural, como a primeira oferta do curso demonstrou. A oferta de licenciatura nessas regiões visa possibilitar a oferta de profissionais da educação qualificados a atuar na educação básica e na promoção social a partir da formação cidadã.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Geografia visa à formação profissional docente na área de geografia, de modo a atender aos objetivos da educação básica e às características de cada fase formativa do educando, tendo como fundamentos a associação entre teorias e práticas sobre o objeto de estudo dessa ciência, qual seja: o espaço geográfico.

Apresenta como princípio de investigação a resolução de problemas humanos, cada vez mais complexos e inter relacionados com outras áreas, que tem determinado avanços e transformação da sociedade. A Geografia, em suas possibilidades de realização, possui interfaces com domínios das chamadas Ciências da Terra, da Natureza, Tecnológicas, Humanas e Sociais Aplicadas. Objetiva oportunizar que o licenciando construa a compreensão da origem e da dinâmica dos processos e fenômenos responsáveis pela organização do espaço geográfico, focalizando a distribuição, a dinâmica e a interação de elementos naturais e humanos em termos espaciais e temporais. Esses elementos abrangem as populações, sociedades e culturas, bem como fluxos, fenômenos, processos e

sistemas naturais, cuja estruturação resulta na diversidade de paisagens e configurações territoriais existentes na Terra.

O Curso de Geografia proposto está baseado em três fundamentos:

- **Ético-políticos:** através dos quais, além da construção do conhecimento (missão primeira da universidade), se desenvolvem pesquisas que possibilitem a mudança de versão da história já estabelecida, adotando-se uma postura ética forte e segura, voltada para conscientização do papel do cidadão e do resgate da história e da cultura.
- **Epistemológicos:** cujas bases estão fundamentadas no exercício da construção de conhecimento que, além de ser capaz de gerar desenvolvimento, também esteja voltado para a satisfação de necessidades sociais.
- **Didático-pedagógicos:** voltados para prática interdisciplinar, na qual o conjunto de conhecimentos construído articula-se desenvolvendo base sólida acerca dos saberes necessários aos professores de Geografia, aptos para trabalhar em diferentes campos nos quais podem atuar, formando profissionais da educação que contribuam para a busca e construção do conhecimento.

O resultado de tal prática, espera-se que, seja a formação de profissionais cuja consciência e prática social estejam voltadas para a defesa e construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual aspectos como o conhecimento e serviços como educação e saúde de qualidade sejam oportunizados a todas as camadas.

Busca-se concretizar um projeto educativo que parta do entendimento de que os tempos e os espaços de convivência, de ensino, de aprendizagem, de prática e de produção intelectual sejam pautados pela ética, ou seja, se constituam a favor do bem maior que é a vida. Nesse sentido, o curso se preocupa em promover espaços e tempos de interlocução com seu entorno, evidenciando as peculiaridades, as singularidades e as diversidades culturais e histórico-geográficas de uma região de fronteira.

Percebe-se que proporcionar tais vivências torna-se indispensável para que os sujeitos sejam provocados a (re) significar os tempos, os espaços, as identidades e os papéis sociais. Entende-se que, ao problematizar as questões concernentes a essas inter-relações, deseja-se contribuir com a formação de

sujeitos éticos, sociais e políticos, comprometidos com a transformação, que dialoguem com as diferenças e os diferentes, que vejam o outro e a si mesmo como interdependentes e corresponsáveis na construção de uma cidadania planetária.

A concepção pedagógica desse curso, conforme Projeto Pedagógico das Licenciaturas da UNIPAMPA, aprovado no CONSUNI em 2011, preconiza a superação do modelo técnico e da racionalização do ensino. A descentralização da transmissão de conteúdos atua em prol da construção do saber a partir da contextualização da realidade social, dos pressupostos da interdisciplinaridade e da relação intrínseca teoria e prática. Essa concepção pedagógica envolve três níveis, conforme Saviani (2006): nível da filosofia da educação, da teoria da educação e da prática pedagógica. Estes, interligados ao projeto institucional da UNIPAMPA, perpassam pelo:

- **nível filosófico:** as finalidades e os valores que expressam uma visão geral de homem, mundo e sociedade, sendo essa “uma proposição humanística e generalista, assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas.” (PI/2009);
- **nível da teoria:** que contribui para a compreensão do lugar e o papel da educação na sociedade, ou seja, “a partir das comunidades nas quais ela está inserida, pressupõe que os sujeitos implicados nas suas ações a percebam como parte integrante da vida social, comprometendo-se, por conseguinte, com o desenvolvimento regional sustentável.” (PI/2009).
- **nível prático** propõe que o ato educativo seja organizado e realizado através do “diálogo com as diferenças, o respeito às especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.” (PI/2009).

Concebida como uma modalidade de ensino na qual alunos e professores encontram-se fisicamente afastados no espaço e/ou no tempo e os processos de ensino e de aprendizagem se efetivam mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, a Educação a Distância busca democratizar o saber escolarizado contribuindo para a superação da exclusão social.

As bases legais para essa modalidade de ensino foram estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na qual a Educação a Distância é considerada: a forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita ao educando a escolha dos horários, da duração e do local de estudo combinando a veiculação de cursos com material didático de autoinstrução e dispensando ou reduzindo a exigência de presença. (Art. 84).

A regulamentação da Educação a distância deu-se pelos Decretos nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, nº. 2.561, de 27 de abril de 1998 e decreto 9.057, de 2017 qual regulamenta o artigo 80 da lei nº.394/96. O decreto define a educação a distância como:

(...) modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A interação professor/aluno, na modalidade a distância acontece em ambiente virtual de aprendizagem. O ambiente utilizado pela Universidade Federal do Pampa é o *Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)*, ou seja, Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto. Através deste é realizado o controle de acesso dos alunos aos componentes curriculares; o controle da disponibilização do conteúdo e a utilização das ferramentas de interatividade e comunicação síncronas e assíncronas, dentre elas destacam-se o chat (ferramenta de socialização entre professores, tutores e alunos onde o diálogo acontece simultaneamente com possibilidade de compartilhamento de arquivos); fóruns (ferramentas para construção do conhecimento, que estimulam o aluno a expressar seus posicionamentos diante de questões propostas pelos professores), videoconferências com o uso do *Google Meet* (ferramenta que possibilita contato visual entre professores, tutores, alunos e coordenação de curso).

A escolha desta modalidade de ensino para a oferta do Curso de Geografia Licenciatura EAD, pela Universidade Federal do Pampa em parceria com a Universidade Aberta do Brasil justifica-se pela relevância social da modalidade a distância,

(...) pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula” (ALVES,2011, p. 84)

1.3.1 Pressupostos legais e normativos

Quanto à legislação que apoia a estruturação e o funcionamento dos cursos de Licenciatura e de formação de professores, esse curso foi elaborado utilizando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo as atualizações, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia.

Para a construção deste PPC, foram considerados os seguintes documentos:

Legislação específica cursos de licenciatura:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96;
- A Lei 10.639/2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Lei 11.645/2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; -
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes; -

- Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos/as profissionais da educação e dar outras providências;
- Lei 12.056, de 2009, referente à formação inicial e continuada de professores;
- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
- Parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Parecer CNE/CP nº8/2012 e a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Parecer CNE/CP nº 22/2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Resolução 02/2019;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior.
- Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; (para licenciaturas)

Legislação Geral para os cursos de graduação Bacharelado/Licenciatura/Tecnológico

- Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei 13.663/18, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
- Lei 13.666/18, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.
- A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.
- Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.
- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.
- Lei nº 12.605/2012, a qual determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Parecer CES 15/2005, que trata das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002;
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de Educação Superior.
- Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante.
- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.
- Orientação Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Legislação na Geografia

- Parecer CNE/CES nº492/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Parecer CNE/CES nº 1363/2001, que retifica o parecer CNE/CES nº 492;
- Resolução CNE/CES nº 14 de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Geografia

Orientações Normativas Institucionais

- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.
- Resolução CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA, alterado pela Resolução 27/2011.
- Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 29/2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
- Resolução CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA;
- Resolução CONSUNI nº240/2019, a qual fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução CONSUNI nº253/2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e as Normas para as Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução CONSUNI nº 246, de 27 de junho de 2019. Que dispõe sobre o Plano de desenvolvimento institucional –PDI (2019-2013).
- Resolução CONSUNI nº253, de 12 de setembro de 2019, que aprova a estrutura organizacional do Calendário Acadêmico da UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI 260/2019, que aprova as normas para ingresso no ensino de graduação da Universidade Federal do Pampa.
- Resolução CONSUNI nº328, de 04 de novembro de 202, a qual aprova as diretrizes para acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da UNIPAMPA.

- Resolução CONSUNI nº 329, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as normas para os estágios destinados a estudantes de graduação, presenciais ou a distância.
- Resolução CONSUNI nº 332, de 16 de dezembro de 2021, a qual institui as normas para atividades de extensão e cultura na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI nº 317, de 29 de abril de 2021, a qual regulamente a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA.

Legislação para Educação a Distância¹ Decretos

- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- *Decreto nº 5.800*, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções e regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Parecer CNE/CES nº 564/2015, que dispõe das diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Portaria Normativa nº 11, de 20 de julho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
- Portaria nº 742, de 2 de agosto de 2018, artigo 100, que dispõe sobre limite máximo de atividade presencial em curso de EAD.
- Resolução nº 01, de 1 de março de 2016, que estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia>. Acesso em 22 out. 2017.

- Resolução MEC/CNE/CES nº2, de 13 de maio de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.
- Resolução MEC/CNE/CES nº 2, de 11 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes da Educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior.

1.3.2 Justificativa

O Censo do Ensino Superior de 2016 (BRASIL, 2017)² evidenciou o fato de que metade dos professores do ensino básico ministra aulas de Matemática, Física, Filosofia, Geografia, Inglês, sem formação específica para a área. Para atender os objetivos de qualificar os processos de ensino e de aprendizagem na educação básica brasileira, é necessário modificar esse quadro.

O Curso de Geografia Licenciatura EAD está articulado com o governo federal no propósito de reestruturação do sistema educacional vigente, projeto que encaminha para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, oportunizando acesso, permanência, formação inicial e continuada consistente e significativa ao maior número de sujeitos que desejam atuar na área. Nesse sentido, a justificativa para a implementação desse curso, está fundamentada, além das demandas já apontadas ao longo da contextualização, na identificação do mercado de trabalho, uma vez que a empregabilidade na área de educação é uma das mais altas³ para a formação de profissionais habilitados para o exercício profissional de professor de Geografia na Educação Básica, sendo essa também uma antiga demanda da comunidade na qual a UNIPAMPA está inserida.

É relevante comentar, que, a fim de viabilizar as melhorias na educação, em 2016, o governo federal brasileiro, instituiu, através do Decreto nº 8.752, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que orienta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

² Disponível em

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf . Acesso em: 18 ago. 2020.

³ Disponível em <http://www.ead.com.br/carreiras/licenciatura-em-geografia-a-distancia.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Superior - CAPES no fomento de programas de formação inicial e continuada. Essa política tem como meta efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. A intenção principal é qualificar a formação dos professores que atuarão e/ou estão em exercício nas escolas públicas, bem como integrar a educação básica e a superior, visando aperfeiçoar os processos de ensino, de aprendizagem e de gestão nas instituições públicas. Além disso, a política educacional está voltada para a expansão da oferta de vagas, de cursos e para a melhoria da qualidade nos cursos de formação dos docentes. Dentre os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e que coadunam com essa proposta, estão:

Art. 2º Para atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais da educação terá como princípios:

I - o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais;

II - o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, como forma de redução das desigualdades educacionais e sociais;

III - a colaboração constante, articulada entre o Ministério da Educação, os sistemas e as redes de ensino, as instituições educativas e as instituições formadoras;

IV - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada; V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função;

VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino;

VII - a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais;

VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar; IX - a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

X - o reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial e à formação continuada;

XI - o aproveitamento e o reconhecimento da formação, do aprendizado anterior e da experiência laboral pertinente, em instituições educativas e em outras atividades;

XII - os projetos pedagógicos das instituições formadoras que reflitam a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, que assegurem a organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorram para essa formação e a sólida base teórica e interdisciplinar e que efetivem a integração entre teoria e as práticas profissionais;

XIII - a compreensão do espaço educativo na educação básica como espaço de aprendizagem, de convívio cooperativo, seguro, criativo e adequadamente equipado para o pleno aproveitamento das potencialidades de estudantes e profissionais da educação básica; e

XIV - a promoção continuada da melhoria da gestão educacional e escolar e o fortalecimento do controle social.

Em de outubro de 2017, o MEC⁴ anunciou uma nova política de formação de professores, que entre as medidas estão a Residência Pedagógica, uma Base Nacional para nortear o currículo de formação básica e a ampliação do ensino à distância. São objetivos do MEC com essa política: ampliar a qualidade e o acesso à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, pois “pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado” (DEMO, 2012, p.12). O que encaminha para a ideia de que, independentemente das diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação. As medidas foram elaboradas com base nas informações do Censo da Educação, divulgado em 2016, que mostram que, dos quase 2,2 milhões de professores da Educação Básica, mais de 480 mil só possuem Ensino Médio e mais de 6 mil, apenas o Fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, mas não em cursos de licenciatura. Apenas 1,6 milhão possuem formação em licenciatura, porém, muitos desses não atuam em sua área de formação. (Idem, BRASIL, 2017).

Assim sendo, para preencher seus quadros de educadores, diversas secretarias, por falta de opção, são obrigadas a aceitar inscrições de professores com a formação inadequada para a vaga dos concursos. No entanto, é preciso ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2020, o que justifica a

⁴ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7041/mec-anuncia-nova-politica-de-formacao-de-professores-com-residencia-pedagogica-a-partir-de-2018>. Acesso em: 18/ ago. 2020.

demanda de cursos de Geografia Licenciatura EAD que atendam esse público. Essa lacuna poderá ficar mais explícita a partir de 2020, pois embora a legislação recomende a formação de professores em nível superior, o curso de Magistério, de nível médio, ainda é aceito na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como suficiente para habilitar o professor. Para contribuir com essas demandas, a Universidade Aberta do Brasil, ampliou a oferta e o acesso de cursos de graduação e programas de educação superior, por meio da educação a distância. “A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados” (BRASIL, 2017).⁵ É também objetivo do programa o de “reduzir desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância” (BRASIL, idem). O governo esclareceu (Idem, BRASIL, 2017) que a UAB vai oferecer 250 mil vagas entre 2017 e 2018, sendo 75% delas reservadas para a formação de professores em seu primeiro ou segundo curso em licenciatura, com aprofundamento em áreas como Matemática, Português e tecnologias de informação e comunicação. Tais ações governamentais visam contribuir para minimizar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica sem a formação adequada para a função.

No contexto da realidade educacional atual e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 02/2019), em cursos de Licenciatura, de graduação plena, presenciais ou na modalidade a distância, justifica-se a necessidade de concretização do curso de Licenciatura em Geografia na modalidade a distância. Nesse sentido, considerando o número de estudantes e profissionais que poderiam ser beneficiados pela criação desse curso e,

⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/uab>. Acesso em: 15 out. 2017.

especialmente a demanda de graduar até 2027 educadores para essas duas Regiões Funcionais.

Percebemos inovação como uma ruptura na maneira ‘habitual’ de fazer as coisas, uma descontinuidade com relação às alternativas existentes, oferecendo outras opções para problemas coletivos e com relevância social. Um dos motivos para a busca de alternativas diferentes para a formação docente está apoiado no contexto do quadro educacional do Brasil, cujos índices de aprendizagem na Educação Básica, estão aquém dos desejados. Além desses motivos, é preciso considerar que a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta na direção de “assegurar flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos”. Essa orientação não parece estar sendo considerada, como é possível perceber na análise dos currículos dos cursos de licenciatura realizado por Gatti e Barreto (2009), que em suas conclusões descrevem:

Pela análise realizada foi possível constatar que: a) o currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso; b) a análise das ementas revelou que, mesmo dentre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas; c) as disciplinas referentes à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre “o porquê” ensinar, o que, de certo modo, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários; entretanto, só de forma muito incipiente registram “o quê” e “como” ensinar; d) a proporção de horas dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional específica é de 30%, ficando 70% para as outras matérias oferecidas nas instituições formadoras. Cabe a ressalva, já feita na análise das ementas, segundo a qual, nas disciplinas de formação profissional, predominam os referenciais teóricos de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais (p.233).

O parecer CNE 776/97⁶, já comentado, também sugere a necessidade de revisão de “toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de

⁶Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf
acessado em 23/02/2017

graduação como uma etapa inicial da formação continuada.” (p.1). Pela análise procedida por Gatti (2009), as informações do Censo do Ensino Superior (2016) possibilitam inferir que a maioria dos cursos está tendo dificuldades em encaminhar essa sugestão. Na elaboração dessa proposta de curso, concordamos também com o parecer dos relatores do CNE 776/97, que os cursos de graduação precisam “abandonar as características de que muitas vezes se revestem, [...] de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, [...] preparando o graduando para os desafios das rápidas transformações da sociedade [...]”. (p.2) Entre a data desse parecer (1997) e o estudo de Gatti (2009), doze anos se passaram. Parece não ter sido tempo suficiente para modificar a forma e o conteúdo amalgamado de muitos cursos de formação de professores. Os cursos de graduação necessitam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar autonomamente os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, planejamos o curso considerando também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação (BRASIL, 2019), elaboradas com o propósito de atender às atuais demandas de democratização e as exigências de qualidade do ensino da sociedade brasileira, bem como estabelecer bases comuns para os sistemas e instituições de ensino. As DCNs sinalizam para a necessidade da organização de um currículo que enfatize a diminuição do distanciamento entre a formação acadêmica e a formação para a prática. Conforme as DCNs o perfil do egresso necessita atender competências e habilidades voltadas para o exercício profissional da docência, muitas vezes relevada, em cursos de licenciaturas específicas, enfatizando componentes cujo conteúdo é acessível por outros meios, em detrimento das matérias pedagógicas, que deveriam ser o cerne dos cursos de licenciatura, cujo foco é formar professores habilitados para a docência (BRASIL, 2017). Também são enfatizadas no currículo, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural e regional do país, a pluralidade

de ideias e de concepções pedagógicas e a autonomia universitária, tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto às metodológicas próprias da Geografia como campo de conhecimento.

1.3.3 Histórico do Curso

O curso de Geografia Licenciatura EAD iniciou em 12 de março de 2018, com atendimento a 18 polos e 900 vagas distribuídas tanto na região metropolitana, quanto metade Sul e Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Essa primeira oferta foi impactada pela pandemia de COVID-19, a qual exigiu adaptações para o momento histórico. O Curso teve seu reconhecimento publicado no Diário Oficial da União, Portaria nº34, de 28 de março de 2023, com registro e-MEC 202003571 e conceito 5. Após cinco anos dessa primeira oferta e a conclusão do curso desses graduandos da primeira oferta, deliberou-se pela necessidade de continuidade da oferta em polos UAB-EAD. Assim, nessa nova oferta estão sendo atendidos 5 polos: Cerro Largo, Itaqui, Hulha Negra, São Gabriel e Uruguaiana.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Neste tópico são descritas a administração do Câmpus, as informações sobre o funcionamento do curso e as formas de ingresso.

1.4.1 Administração do câmpus São Borja

A estrutura organizacional e de funcionamento da UNIPAMPA é orientada pela Resolução 05, de 17 de junho de 2010, a qual constitui o Regimento Geral da Universidade. O Câmpus São Borja, assim como os demais campi da Universidade, é subordinado à Reitoria, estabelecida na cidade de Bagé, distante 450 km do município. Cada Câmpus, porém, tem sua estrutura local e é administrado por uma direção própria, composta por uma direção geral, coordenação acadêmica e coordenação administrativa.

A direção da Unidade Universitária é o órgão que coordena e superintende todas as atividades do Câmpus. À Coordenação Acadêmica compete coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades acadêmicas do

Câmpus e à Coordenação administrativa compete coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades administrativas do Câmpus.

Os cursos são gerenciados pelas coordenações de curso, compostas pela figura do coordenador e do coordenador substituto. Todavia, cursos UAB não têm previsão de coordenador substituto. Cada curso conta, ainda, com seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Comissão de Curso. Em cada Câmpus, as Comissões de curso têm por finalidade viabilizar a construção e implementação do PPC, alterações do currículo, discussão de temas do curso, como planejamento, execução e avaliação de atividades acadêmicas. Essas comissões são compostas pelo coordenador de Curso, docentes que atuam no curso, representação discente eleita por seus pares e representação de servidores técnico-administrativos. (RESOLUÇÃO 05, de 17 de junho de 2010).

Quanto às estruturas decisórias locais, o Câmpus tem as Comissões de Curso, Comissão de Ensino, Comissão de Pesquisa, Comissão de Extensão e Conselho de Câmpus.

A comissão de Ensino tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do Câmpus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão. É composta pela coordenação acadêmica, coordenadores(as) de curso de Graduação e Pós-Graduação, Coordenação da Comissão de Pesquisa e Coordenação da Comissão de Extensão, representante docente, de servidores técnico administrativos e discente. A Comissão de Pesquisa tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de pesquisa do Câmpus, zelando pela articulação dessas atividades com as de ensino e extensão. Compõem a comissão de pesquisa a coordenação acadêmica, a coordenação da comissão de ensino, a coordenação da comissão de extensão, representante dos programas de pós-graduação, representação docente, técnico administrativo e discente. A Comissão de extensão tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de extensão do Câmpus, zelando pela articulação dessas atividades com as de ensino e pesquisa. É composta por: coordenação acadêmica; Coordenação da comissão de ensino, coordenação da comissão de pesquisa, representantes docentes, técnico administrativo e discente.

Cada Unidade Universitária- Câmpus, tem um órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito da referida Unidade Universitária, denominado de Conselho

de Câmpus. Esse conselho é composto pelo diretor, coordenador acadêmico, coordenador administrativo, Coordenadores(as) de cursos de Graduação e Pós-Graduação, Coordenadores das Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão, representações docente, técnico administrativo, discente e comunidade externa.

Os fluxos propositivos e decisórios iniciam no âmbito local do Câmpus, nas Comissões de Curso, Pesquisa e Extensão, passam pelas Comissões de Ensino e Conselho de Câmpus, as quais, conforme as necessidades e fluxos, passam pelas comissões Superiores da UNIPAMPA (Conselho Universitário, Conselho Curador, Comissões Superiores e Reitoria).

Por fim, em relação à infraestrutura de cada Câmpus, compete registrar a existência de uma estrutura de suporte acadêmico-administrativo, composta de Secretaria Acadêmica, Secretaria Administrativa, Biblioteca e Coordenação de Laboratórios.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O calendário acadêmico da UNIPAMPA é proposto pela Pró-Reitoria de Graduação e homologado pelo CONSUNI. A resolução 253, de 12 de setembro de 2019 estabelece a estrutura organizacional e as normas para atividades e organização do calendário acadêmico da Universidade Federal do Pampa. O calendário deve consignar, anualmente, as datas e os prazos estabelecidos para as principais atividades acadêmicas a serem realizadas nos *Campi* (UNIPAMPA/CONSUNI, 2011). O calendário acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um. Entre dois períodos letivos regulares, o calendário acadêmico indica um período especial com duração de, no mínimo, 2 (duas) semanas e, no máximo, 6 (seis) semanas. A carga horária de aula (hora-aula) é de 55 minutos, o que permite que os componentes sejam integralizados em 18 semanas.

1.4.3 Carga horária e respectiva distribuição no curso

A matriz curricular do curso de Geografia Licenciatura EAD é estruturada em 8 semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada 15 horas correspondem a um

crédito. Como o curso é de oferta única, os(as) discentes devem realizar todos os componentes da oferta do semestre. Exceções devem ser dialogadas com a coordenação de curso. A carga horária máxima por semestre é de 600 horas, ou seja, 40 créditos.

A estrutura curricular, o Projeto Pedagógico de Curso está organizado da seguinte forma: componentes curriculares obrigatórios, CCCGs, ACGs e Curricularização da extensão (totalizando 3300 horas), como segue:

a) Componentes curriculares obrigatórios, neles incluídos: Componentes de Estágio Curricular Obrigatório (405 horas) e Componentes de Prática como Componente Curricular (405 horas) - totalizando 2. 940 horas;

Cabe destacar que os trabalhos de conclusão de curso (TCC) I e II não constituem o quadro de componentes curriculares obrigatórios, assim, devem ser solicitados pelos/as acadêmicos/as, respectivamente. A oferta de CCG é prevista no 3º 4º e 7º semestres. Podendo também ser solicitada no 8º, conforme situação acadêmica se enquadrar na condição de provável formando(a).

b) Componentes Curriculares Complementares de Graduação – CCCG- 180 horas.

c) Atividades Complementares de Graduação: 60 horas.

d) Atividades Curriculares de Extensão totalizam 330 horas.

O currículo composto por atividades complementares prevê o mínimo de 60 horas de atividades complementares de graduação (ACGs), caracterizadas por atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais são obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso.

A carga horária total prevista para o curso é de 3.300 horas e atende a legislação da área de conhecimento do curso (RESOLUÇÃO 02/2019).

1.4.4 Atividades presenciais

As atividades presenciais atendem à Portaria 742/2018: "Art. 100, § 3º. A oferta de atividades presenciais em cursos de EaD deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório, e as especificidades previstas nas respectivas

Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, (NR)" envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. São realizadas em momentos diferenciados tais como:

- Conforme o parágrafo 6º, art. 15 da Resolução CNE/CP Nº 2/2019: "Para a oferta na modalidade EaD, as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial".
- Nas visitas dos professores aos polos, para ministrarem aulas presenciais.
- Nos trabalhos de campo realizados conforme programação e organização dos polos, juntamente com docente de componente curricular oferecido no semestre, bem como nas ações de extensão que envolvem docente, aluno e comunidade.
- Nas participações em eventos que são organizados por Instituições de Ensino ou Associações.
- Nas semanas acadêmicas, semanas pedagógicas e palestras que são realizadas pelos polos. Estas objetivam contribuir com a formação complementar do aluno, possibilitando ao longo do tempo, que eles cumpram as horas de atividades complementares (ACGs) necessárias à integralização do curso.
- De modo mais expressivo, as atividades presenciais realizam-se semanalmente, nos polos de apoio presencial, através do atendimento dos tutores presenciais que têm disponibilidade de 20h para atendimento dos alunos. Este acompanhamento tem como objetivo principal sanar dúvidas e acompanhá-los nas atividades propostas pelos professores de cada componente curricular ofertado no semestre em vigor. Este atendimento varia de polo para polo, considerando as especificidades de cada turma. No entanto, é dado um atendimento diferenciado a cada aluno que apresentar uma dificuldade específica em relação aos conteúdos e atividades propostas pelos professores. A cada final do mês, cada tutor encaminha o relatório das atividades realizadas, sendo este avaliado pelo coordenador de curso e postado no Fórum dos Tutores, no Mural da Coordenação (Moodle) para que possa ser acessado por todos.

1.4.5 Formas de Ingresso

O ingresso de estudantes na UNIPAMPA está regulamentado na Resolução CONSUNI nº260/2019. **1. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):**

I Ocorre para todos os cursos de graduação 01 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos;

II É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Parágrafo único. Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos autorizados pelo Conselho Universitário.

2. Reopção: forma de mobilidade acadêmica regulada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade. A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes.

3. Processo seletivo complementar: Em virtude da disponibilidade de vagas o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior. 3.1 Reingresso: É a forma de ingresso de ex-discentes da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 (dois) anos. 3.2 Transferência voluntária: É a forma de ingresso de discentes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada, reconhecida conforme legislação, e que desejam transferir-se para essa Universidade, dispondo-se a cumprir as regras do edital proposto pela Instituição. 3.3 Portador de Diploma: É a forma de ingresso na UNIPAMPA para diplomados por Instituição de Ensino Superior do País, conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei.

4. Transferência compulsória (Transferência *EX OFFICIO*): É a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Câmpus pretendido ou município próximo, na forma da lei.

Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição. Programa estudante convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional:** permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições.

Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi.

Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

I - Estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita: a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L2); b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).

II - Estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*: a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4); b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L3).

III - estudantes com deficiência (ação afirmativa A1).

IV - Estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

Para o ingresso no curso no Curso de Geografia Licenciatura EAD tem-se a previsão de ingresso em 2023/02, mediante as formas de ingresso da UNIPAMPA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023), as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA devem levar à formação de um egresso crítico, com autonomia intelectual construída a partir da interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Que a interação entre estas políticas possibilite que os profissionais formados façam uma leitura crítica da realidade e, a partir desta leitura, operem transformações positivas na sociedade em que estiverem inseridos. Neste contexto é que estão enquadradas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Geografia Licenciatura EAD.

2.1.1 Políticas de Ensino

Conforme PDI (2019/2023, p.27-29), a política de ensino fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orientando-se pela Constituição Federal, em seu art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

Seguindo esse princípio, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado a pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação, de acordo com as características de uma universidade, expressas no art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Considerando essas premissas legais e as características institucionais e da região, podemos destacar concepções mais abrangentes de desenvolvimento de ensino, tais como conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social, que permeiam o perfil de egresso com sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística, o qual fomenta o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária,

inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino deve ser pautado pelos seguintes princípios específicos:

Formação cidadã, que atenda o perfil do egresso autônomo, participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado;

Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas e da extensão de forma que aproximem os dois níveis acadêmicos;

Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade;

Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade;

Autonomia e aprendizagem contínua, como centro do processo educativo, a partir de uma pedagogia que promova o protagonismo do aluno e sua participação ativa na vida acadêmica;

Equidade de condições para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais;

Inovação pedagógica, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos;

· *Extensão como eixo da formação acadêmica*, garantindo a articulação, por meio da sua inserção na matriz curricular dos cursos de graduação, fortalecendo a

relação entre a teoria e a prática profissional com potencial de inserção na sociedade e, especialmente, na comunidade regional;

Pesquisa como princípio educativo, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis;

Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação;

Inserção internacional desenvolvendo uma *política linguística* no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias. Considerando os princípios de ensino definidos, a UNIPAMPA é desafiada a desenvolver continuamente: a qualidade do ensino e a gestão democrática, de modo a superar fragilidades e riscos, por meio da formação continuada do corpo docente e técnico-administrativo em educação; a revisão e atualização dos projetos pedagógicos de curso; o estímulo de práticas que envolvam metodologia ativa; o fortalecimento das tecnologias da informação e da comunicação e das especificidades da Educação a Distância, integrando as modalidades de ensino. Esses desafios acompanham a garantia da qualidade da educação em cada uma das atividades fins: ensino, pesquisa e extensão, assim como o desenvolvimento das práticas profissionais e sociais, considerando a estrutura acadêmica de uma universidade *multicampi*.

Dentre as ações de ensino, destacam-se os trabalhos de campo realizados com professores, tutores e alunos em locais dos respectivos municípios ou arredores. Ações desenvolvidas nos próprios polos, como palestras, seminários. O curso também prevê a realização de seminários próprios.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

Conforme PDI (2019/2023, p.29-31) as atividades de pesquisa são direcionadas à produção de conhecimento, associando estratégias didáticas e metodológicas que envolvam professores, técnico-administrativos, acadêmicos de

graduação e de pós-graduação. Para viabilizar processos que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico administrativos são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa institucionais e a participação de pesquisadores e discentes em redes de pesquisa associadas a órgãos nacionais e internacionais. Além desses, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, em sua quase totalidade, atuam na realização de trabalhos de conclusão, que demandam dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Desse modo, os egressos saem dos cursos tendo experienciado vivências inerentes aos projetos de pesquisa, o que, para muitos, acaba sendo uma experiência decisória nas suas trajetórias profissionais.

O processo de pesquisa, articulado com outros componentes curriculares, contribui para aprendizagens, como a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos, a produção, a redação e a difusão dos resultados, compartilhando conhecimento científico. A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão contribui para uma leitura contínua e crítica da realidade. A pesquisa acadêmica, muitas vezes, demanda recursos que são distribuídos por órgãos de fomento, cujo orçamento tem sido reiteradamente afetado pelo cenário das contas públicas, forçando o aumento de critérios seletivos. Nesse contexto, as políticas de gestão precisam considerar as demandas atuais, planejando estratégias que aproximem os pesquisadores de todos os *campi* na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Por meio de editais e chamadas internas, lançados anualmente, objetiva-se suprir a falta de recursos externos de fomento à pesquisa científica e tecnológica na Universidade. A UNIPAMPA tem, desde 2009, aumentado gradualmente o número de bolsas oferecidas tanto por meio de fomento externo com financiamento CNPq e FAPERGS quanto com financiamento da Instituição, voltadas ao fomento de ações de iniciação à pesquisa científica, tecnológica e inovação na Universidade. Estes são sendo os principais programas:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC/CNPq/UNIPAMPA;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas PIBIC/AF/CNPq/UNIPAMPA;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBITI/CNPq/UNIPAMPA;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio PIBIC/EM/UNIPAMPA;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UNIPAMPA;

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PROBITI/FAPERGS/UNIPAMPA. Além desses editais de fomento externo, foram lançados editais de Apoio a Grupos de Pesquisa (AGP), Apoio à Pós-Graduação (APPG) e Apoio à Inovação (INOVAPAMPA). A formação, a consolidação e a integração entre os grupos de pesquisa na Universidade também são objetivos da Instituição. Entre os objetivos da pesquisa, está o fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação e do empreendedorismo, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento para que possibilitem a projeção da Instituição no plano nacional e internacional. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;

Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;

Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional;

Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional; e viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.

A inovação deve promover e impulsionar o empreendedorismo tecnológico e a transferência de tecnologia gerada na Instituição, além de propiciar ao futuro

egresso internalização da cultura inovadora através de ações de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento e adoção de novos produtos, processos ou técnicas organizacionais capazes de agregar valor às organizações, buscando institucionalizar o setor de apoio a patentes e registros do conhecimento gerado no âmbito dos projetos de pesquisa da Universidade e também aproximar os setores primário, secundário e terciário da Universidade, promovendo parcerias que gerem: ambiente produtivo, inovador e empreendedor; fomento externo associado às pesquisas com potencial inovador; formação de recursos humanos com visão empreendedora e fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.

O ambiente universitário oportuniza e identifica ações de natureza empreendedora e inovadora. À medida que parcerias com o setor privado forem constituídas, novas possibilidades de aporte de recurso serão lançadas, pela participação da Universidade e de pesquisadores em editais que fomentem projetos e programas que envolvam o meio acadêmico e o meio empresarial. Dessa forma, a Instituição posiciona-se, cada vez mais, como um vetor do desenvolvimento econômico, social e cultural regional.

A pesquisa é realizada na sua indissociabilidade com o ensino, sendo que os componentes curriculares estimulam ações de pesquisa. Os componentes de Métodos e Técnicas em Pesquisa em Geografia e Trabalho de conclusão incentivam a realização de pesquisas dos alunos. Geografia Licenciatura EAD promove também projetos de pesquisa registrados na plataforma institucional da UNIPAMPA.

2.1.3 Políticas de Extensão

Conforme PDI (2019-2023, p.31-34) a extensão universitária é regulamentada pela Resolução nº 332/2021, que rege a concepção, o registro e a execução das ações, conforme princípios conceituais definidos no Plano Nacional de Extensão. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante por meio das ações de extensão exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização, que se manifesta por meio da inserção das ações de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação, cuja política está em processo de construção na Instituição, e se encontra fundamentada na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação e na Resolução CNE/CES nº 7/18, que regulamenta a referida meta.

As estratégias de inserção das ações de extensão serão realizadas pelos cursos de graduação através de componente curricular específico, com carga horária parcial de extensão ou por meio do somatório de cargas horárias em extensão executadas em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços em diferentes cursos e IES, no Brasil e no exterior. A partir desse contexto, a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;

- Impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região;

- Interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes. A extensão deve promover o diálogo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;

- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;

Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;

Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis podem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;

Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;

Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;

Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes. Diante desses princípios, estas são Políticas de Extensão e Cultura

a) fomentar a extensão e a cultura: o fomento contínuo à extensão e à cultura é a iniciativa basilar para manutenção e desenvolvimento de todas as ações de extensão da Universidade. Além da proposição de ações integradas à comunidade externa, a consolidação de um ambiente acadêmico extensionista contribui positivamente com diversos aspectos envolvendo a formação acadêmica, humanização de relações, reconhecimento de saberes e otimização das práticas institucionais. As ações são incentivadas por meio de editais da extensão e programas específicos, conforme normas e regulamentos vigentes. Assim, tem-se como objetivo manter os editais regularmente lançados e expandir as políticas de editais relacionadas à formação continuada na modalidade a distância e ainda o programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa;

b) qualificar a extensão: a busca pela qualificação progressiva das ações de extensão deve permear todos os processos em que ela atua, desde a formação dos extensionistas, a contínua evolução dos editais e a melhoria dos sistemas. Especificamente, são realizadas iniciativas como curso de práticas extensionistas para servidores, calendário de reuniões com a Comissão Superior de Extensão,

reuniões mensais itinerantes da extensão nos campi e participação no SEURS. A qualificação da extensão se mantém nos próximos cinco anos, através das ações já realizadas e, de forma específica, por meio de ações de formação nos campi voltadas para a concretização da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação;

c) promover cultura e arte na Universidade e na região: a promoção de atividades artístico-culturais configura-se como uma demanda histórica da região, um aspecto importante na formação acadêmica e pessoal, e no bem-estar de todos que vivenciam a Universidade;

d) divulgar ações extensionistas e culturais: considerando sua vasta região e a estrutura multicampi, a comunicação e divulgação das atividades realizadas deve ser uma constante para a melhoria, visibilidade e transparência das ações de extensão e cultura. Nesse sentido, são desenvolvidas iniciativas como o informativo Em Rede, a página Institucional da PROEXT e o Planetário, além de participação no SEURS e no SIEPE. Menciona-se ainda a estruturação da própria editora e a elaboração da Revista de Extensão da UNIPAMPA, projetos em estado inicial no ano de 2018, que serão ampliados e fortalecidos no próximo quinquênio;

e) responsabilidade social, em atenção a demandas nacionais e internacionais: por meio dessa política, sustenta-se o compromisso da Universidade em ser protagonista no debate e na promoção de ações efetivas de interesse geral da comunidade ou que colaborem para promoção do bem-estar social. São exemplos de iniciativas realizadas nesta política: as ações em apoio ao movimento Eles por Elas (HeForShe) da ONU, mulheres na UNIPAMPA, o Programa Arborização Urbana e Cidadania, Universidade Aberta à Pessoa Idosa, Combate ao *Aedes aegypti*, Educação Empreendedora e Projeto Rondon. Através dessas ações, estão contempladas a promoção da igualdade de gênero na Universidade e a conscientização aos variados tipos de violência contra a mulher. De uma forma ainda mais ampla, serão abordadas questões de diversidade – incluindo-se a temática da pessoa idosa e das ações afirmativas;

f) formação continuada aos profissionais da educação básica: reconhecendo a educação básica como vetor para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária bem como sua importância para a mitigação de desafios históricos da

região, o fomento continuado à formação desses profissionais é uma estratégia de ação visando a um efetivo impacto na realidade da educação na região em que atua. Para o próximo quinquênio, tem-se como o foco, além de manter o fomento vigente, incentivar ações na modalidade a distância a fim de ampliar o número de pessoas atingidas pelas ações de formação;

g) avaliação contínua da extensão universitária: a avaliação da extensão universitária tem um longo percurso de discussão nas instituições, que culmina na Resolução CNE/CES nº 7/18, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Suas bases teóricas e metodológicas foram concebidas a partir de 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Em 2015, o FORPROEX criou o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão, a fim de estabelecer um parâmetro nacional básico para as universidades públicas brasileiras. Com base nesse trabalho, elencam-se a seguir, os indicadores que serão utilizados na avaliação institucional, para demonstrar a evolução e os resultados da extensão e cultura no âmbito da UNIPAMPA:

- Institucionalização da extensão;
- Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão;
- Parcerias interinstitucionais;
- Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão;
- Participação de servidores na extensão;
- Ações de extensão dirigidas às escolas públicas, incluindo a formação continuada de docentes da educação básica;
- Impacto da ação de extensão na comunidade universitária.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

2.2.1 Objetivos Geral

O curso de Geografia, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por Objetivo Geral:

Formar licenciados em Geografia para atuar na Educação Básica, que compreendam a organização espacial, o contexto educacional, que possuam autonomia intelectual e desenvolvam consciência crítica e ética dos problemas contemporâneos, sob uma ótica geográfica e educativa, capazes de efetivamente contribuir para a formação e o exercício da cidadania.

2.2.2 Objetivos Específicos:

O curso de Geografia, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivos Específicos:**

- Capacitar o egresso como cidadão em termos das habilidades individuais, técnicas e conceituais, proporcionando-lhe o pleno desenvolvimento como ser humano.
- Desenvolver, durante o decorrer do curso, a prática da pesquisa e da extensão, na área da Geografia e sua devida inserção na sala de aula da educação básica.
- Preparar profissionais da educação críticos, éticos e comprometidos com uma proposta de educação para todos.
- Formar profissionais de nível superior aptos a identificar, elaborar e desenvolver materiais didático-pedagógicos.
- Preparar futuros professores comprometidos com os desafios concernentes à integração territorial da região de influência da dos polos que possuem oferta do curso de Geografia da UNIPAMPA.
- Fornecer instrumentalização técnica que possibilite ação eficaz na comunidade escolar, na qual o profissional estará inserido, posteriormente, como cidadão qualificado.
- Desenvolver habilidades para a investigação científica e produção de conhecimentos relativos ao campo de atuação da Geografia.
- Articular pesquisa, extensão e ensino de Geografia em todos os seus níveis.
- Formar consciência crítica da realidade espacial ao nível local, municipal, estadual, nacional e global.

- Desenvolver atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão, integrando os conteúdos específicos da Geografia.
- Propiciar condições ao alunado de atualização constante em relação ao conhecimento geográfico e à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, particularmente na perspectiva voltada ao entendimento da Ciência Geográfica, propiciando a sua positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar.
- Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e aos espaços produzidos pelas sociedades humanas em suas relações com a natureza, na perspectiva dos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia, dominando e aprimorando as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.
- Criar condições institucionais e incentivar a formação continuada de seus alunos egressos e de profissionais formados em outras instituições.
- Buscar solidificar as raízes/interpretações dos Biomas locais e suas correlações com os demais espaços, locais, regionais, nacionais, latino-americanos e especialmente, fronteiriços.
- Formar profissionais que conheçam o contexto geral da Educação de forma a intervir, refletindo e propondo soluções
- Potencializar o desenvolvimento humano pleno dos estudantes de modo conectado com as demandas do século XXI.

Nesse contexto, a formação contribui para a autonomia intelectual dos alunos, para que reaprendam a aprender, a selecionar informações, priorizar conteúdos, fazer escolhas, posicionar-se criticamente, argumentar sobre seus posicionamentos, ouvir o outro, respeitar a diversidade, valorizar a vida, a ética, a terra, o planeta, o mundo, reconhecendo sua incompletude e a do conhecimento.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

Considerando o que dispõe as diretrizes curriculares⁷, o egresso de Geografia Licenciatura EAD — deverá apresentar:

⁷ Parecer CNE/CES 492/2001

1 Perfil Comum: atuação ética, crítica, autônoma e criativa; autonomia intelectual; respeito à pluralidade inerente aos ambientes profissionais e culturais; atuação propositiva na busca de soluções de questões demandadas.

2. Perfil Específico: compreensão dos elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia e a aplicação desse conhecimento na busca do desenvolvimento social; domínio e permanente aprimoramento das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico; compreensão e domínio dos métodos e técnicas aplicados ao ensino de Geografia.

A concretização desse perfil será fundamentada a partir das seguintes competências e habilidades, constantes nas Diretrizes Curriculares, a serem desenvolvidas durante o curso, em âmbito geral e específico.

A-GERAIS:

a) Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento.

b) Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais.

c) Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos.

d) Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica.

e) Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico.

f) Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de atuação da Geografia.

g) Utilizar os recursos da informática.

h) Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes trans e multidisciplinares.

B-ESPECÍFICAS

a) Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais.

b) Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço.

c) Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto.

d) Avaliar representações ou tratamentos; gráficos e matemático-estatísticos.

e) Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.

f) Dominar conteúdos básicos denominados de objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio.

g) Organizar o conhecimento espacial adequando-o aos processos de ensino e de aprendizagem em geografia.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

O trabalho dos profissionais da Geografia é predominantemente intelectual e, como profissionais, eles podem exercer atividades tanto no setor público quanto no setor privado, mas especialmente na prática educacional. Assim, como outras profissões formadas em cursos de licenciatura, a atuação se dá especialmente em áreas de pesquisa, docência, assessoria, consultoria e planejamento com atuação direta no ensino básico.

Nesse contexto, o curso se propõe a formar o educador capaz de ocupar seu espaço e exercer a cidadania na escola como professor(a) de Geografia. Missão esta, definida pela LDB – para as chamadas Ciências Humanas – como sendo a de formar para a cidadania e para o exercício profissional. Esta missão pressupõe a capacidade para o trabalho interdisciplinar e os princípios para a educação no século XXI da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (DELORS, 1998, p. 90)

2.3.2 Habilidades e Competências

A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o

desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Com base nos princípios definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e pelo Parecer CNE nº 492/2001 que dispõe as diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Geografia.

Conforme CNE/CP 02/2019, o curso atuará no desenvolvimento das seguintes competências Gerais:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens- verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

O curso, em consonância com as normativas federais, deverá desenvolver as competências específicas:

1. Conhecimento Profissional:

- 1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- 1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- 1.3 Reconhecer os contextos;
- 1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

2. Prática Profissional

- 2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- 2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem;
- 2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino;
- 2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.

3. Engajamento Profissional

- 3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- 3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- 3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos;
- 3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

A estrutura curricular da UNIPAMPA é semestral, sem pré-requisito e sem área de concentração, mas com disciplina do domínio conexo e atividades complementares. O formato adotado é sequencial, sendo todos os componentes curriculares obrigatórios para que o aluno cumpra o número de créditos e a carga horária necessária para obter a integralização curricular;

São realizados, durante o desenvolvimento do curso: encontros presenciais e seminários temáticos, estudos a distância e avaliações;

Como o curso é de oferta única, os(as) discentes devem realizar todos os componentes da oferta do semestre. Exceções devem ser dialogadas com a coordenação de curso. A carga horária máxima por semestre é de 600 horas, ou seja, 40 créditos.

O *Moodle* é adotado no curso como um ambiente virtual de aprendizagem.

• A infraestrutura de apoio acadêmico e administrativo é composta de: coordenadora do curso, docentes, secretaria acadêmica, tutores e coordenação de tutores;

• A indicação do quantitativo de polos e possibilidades de expansão é de 30 vagas para cada município;

• A entidade executora do projeto é a UNIPAMPA em consonância com o sistema UAB;

• A equipe técnica dos polos é composta por coordenador de polo e tutor presencial;

• O polo deverá manter uma estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades dos discentes da Instituição (polos) e se responsabiliza pela infraestrutura física e equipamentos adequados à realização do trabalho monográfico pelos alunos, tais como: acesso à Internet, a redes de informação e outros recursos indispensáveis à sua realização.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária total dos componentes curriculares/atividades fixados no currículo do curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso e a participação ou dispensa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), conforme Lei nº 10.861/2004.

Observação: Somente receberá o diploma o aluno que integralizar o currículo do seu curso.

Em relação à avaliação, de modo geral, o curso de Geografia Licenciatura EAD adota a Resolução 29, de 28 de abril de 2011.

Art. 58 O desempenho acadêmico é resultante do processo de avaliação do discente nas atividades de ensino na Instituição, em consonância com as normas regimentais e com a legislação pertinente.

Art. 59 A avaliação da aprendizagem do discente nos componentes curriculares é processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

§1º O registro da aprendizagem do aluno deve constar em pelo menos um documento físico (prova escrita, relatório ou outro instrumento de avaliação). §2º O resultado das atividades de avaliação deve ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis após a sua realização.⁸

§3º É assegurado ao discente vistas aos documentos referentes às suas atividades de avaliação, após a divulgação do resultado dessas.

§4º O resultado final da avaliação de aprendizagem é expresso como aprovado ou reprovado de acordo com os critérios de frequência registrada e nota atribuída ao discente.

§5º A nota atribuída ao discente segue uma escala numérica crescente de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 61 Atividades de recuperação são asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente.

Parágrafo único. As atividades de recuperação são descritas no respectivo Plano de Ensino, ressalvado ao docente o direito do planejamento dessas atividades.

A carga horária do curso atende às DCNs, como segue:

Prática como componente curricular: 405 horas;

Estágios curriculares obrigatórios: 405 horas;

Horas para aprendizagem dos conteúdos específicos e objetos do conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos; Horas para uma base comum que compreende conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos;

No Quadro 1, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

⁸ Salienta-se que, em casos em que a avaliação deve ser remetida ao Câmpus São Borja, o prazo de divulgação do resultado passa a contar apenas a partir da chegada dos documentos ao Câmpus.

Quadro 1: Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2940
1.1 Estágio Curricular Obrigatório	405
1.3 Prática como Componente Curricular	405
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	180
3. Atividades Complementares de Graduação	60
4. Atividades Curriculares de Extensão	330
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	210
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	120
*Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4.2)	3300**

2.4.2 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2: Matriz Curricular do Curso (EaD)

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH – Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
01	SBGEO063	Iniciação à Ciência Geográfica	não	60				60	4
01	SBGEO064	Climatologia	não	60				60	4
01	SBGEO065	Geologia	não	60				60	4
01	SBGEO066	Cartografia e Cartografia temática	não	60				60	4
01	SBGEO067	Libras	não	60				60	4
01	SBGEO068	Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação	não	60				60	4
02	SBGEO069	Geomorfologia I	não	60				60	4
02	SBGEO070	Geografia Humana	não	60				60	4
02	SBGEO071	Geografia Rural	não	60				60	4
02	SBGEO072	Geografia da População	não	60				60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
02	SBGEO073	Teorias de Currículo	não	60				60	4
02	SBGEO074	CCEExt I	não				45	45	3
02	SBGEO075	Prática Pedagógica em Geografia I	não			60		60	4
03	SBGEO076	Métodos e técnicas de Pesquisa em Geografia	não	60				60	4
03	SBGEO077	Geografia das Cidades	não	60				60	4
03	SBGEO078	Geomorfologia II	não	60				60	4
03	SBGEO079	Políticas Públicas Educacionais	não	60				60	4
03	SBGEO080	CCCG	não	60				60	4
03	SBGEO081	CCEExt II	não				45	45	3

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
03	SBGEO082	Prática Pedagógica em Geografia II	não			60		60	4
04	SBGEO083	Geografia do Rio Grande do Sul	não	60				60	4
04	SBGEO084	Região e Regionalização	não	60				60	4
04	SBGEO085	Psicologia da Educação	não	60				60	4
04	SBGEO086	Didática	não	60				60	4
04	SBGEO087	CCCG	não	60				60	4
04	SBGEO088	CCExt III	não				45	45	3
04	SBGEO089	Prática Pedagógica em Geografia III	não			60		60	4
05	SBGEO090	Geografia Econômica	não	60				60	4
05	SBGEO091	Biogeografia	não	60				60	4
05	SBGEO092	Geografia Cultural	não	60				60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
05	SBGEO093	Estágio Supervisionado em Cotidianos Escolares	não		135			135	9
05	SBGEO094	CCExt IV	não				45	45	3
05	SBGEO095	Prática Pedagógica em Geografia IV	não			60		60	4
06	SBGEO096	Hidrogeografia	não	60				60	4
06	SBGEO097	Estudo da Região das Missões e Fronteiras	não	60				60	4
06	SBGEO098	Educação Inclusiva	não	60				60	4
06	SBGEO099	Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental			135			135	9
06	SBGEO100	CCExt V	não				30	30	2

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
06	SBGEO101	Prática Pedagógica em Geografia V	não			60		60	4
07	SBGEO102	Geografias do Brasil	não	60				60	4
07	SBGEO103	Regionalização do Espaço Mundial	não	60				60	4
07	SBGEO104	Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio	não		135			135	9
07	SBGEO105	CCCG	não	60				60	4
07	SBGEO106	Prática Pedagógica em Geografia VI				60		60	4
08	SBGEO107	Políticas Públicas e Meio ambiente	não	60				60	4
08	SBGEO108	Cartografia escolar	não	60				60	4
08	SBGEO109	Geotecnologias no ensino de Geografia	não	60				60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
08	SBGEO110	Geografia Africana e afro-brasileira	não	60				60	4
08	SBGEO111	Análises Políticas do Espaço Geográfico	Não	60				60	4
08	SBGEO112	Prática Pedagógica em Geografia VII	não			45		45	3
1. Carga Horária Total de Componentes Curriculares Obrigatórios								2940	
2. Carga Horária Total de Componentes Curriculares Complementares								180	
3. Carga Horária Total de Atividades Curriculares de Extensão								330	
3.1. Carga Horária Total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas								120	
3.1.1. Carga Horária Total de Unipampa Cidadã								120	
3.2. Carga Horária Total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas								210	
4. Carga Horária Total de Atividades Complementares de Graduação								60	
Carga Horária Total do Curso (soma dos itens 1, 2, 3.1.1 e 4)								3300	

2.4.3 Abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) abordados na BNCC são: Ciência e Tecnologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social. (BRASIL, 2017).

Para tal, apenas alguns componentes curriculares foram selecionados para demarcar textual e discursivamente, o comprometimento do Curso com a transversalidade da produção do conhecimento específico e na profissionalização docente, a saber:

Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação: Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Ciência e Tecnologia; Trabalho e Vida Familiar e Social.

Psicologia da Educação: Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Direitos da Criança e do Adolescente; Ciência e Tecnologia.

Políticas Públicas Educacionais: Educação em Direitos Humanos; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; História e Cultura Afro-Brasileira; Educação em Direitos Humanos; Cidadania e Civismo; Direitos da Criança e do Adolescente.

Didática: Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Ciência e Tecnologia.

O meio ambiente e sua degradação desencadeada por processos decorrentes do modo de produção capitalista, assim como as possibilidades de preservação dos recursos naturais estão presentes ao longo do curso em componentes obrigatórios, tais como: climatologia, geomorfologia, geografia das cidades, geografia rural. Em componentes curriculares próprios, obrigatórios ou CCGs, como: Políticas Públicas e meio ambiente; Ética, desenvolvimento e meio ambiente. Também perpassa a prática como componente curricular.

A história e a cultura das etnias afro-brasileira e indígena, assim como a exclusão desses segmentos sociais na formação sócio histórica da sociedade

brasileira e as políticas compensatórias de inclusão social está presente em componente obrigatório próprio (Geografia Africana e Afro-brasileira), assim como em ementas de demais componentes: Geografia da população; História do Rio Grande do Sul; Geografias do Brasil. Estudos das diversidades étnico-raciais, de gênero, geracionais e religiosas; Direitos educacionais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas está previsto em CCG própria. As temáticas são desenvolvidas também no componente de Educação para a paz. Também perpassa a prática como componente curricular.

A temática de Direitos Humanos é tratada em componente próprio (Direitos Humanos e Cidadania), assim como as diversas violências presentes na escola (*bullying*, preconceito, violência física) nos temas dos componentes Curriculares obrigatórios, eletivos e em projetos e ações de pesquisa e extensão.

Por fim, os temas transversais contemporâneos também estão presentes ao longo das Práticas como componente curricular. Também perpassa a prática como componente curricular.

Além dos TCTs estarem presentes na estrutura curricular do Curso, são desenvolvidas pela ADAFI e pelo NEABI ações de conscientização de combate a todo tipo de violência e promoção da cultura da paz (Lei nº 13.663/2018), a educação alimentar e nutricional, conforme Lei nº 13.666/2018, violência contra a mulher (Lei 14.164/2021). Ainda, em relação à abordagem de conteúdos referentes à acessibilidade, emprega-se a Lei 14.191/2021 e sobre a modalidade de Educação bilíngue de surdos.

Outrossim, a inclusão da pessoa com deficiência, com fins de problematizar o preconceito com esse segmento social, assim como as formas de inserção social desses sujeitos é prevista em componentes próprios: Educação Inclusiva e Libras. Além de perpassar ações de ensino, pesquisa e extensão. A temática também é desenvolvida em componentes pedagógicos, tais como: Psicologia da Educação, Políticas Públicas Educacionais e Didática. Salienta-se que tanto a plataforma *Moodle*, quanto a biblioteca *Pearson* possuem recursos de inclusão, tais como VLibras e leitor de tela.

Destarte, todo e qualquer componente curricular (obrigatório ou não), a depender da autonomia docente e da potência pedagógica à interlocução inter/pluri/disciplinar, pode e deve (na medida do viável) abordar os temas transversais contemporâneos. Enquanto posição político pedagógica, pode-se afirmar que, todas as práticas como componentes curriculares e estágios supervisionados obrigatórios se comprometem (em função de suas respectivas naturezas - docência e ensino) em trazer para a cena enunciativa curricular os TCTs.

Cabe destacar que ao longo de todo o currículo tem-se atividades de inovação e empreendedorismo, conforme Resolução Consuni 338/2022, artigo 22: “A UNIPAMPA apoiará a educação empreendedora em atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Em particular, as práticas como componentes curriculares e ações de ensino, pesquisa e extensão visam a produção de recursos inovadores na educação, empreendendo novos modos da práxis docente.

2.4.4 Flexibilização Curricular

A concepção de formação acadêmica indicada no Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2019-2023) requer que os projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares).

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das

ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida a partir dos componentes curriculares obrigatório-eletivos; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares. Em relação ao percurso de formação, o aluno tem a possibilidade de cursar disciplinas obrigatório-eletivas dentro da carga horária mínima. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que 108 aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de Geografia Licenciatura EAD, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, Câmpus – São Borja, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto à coordenação do Curso – Geografia Licenciatura EAD e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do Câmpus para processamento. Nas

demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso pretendido.

O Curso de Geografia Licenciatura EAD possibilita o aproveitamento de disciplinas cursadas em outros cursos da UNIPAMPA, que tenham interfaces com o Curso de Geografia Licenciatura EAD – avaliadas e aprovadas pela Comissão do Curso, validadas como Componentes Curriculares Complementares de Graduação – CCCGs. Depois de cursado Componente Curricular em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso – Geografia Licenciatura EAD.

Para aproveitamento de componentes curriculares de outras graduações como CCG no curso de Geografia Licenciatura EAD, o currículo dispõe de dois componentes denominados Tópicos Especiais I e II, que dependem da solicitação de aproveitamento por parte do discente e aprovação da Comissão de Curso.

O curso prevê uma carga horária mínima de 180 horas em CCCGs, distribuídas ao longo do curso e contemplando temáticas inerentes à Geografia, transversais e pedagógicas, o que favorece uma formação interdisciplinar.

Quadro 3: Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso

Código	Nome	CH – Teórica	CH - Total	Créditos
SBGEO113	Direitos Humanos e cidadania	30	30	2
SBGEO114	História do Rio Grande do Sul	60	60	4
SBGEO115	Geografia do turismo e Inovação no Espaço Rural	30	30	2
SBGEO116	Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	60	60	4
SBGEO117	História do Espaço Platino	60	60	4
SBGEO118	Mídias e Educação	30	30	2
SBGEO119	Educação para a Paz	30	30	2

Código	Nome	CH – Teórica	CH - Total	Créditos
SBGEO120	Ética, desenvolvimento e meio ambiente	30	30	2
SBGEO121	Estudos das diversidades étnico-raciais, de gênero, geracional e religiosas	60	60	4
SBGEO122	Metodologia Científica	60	60	4
SBGEO123	Direitos educacionais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	30	30	2
SBGEO124	Tópicos Especiais I	30	30	2
SBGEO125	Tópicos Especiais II	60	60	4
SBGEO126	Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	2
SBGEO127	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	60	4
SBGEO128	Trabalho, Identidade e Profissionalização Docente	60	60	4
SBGEO129	Regionalização da América Latina	60	60	4

2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação

De acordo com a Resolução CONSUNI nº 29, de 20 de abril de 2011, Art. 51: As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.

Assim, as atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação, do Curso de Geografia Licenciatura EAD compreendem aquelas não previstas na matriz curricular dos cursos cujo objetivo seja o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional. O aluno deverá cumprir o mínimo de 60 (sessenta) horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar as 60 horas destas atividades, o

aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar. Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do Curso de Geografia Licenciatura, via Secretaria Acadêmica, para análise e registro da carga-horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. Será considerado o máximo de 120 horas num mesmo grupo de atividades e, considerando-se a Resolução CONSUNI 337/2022, a carga horária mínima de 10% (dez por cento) nos grupos 1 (Ensino), 2 (Pesquisa) e 4 (Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão). O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

As atividades de extensão, de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2022 estão discriminadas no item 2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso.

As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos:

Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão.

Dentro desses grupos, os exemplos mais comuns, considerados como atividades complementares para fins de formação neste Curso estão os seguintes:

- Participação em Projetos de Pesquisa e Trabalho (em geral)
- Participação em Projetos de Iniciação à Docência – PIBID
- Participação em Projetos de Iniciação Científica – PIBIC
- Participação em Programas de Residência Pedagógica - PRP
- Participação em Projetos de Extensão
- Participação em Programa de Educação Tutorial – PET
- Monitorias
- Estágio não obrigatório
- Módulos ou seminários de livre escolha
- Participação em minicursos, laboratórios, oficinas e similares
- Participação em evento científico local / regional / nacional / internacional

· Apresentação de trabalho em evento científico local / regional / nacional / internacional

- Cursos de idiomas (incluindo braile, Libras, etc.)
- Cursos de Tecnologia da informação
- Participação em Colegiados Universitários
- Participação em entidades de representação estudantil
- Participação em conselhos/ diretorias de entidades da sociedade civil.

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

É de responsabilidade dos discentes:

a) realizar as atividades acadêmico-científico-culturais visando à complementação de sua formação como Licenciado em Geografia Licenciatura EAD;

b) requerer por escrito (de acordo com modelo específico) a averbação da carga horária em seu histórico escolar;

c) anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável não validar ou indeferir a validação.

Quadro 4: Atividades Complementares de Graduação

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO			
Componentes Curriculares do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do Componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
Componentes Curriculares do ensino superior	Outras Áreas	50% da carga horária do componente curricular.	Comprovante de aprovação no componente curricular.
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do orientador

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
Projeto de ensino	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou Equivalentes	Máximo de 120h	Comprovante / Certificado
Participação de eventos acadêmicos como ouvinte	Eventos acadêmicos	Máximo de 60 horas	Certificado
GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA			
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
Trabalho completo publicado em evento	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do Trabalho
Apresentação de trabalho em evento	Eventos de Geografia ou áreas afins	10 h	Certificado de apresentação de trabalho
Participação na condição de conferencista, ou painelistas, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos	Evento Nacional ou Internacional	Carga horária discriminada no certificado (máximo 40h)	Comprovante, Certificado ou Declaração

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre Outros			
Estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa	Temas afins ao Curso	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificados
GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	Carga horária do projeto (máximo de 80h)	Declaração do coordenador do projeto
Organização de eventos de extensão	Eventos acadêmicos de nível Nacional e Internacional, também podendo ser nas abrangências locais e regionais	Máximo de 30h	Declaração da comissão da organizadora do evento ou certificado
Apresentação oral em evento de nível Nacional sobre atividade de extensão	Evento Nacional	Máximo de 20 h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica	Evento nacional ou Internacional	Máximo de 20h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Máximo de 30h	Certificado de participação e Anais
GRUPO IV - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO			
Organização e/ou participação ou	Eventos Nacionais e Internacionais em	Máximo de 30h	Certificado de participação

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística.	todas as abrangências		
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não Governamentais)	Máximo de 30h	Certificado de participação
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	Máximo de 20h	Certificado de premiação
Representação discente em órgãos colegiados	Instituição ligada à Universidade. Colegiados para fins acadêmicos	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Representação discente em diretórios acadêmicos	Ligados à Universidade	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades de cunho educacional em órgãos comunitários e Públicos	Máximo de 20h	Declaração do orientador
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica	Estágios com atividades ligadas a órgãos públicos e comunitários	Máximo de 30h	Declaração do orientador
Participação como ouvinte de atividades de cunho cultural	Participação em atividades culturais	Máximo de 20 h	Declaração da instituição responsável

As atividades complementares na modalidade de extensão não são obrigatórias, pois considerando a resolução 317/2021, os estudantes devem cumprir 10% da carga horária total do curso em atividade de extensão, conforme a inserção da extensão descrita no item 2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso.

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição curse componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.4.6 Outras formas de flexibilização

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida a partir dos componentes curriculares obrigatório-eletivos; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares. O curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que 108 aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade

de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

2.4.5 Migração curricular e equivalências

O curso não prevê migração curricular e os aproveitamentos ocorrerão conforme Resolução (CONSUNI) nº29, de 28 de abril de 2011.

2.4.6 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular, segundo nomenclatura do referido Parecer CNE/CES nº 15/2005 (BRASIL, 2005), “é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”

As Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2011), a LDB/96, no Título VI - Dos Profissionais da Educação, Art. 61 ao 67, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, destacam a importância da relação entre teoria e prática; da pesquisa como elemento essencial na formação; do aproveitamento da experiência anterior. Esses aspectos devem constituir, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação inicial e continuada de professores (Parecer CNE/CP 009/2001). Ainda de acordo com o documento, a Prática como Componente Curricular (PCC) deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, conforme o Parecer CNE/CP 09/2001 (BRASIL, 2001, p.50): “[...] as escolas de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados”. No curso de Geografia Licenciatura EAD, a oferta de Prática como Componente Curricular ocorre do 2º ao 8º semestre.

A Prática Pedagógica como Componente Curricular contrapõe-se ao princípio aplicacionista a partir do qual o aluno fazia aplicação prática do que estudou somente no final do curso, quando da realização dos estágios. Visa a ampliação do espaço de formação prática e o conhecimento e análise de situações pedagógicas. Não depende de observação direta na escola e poderá fazer uso de

tecnologias da informação, narrativas orais e escritos de professores, produções dos alunos-situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático. (RIBEIRO, 2016)

Conforme Parecer CNE/CES nº 15/2005 a prática como componente curricular pode ser desenvolvida como núcleo ou como parte de componentes curriculares ou de outras atividades formativas. Considerando o referido parecer a Prática Pedagógica como Componente Curricular no Curso de Geografia Licenciatura EAD engloba sete componentes curriculares oferecidos a partir do segundo semestre do curso. Os mesmos concorrem para a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, a inserção do discente no contexto escolar formal, a análise e avaliação de procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares e a interação com as instituições escolares. Além disso, os componentes de prática visam desenvolver os temas transversais contemporâneos em articulação com a formação docente em Licenciatura em Geografia.

A prática como componente curricular está contemplada em todo o trajeto formativo do curso, na forma de componentes curriculares como Prática Pedagógica em Geografia I, Prática Pedagógica em Geografia II, Prática Pedagógica em Geografia III, Prática Pedagógica em Geografia IV, Prática Pedagógica em Geografia V, Prática Pedagógica em Geografia VI, Prática Pedagógica em Geografia VII.

Nesse contexto, o grupo de componentes citados enfoca principalmente: reflexões sobre práticas de ensino de Geografia; à docência e a pesquisa em Geografia, metodologias e recursos didáticos para o ensino de Geografia; Educação Ambiental; tecnologias da informação e comunicação e mídias aplicáveis ao ensino de Geografia, cidadania, questões étnico raciais e a geografia da saúde e alimentação.

O desenvolvimento desses componentes busca articular a reflexão teórica com o exercício da atividade profissional por meio de trabalhos, pesquisas, planejamentos e simulações didáticas potencialmente críticas e inovadoras que objetivam aproximar o docente em formação com seu campo de trabalho.

2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

2.4.7.1 Estágio obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório inicia na segunda metade do curso e tem como objetivo possibilitar ao acadêmico a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal, em regime

presencial. O Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade curricular que possibilita a aproximação do licenciando com o campo profissional, articulando os saberes acadêmicos e a prática escolar, consolidando a indissociabilidade entre teoria e prática e deverá **atender as prerrogativas da Base Nacional Curricular Comum e seus desmembramentos regionais e locais.**

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado Obrigatório proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências docentes, as quais envolvem todo o conjunto formativo do curso. Outro elemento imprescindível à prática do Estágio Supervisionado Obrigatório é a elaboração de planejamentos de aulas, planejamentos de bimestre/semestre, elaboração de material didático, teorização da prática escolar, entre outros. Toda a atividade de estágio deverá ser avaliada e acompanhada pelos docentes responsáveis.

O estágio, portanto, tem como objetivos específicos: Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho; proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios em Geografia Licenciatura EAD seguem a regulamentação apresentada neste PPC.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está distribuído na matriz curricular em componentes curriculares e deve ser realizado no Ensino Fundamental e Médio, em escolas municipais, estaduais, federais ou privadas, conforme Termo de Compromisso e Plano de Atividades firmados entre as Unidades Concedentes e a UNIPAMPA. Os estágios obrigatórios contarão com o apoio da Coordenação de Estágios, composta pelo Coordenador de Estágio, Professores/orientador de Estágio e Tutores presenciais.

O Estágio Supervisionado Obrigatório será desenvolvido ainda, de modo complementar e na medida da disponibilidade regional, nas seguintes modalidades e focos:

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial

Educação para a Diversidade – comunidade indígena ou quilombola.

Conforme a Resolução nº 329 (UNIPAMPA, 2021), que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição, no seu artigo 38 define as atribuições do acadêmico estagiário, como segue:

- I - elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Interface de Estágios para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;
- II - cumprir o Termo de Compromisso de Estágio, bem como os procedimentos e prazos relacionados ao Estágio;
- III - exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;
- IV - elaborar e entregar ao orientador de estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- V - comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;
- VI - responder aos questionamentos do orientador com relação ao estágio, sempre que solicitado;
- VII - estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;
- VIII - conhecer e cumprir as normas internas da Unidade Concedente;
- IX - responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- X - informar ao orientador quando houver realização de atividades fora do prazo estipulado no TCE e seu aditivo.

Os profissionais vinculados ao desenvolvimento do estágio obrigatório deverão trabalhar de forma conjunta e articulada, sendo suas atribuições:

1) da coordenação de estágio: a organização do componente curricular, o encaminhamento dos processos burocráticos para realização do estágio, a fundamentação teórica do planejamento; as orientações sobre elaboração do relatório final. O coordenador também irá coordenar as atividades a serem desenvolvidas pelo professor orientador e tutor presencial.

2) do professor orientador (supervisor): orientar, avaliar e propor alterações nos planos de aula, orientar acerca de bibliografia e material didático a ser utilizado

nos planejamentos, em conjunto com o tutor presencial, realizar a observação e avaliação da regência de aula do acadêmico.

3) do tutor presencial: fazer a mediação entre alunos, professores regentes e escolas; auxiliar na orientação do preenchimento dos documentos de estágio, organizar e encaminhar os documentos de estágio (Termos de Compromisso, Atas de presença, relatórios, ficha de avaliação da aula, entre outros). Realizar as observações e preenchimento da avaliação da regência.

Obs.: Caso o aluno não possa ser assistido pelo tutor presencial ou professor para ser avaliado, ele poderá gravar a sua aula, com as devidas autorizações e enviá-la ao professor/tutor presencial do estágio.

O Estágio está estruturado em: Estágio Supervisionado em Cotidianos Escolares (135 horas); Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental (135 horas) e Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio (135 horas). O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas e iniciará no 5º semestre, sendo distribuída da seguinte forma:

5º Semestre – Estágio Supervisionado em Cotidianos escolares, com 135 horas (09 créditos) distribuídas da seguinte forma:

10 horas de observação de aulas de geografia no ensino fundamental;

10 horas de observação de aulas de geografia no ensino médio

04 horas de observação das atividades de direção;

04 horas de observação das atividades de Orientação escolar;

04 horas de observação das atividades de Supervisão escolar;

04 horas de observação de reuniões pedagógicas;

64 horas de estudos teóricos, estudos dos documentos institucionais da escola, de documentos legais e preparação de relatório;

30 horas de orientações;

5 horas de socialização e análise do estágio (produção de material audiovisual e apresentação de relatório)

6º Semestre – Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental, com 135 horas (9 créditos) distribuídas da seguinte forma:

30 horas de orientação;

50 horas de planejamento;

04 horas de observação;

16 horas de regência;

30 horas de estudos teóricos, estudos dos documentos institucionais da escola, de documentos legais e preparação de relatório;

5 horas de socialização e análise do estágio.

7º Semestre – Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio,
com 135 horas (9 créditos) distribuídas da seguinte forma:

30 horas de orientação;

50 horas de planejamento;

04 horas de observação;

16 horas de regência;

30 horas estudos teóricos, estudos dos documentos institucionais da escola, de documentos legais e preparação de relatório;

5 horas de socialização e análise do estágio.

As avaliações dos Estágios Supervisionados Obrigatórios são processuais, através do desenvolvimento do acadêmico ao longo dos planejamentos e regências, conjuntamente com o Relatório de Estágio, correspondendo a: 5,0 pontos os planejamentos e observações e 5,0 pontos ao relatório final. Devido à natureza dos componentes curriculares de estágios e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperatórias semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução 29, UNIPAMPA).

Para cada Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ser produzido um relatório contendo: apresentação do local de estágio (escola e comunidade escolar), análise dos projetos políticos pedagógicos e regimentos escolares, descrição e reflexão das observações e regências, teorizações das observações e regências, conclusões, referências bibliográficas e, em anexo, os documentos comprobatórios de estágio (atas de presença, ficha de avaliação do professor regente) e em apêndice os planos de aula.

Os critérios de avaliação do acadêmico quanto ao estágio curricular são:

- Frequência aos atendimentos e atividades na Universidade e do polo.
 - Organização da proposta de trabalho.
 - Coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula.
 - Responsabilidade, comprometimento e autonomia.
 - Desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza).
 - Relacionamento professor-aluno na regência e professor-aluno no âmbito do componente curricular de estágio.
- Frequência aos encontros presenciais e virtuais para elaboração do planejamento e relatório.
 - Coerência do relatório com a proposta fazendo uma análise crítica da prática pedagógica.

2.4.7.2 Estágio não obrigatório

O Curso possibilita ao estudante o desenvolvimento, antes mesmo do seu estágio obrigatório, das experiências e vivências que puder, em ambiente real de trabalho, conforme Resolução da UNIPAMPA nº 329/2021.

2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso

A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A prática extensionista no curso de graduação tem como principais objetivos:

- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ♣ Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA;

- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;
- ♣ Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- ♣ Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

As atividades de extensão correspondem a 10% da carga horária total do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura EAD (3300 horas) da Unipampa e serão realizadas da seguinte forma:

Quadro 5: Atividades Curriculares de Extensão

CURSO Geografia Licenciatura EAD		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS		
Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)		210 horas
Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)	Validadas através do Unipampa Cidadã	120 horas
Carga horária total		330 horas*

Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)

Os (as) discentes do curso devem realizar um total de 330 horas de extensão, sendo 210 horas em ACEV (Atividades curriculares de Extensão Vinculadas), distribuídas em componentes curriculares ao longo do curso e 120 horas em ACEE (Atividade Curricular de Extensão Específica), esse último vinculado ao Unipampa Cidadã.

As atividades curriculares de extensão específicas (ACEE), o UNIPAMPA cidadã, conforme Resolução Consuni nº317/2021, § 3º é atividade de extensão na

qual “(...) os(as) discentes devem realizar ações comunitárias junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e entes públicos.

Nesta atividade curricular de extensão, os(as) discentes devem realizar trabalhos comunitários em instituições públicas, entidades filantrópicas, organizações ou associações da sociedade civil organizada que atuem junto a pessoas em situação de vulnerabilidade. O tipo de trabalho a ser realizado deve atender à demanda da comunidade e não deve ter vínculo com a área de formação profissional/técnica do(a) discente. O planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “Unipampa Cidadã” será realizada pelo Supervisor de Extensão do curso.

As atividades curriculares de extensão podem ser realizadas nas modalidades: programas, projetos, cursos ou eventos. Sendo assim definidas:

- ♣ Programa – é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
- ♣ Projeto - é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;
- ♣ Curso - é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;
- ♣ Evento - são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

Unipampa Cidadã (ACEE)

Os(as) discentes do curso devem realizar 120 horas de atividade do “Projeto Unipampa – Curso Geografia Licenciatura EAD” Cidadã que faz parte do Programa Institucional – Unipampa Cidadã.

O “Unipampa Cidadã – Curso Geografia Licenciatura EAD” é um projeto de extensão composto por ações de cidadania e solidariedade em que os(as) discentes da Unipampa realizam trabalhos comunitários em instituições públicas, organização/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendem, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

Objetivos:

- ♣ Promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- ♣ Estimular a autonomia dos discentes;
- ♣ Aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;
- ♣ Estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Caracterização:

- a) Os(as) discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;
- b) As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;
- c) O planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)

Os discentes do curso devem realizar 210 horas de extensão no modo de atividade curricular de extensão vinculada (ACEV).

As atividades curriculares de extensão vinculadas são atividades de extensão vinculadas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares, com carga horária parcial ou total de extensão. As ACEVs

estarão discriminadas na matriz curricular, na ementa e no plano de ensino dos componentes curriculares.

As ACEVs podem ser realizadas nas modalidades: programas, projetos, cursos ou eventos, conforme descrito no regulamento das Atividades Curriculares de Extensão (Apêndice A).

No Curso de Graduação em Geografia Licenciatura EAD as atividades curriculares de extensão estarão vinculadas aos seguintes componentes curriculares:

Quadro 6: ACEVs

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO VINCULADAS (ACEVs)	
Componente Curricular	CH de Extensão Vinculada
CCExt I	45
CCExt II	45
CCExt III	45
CCExt IV	45
CCExt V	30
CH Total	210 h*

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

O ambiente de aprendizagem é um espaço (virtual e/ou físico) de interação para a construção do conhecimento e reflexão sobre a transposição didática, em que são trabalhadas diversas formas de abordagem em relação aos temas presentes nos componentes curriculares do Curso de Geografia Licenciatura EAD. As aulas acontecerão através de metodologias apropriadas à educação a distância, bem como as metodologias comumente usadas em aulas presenciais, para quando essas ocorrerem. A metodologia é pensada a partir das necessidades específicas de cada componente curricular, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento. O perfil do Curso prevê uma formação interdisciplinar, crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social. O ensino está intrinsecamente ligado à pesquisa e extensão, devendo ser um

balizador das metodologias de ensino. A aprendizagem deve ser estimulada por práticas docentes que privilegiem seminários, debates, aulas expositivas dialogadas, saídas de campo, análise e interpretação de mapas, que poderão ser corroboradas com a análise dos planos de ensino de cada professor. Salienta-se a importância do uso das Tecnologias da Informação na formação dos professores da contemporaneidade.

A modalidade a distância, conforme Litto e Formiga (2009), exige a interação entre as diferentes categorias, como segue: - aluno/professor: a interação acontece de forma síncrona e assíncrona, provocando motivação e *feedback* aos alunos, e auxiliando o seu aprendizado; - aluno/conteúdo: com as tecnologias contemporâneas, particularmente, a Internet, além de interagir com conteúdos digitais, o aluno tem a possibilidade de constituir-se como autor desses conteúdos no seu processo de aprendizagem; - aluno/aluno: a interação ocorre síncrona ou assincronamente, caracterizando o que se denomina aprendizado colaborativo e cooperativo, que envolve o aspecto social da educação; - professor/professor: professores encontram nos colegas fontes de assistência e *insight* pedagógicos, constituindo, assim, comunidades físicas e virtuais. Ocorre a distância, em congressos e seminários, ou mesmo informalmente. - professor/conteúdo: o professor é autônomo na elaboração do conteúdo, contudo suas fontes de consulta devem ser rigorosamente citadas; - conteúdo/conteúdo: alguns programas são semi autônomos, proativos e adaptativos, utilizando recursos de inteligência artificial. Esses aplicativos podem recuperar informações, operar outros programas, tomar decisões e monitorar os recursos na rede; - aluno/interface: dá conta das interações que ocorrem entre o aluno e a tecnologia, já que o aluno precisa utilizar a tecnologia para interagir com o conteúdo, com o professor e os outros alunos; - auto interação: chamada de interação intrapessoal, enfatiza a importância da conversa do aluno consigo mesmo durante o engajamento com o conteúdo do aprendizado; - interação vicária: a interação acontece de modo silencioso, quando o aluno apenas observa as discussões e os debates, sem deles participar ativamente.

Considerando o exposto, a metodologia empregada no curso, integra atividades síncronas e assíncronas de modo a permitir a efetivação da

aprendizagem. Atende o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que em seu artigo primeiro estabelece que

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Nesse contexto, os componentes curriculares e seus respectivos conteúdos são dispostos na plataforma *Moodle* e desenvolvidas conforme as peculiaridades dos diferentes componentes, através de atividades síncronas e assíncronas. Para tanto, são utilizados textos, vídeos, *fóruns*, *chats*, vídeo aulas, videoconferências através *Google Meet* (*Ferramenta de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google*). Para um melhor gerenciamento, os alunos estão divididos em grupos de acordo com os polos.

No *Moodle*, os professores disponibilizam e ministram suas aulas através de ferramentas interativas, ferramentas colaborativas e recursos de avaliação, que poderão ser realizadas individualmente ou em grupos. Como já mencionado, a apresentação do conteúdo poderá ser realizada através de vídeos, áudios, material didático digital e animações em diferentes formatos. O acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno é realizado através de ferramentas de avaliação, individual ou em grupo, como glossários, questionários com correção automática, ferramentas colaborativas de autoria, como *wikis*, tarefas e lições que exigem do aluno resposta aos temas propostos através da redação de textos.

Os materiais que são produzidos ou revistos no âmbito do sistema UAB devem ser Recursos Educacionais Abertos, ou seja, devem estar sob domínio público ou estar licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Recomenda-se a utilização prioritária de Recursos Educacionais Abertos para os cursos de oferta institucional na modalidade EaD ou presencial com carga horária a distância.

No *Moodle*, os materiais didáticos referem-se aos recursos que são utilizados para a disponibilização de conteúdo dentro do ambiente virtual, sejam textos, imagens, *hiperlinks*, apresentações em *slides*, materiais audiovisuais,

dentre outros. Os materiais didáticos podem ser documentos arquivados no servidor do *Moodle*, conteúdos em sites externos, ou criados no próprio Moodle, com o uso dos recursos e ferramentas disponibilizadas pelo ambiente.

Na Unipampa, o Moodle está integrado com o sistema acadêmico através do módulo Portal do Professor, no sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais). Desse modo é possível exportar o componente curricular por ano/período para o *Moodle* e criar automaticamente o ambiente com a turma já incluindo os discentes matriculados. Quando o docente realiza esta integração GURI/Moodle é realizada a importação de Modelo de Componente Curricular com orientações para a configuração do ambiente pelo docente.

O Manual Produção de materiais didáticos para a EaD contém informações e orientações ao professor sobre a produção do material para o *Moodle*, sobre planejamento, estrutura e linguagem, bem como o roteiro da aula virtual no Moodle é um modelo de guia didático.

O Plano de Contingência sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem e Materiais Didáticos para atividades a distância é elaborado pela Equipe Multidisciplinar e apresenta informações sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os Materiais Didáticos para EaD e descreve possíveis ocorrências com as indicações de orientações e procedimentos para solução. O Plano de Contingência visa, deste modo, a continuidade da oferta dos serviços, sistemas e ferramentas à comunidade acadêmica da universidade.

Os recursos pedagógicos são disponibilizados nos componentes curriculares e em sequências pedagógicas. Os recursos atendem o quantitativo de alunos que o curso possui, sendo que os docentes procuram atualizar o material, conforme as novas ofertas de componentes curriculares. Quando necessário, os professores podem solicitar ajuda às professoras conteudistas (da equipe multidisciplinar), que estão disponíveis para subsidiar o trabalho docente. O material didático é avaliado pelos discentes através da CPA, pela pergunta: Como você avalia o material didático do curso em que você atua? Os resultados constituem como recursos para NDE e Comissão de curso ponderarem e aperfeiçoarem os procedimentos didáticos. A UNIPAMPA possui uma equipe multidisciplinar, que entre outros aspectos, fornece assistência pedagógica e

técnica aos docentes na elaboração de material didático disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Já as atividades presenciais são realizadas nos momentos de avaliações, visitas da coordenação do curso e dos professores aos polos. A cada semestre, cada polo recebe pelo menos uma visita da coordenação e pelo menos uma visita de um dos professores dos componentes que estão sendo oferecidos no semestre. Também ocorrem atividades presenciais durante eventos promovidos pelos polos como: semanas acadêmicas, trabalhos de campo, palestras.

Os estudos a distância ocorrem com o acompanhamento dos tutores. Em cada polo onde o curso é oferecido há um tutor que atende aos alunos de forma virtual e presencial, sempre que for necessário. Já na sede do curso, no Câmpus São Borja da UNIPAMPA, um grupo de tutores está à disposição para atuar juntamente aos alunos, com os tutores localizados nos polos, mas, principalmente, para fazer a intermediação mais direta com os professores.

Os tutores, para melhor desempenharem seu trabalho, possuem a coordenadora de tutoria, localizada na sede do curso e dá suporte aos tutores do curso para a qualificação de seu trabalho. Essa coordenadora de tutoria é responsável pelo acompanhamento e supervisão das atividades desempenhadas pelos tutores, acompanhamento do planejamento e desenvolvimento das atividades de capacitação dos tutores, suporte quanto à utilização de ferramentas no ambiente virtual e também supervisão e análise da regularidade de acessos dos tutores. A Coordenadora de tutoria presta apoio técnico à coordenação do curso e docentes.

A interação entre tutores, docentes, coordenação do curso e coordenação do polo é realizada regularmente por meio de *e-mails*, mensagens de *whatsapp* e reuniões. O planejamento do semestre é realizado pela coordenação de curso e socializado/debatido com tutores e docentes e documentado via SEI. A integração do docente com os tutores ocorre através dos recursos disponíveis no *moodle*, *e-mail* e *wathsapp*.

Para aprimorar os processos e articulações entre tutores, docentes, Coordenação de Curso e Coordenação de Polo e discentes, o curso faz uso das pesquisas da CPA, às quais os alunos respondem semestralmente e pesquisa

própria do curso, via *google forms*. Através dos resultados das pesquisas, observa-se mecanismos para qualificar a comunicação e os processos pedagógicos.

Em relação à questão da acessibilidade, a UNIPAMPA vem desenvolvendo instrumentos para ampliar as políticas de acessibilidade. Entre elas, destaca-se a Resolução 328, de 04 de novembro de 2021, a qual aprova as diretrizes para acessibilidade no âmbito do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade. Outro recurso de acessibilidade é o ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* disponibiliza o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuem baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Neste contexto, o componente da Língua Brasileira de Sinais busca estimular a prática da linguagem dos sinais, além de reiterar a importância da cultura surda através de atividades práticas utilizando-se recursos disponibilizados no respectivo componente curricular. Considerando a especificidade do componente de Libras, justifica-se uma carga horária prática. Como trata-se de um componente de ensino de língua de modalidade visual, motora e de estrutura linguística e gramatical diversa da Língua Portuguesa, dentro de um curso de formação de docentes para o ensino da Geografia, é mister que os acadêmicos sejam estimulados a prática do uso da Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS. Língua de ensino, instrução e direito das comunidades surdas brasileiras são temáticas desenvolvidas. Portanto, apresentar aos sujeitos a cultura surda, a língua e gramática em sua contextualidade e uso, além do referencial teórico interativo como paradigma teórico/metodológico para entendimento da cultura surda e suas especificidades

Além do apoio prestado pela Divisão de Educação a Distância da Prograd, A UNIPAMPA possui uma equipe multidisciplinar, instituída pela Portaria nº1861, de 26 de outubro de 2022, a qual presta assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Essa equipe auxilia

no planejamento para realização de análise de materiais didático-pedagógicos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para a modalidade de educação a distância.

Quanto ao sistema de avaliação, de acordo com as Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução CONSUNI 29/2011), será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final mínima de 6,0 (seis). A obtenção da média final deve resultar de formas diversificadas de avaliação, a seguir descritas.

2.5.1 Interdisciplinaridade

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32)

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas “a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.” (p. 47).

A Geografia é uma ciência que se constitui na intersecção de outras áreas do conhecimento, potencializando-a como interdisciplinar. Os componentes curriculares e projetos de ensino, pesquisa e extensão somam-se ao desenvolvimento de licenciandos aptos ao diálogo interdisciplinar.

2.5.2 Práticas Inovadoras

A inovação vem sendo a tônica das políticas públicas curriculares nas últimas décadas, assim como as práticas são a aposta de agenciamento e efetividade de um projeto social criativo, dinâmico e autogerenciável. Nesse sentido, a formação universitária é desafiada a dialogar de forma horizontal com as novas e emergentes demandas sociais, o que não seria diferente das novas demandas do contexto escolar para a formação docente. Um exemplo atual é estabelecido no âmbito formativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum Curricular para a formação de professores (BNCC Formação). Para exemplificar, vejamos o Art. 8º - os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos (2019, p.5):

[...] II - o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas.

No contexto local, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) da Unipampa apresenta em um de seus objetivos acadêmicos, “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas”. (p. 39-40)

De tal modo, o Curso de licenciatura em Geografia faz uso de tecnologias digitais com vista a inovação e a interdisciplinaridade do ensino, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Em termos formativos e qualitativos pode-se dizer que, a acessibilidade pedagógica constitui-se como um conjunto de princípios contratuais, éticos e didático/metodológicos com vistas à garantia de acesso ao ensino e efeitos significativos à aprendizagem, em específico, às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Para tal, o Curso de Licenciatura em Geografia compromete-se com a elaboração de metodologias engajadas, seja pela força de demanda (diagnóstico do perfil e singularidades após ingresso dos/as acadêmicos/as), seja enquanto reforço do processo atitudinal em termos de ensino e democratização do direito à aprendizagem de seus/as acadêmicos/as. Neste último, cabe destacar que “ter uma atitude” de empatia, compreensão e sensibilidade pedagógica para compreender que os/as acadêmicos/as são diferentes, acumulam trajetórias de escolarização, cultura e distribuição social de oportunidades distintas e assimétricas, faz parte do trabalho pedagógico de todo e qualquer profissional da educação.

Destarte, para além de estar realizando um trabalho com vistas a contratualidade do campo legal e dos direitos assegurados em lei, se está firmando o comprometimento do Curso em sondar qualitativamente e de forma contínua o processo atitudinal de sua equipe de trabalho (variadas frentes - gestão, corpo docente, corpo de tutores/as, etc...), como forma de possibilitar condições de efetivação da formação docente humanizada.

Ademais, de acordo com a Resolução 328/2021, é possibilitado ao discente surdo(a) a produção das atividades acadêmicas, incluindo as avaliações, primeiramente em LIBRAS, com posterior tradução em língua portuguesa, sempre que necessário. A tradução para a língua portuguesa deverá ser feita por profissional habilitado para realizar a tradução e interpretação de forma colaborativa com o autor. Também são garantidos recursos acessíveis, tais como: prova ampliada, prova em Braille, Soroban, LIBRAS tátil, auxílio de ledor, tradução/interpretação em LIBRAS, auxílio para transcrição, fácil acesso, apoio

para orientação e mobilidade, audiodescrição, comunicação alternativa, bem como todo o tipo de recurso que reduza as barreiras de acessibilidade.

No caso de componentes curriculares que tenham aulas práticas e/ou de laboratório, os professores deverão, juntamente com o interface do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE), decidir, se possível, sobre as adaptações necessárias, tendo em vista as particularidades de cada discente.

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; Proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; Proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual. Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar,

prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

Pontualmente em relação à plataforma de ensino-aprendizagem do curso, o *Moodle* e a biblioteca virtual Pearson disponibilizam o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuem baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem

As tecnologias da informação têm promovido a formação de docentes qualificados para agir no mundo informacional e nas novas configurações de sociedade e trabalho. Desta forma, possibilita-se que essa nova geração de docentes que ingressarão na educação básica incorpore essas tecnologias de forma criativa e dinâmica. Tudo isso é potencializado pelo formato do curso e o desenvolvimento dessas habilidades, como no próprio aprendizado discente, na sua experiência formativa, que é desenvolvida a partir das TICs.

Nesse contexto, as TICs são compreendidas como forma de aumentar e melhorar a capacidade funcional e, com isso, contribuir para potencializar a construção do conhecimento e a aprendizagem de todos os alunos, ampliando a acessibilidade ao currículo. São exemplos de TICs adaptadas: *Netbooks Itaotec Infoway* modelo W7010 + fonte + mouse + capa + maleta; Gravadores digitais Sony modelo USB PC Link; Lupa eletrônica Alladin modelo USB/TV; Fone de ouvido modelo Microsoft Life Chat LX – 3000; Impressora braile modelo Juliet – SN#J1841PN; Leitor de livros (Scanner) Book Reader; Scanner para digitalização de acervo; Teclado numérico; Software leitor de telas Jaws; Sólidos geométricos; Software boardmaker. O quantitativo dos equipamentos por campus da

UNIPAMPA, tanto para TICs adaptadas, quanto para TAs, está disponível no site do INnA, no entanto podem ser deslocados para o campus onde houver alguma necessidade específica.

O ambiente virtual de aprendizagem usado no curso é a plataforma Moodle, a qual permite implementar práticas dinâmicas a partir do uso das diferentes TICs: Celular; Tablet; Computador; Televisão; Impressoras multifuncionais; Câmera fotográfica; *Pen drives*; *E-mails*; Serviços de *streaming*; *Sites da Internet* como: Repositórios Digitais, Referatórios de Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais, Plataformas de Compartilhamento de Vídeos, Sistemas de Busca de Informação, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas e plataformas de comunicação por videoconferência, de acordo com as especificidades de cada componente curricular.

Atualmente, a partir da pandemia, foi amplamente utilizada a plataforma de videoconferência do *Google*, o *Google Meet*, para encontros/orientações/reuniões síncronas. Através do *Google Meet*, discentes, docentes e equipe de coordenação conseguem compartilhar textos, vídeos e áudio com os demais participantes da reunião.

Outra ferramenta utilizada atualmente e que também faz parte do cotidiano dos alunos, a qual possibilita a interação entre eles e tutores, é o aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz, *WhatsApp*, que permite a interação entre todos os participantes do grupo, a troca de mensagens, o compartilhamento de arquivos, vídeos e áudios. Todos esses recursos ampliam as possibilidades de interação, favorecendo a comunicação e o acesso às atividades didáticas.

Em relação a questão de acessibilidade, o ambiente virtual de aprendizagem Moodle disponibiliza o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuam baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

De acordo com a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade prevê a utilização das tecnologias assistivas (TAs), presentes no planejamento da estrutura

curricular, as quais não se restringem à sala de aula, devendo ser acessíveis a todos os estudantes e em tempo integral. Compreendem produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, sendo que as TAs também compreendem as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

2.5.4.1 Outros recursos didáticos

A Equipe Multidisciplinar da Universidade Federal do Pampa é formada por diferentes profissionais que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição que ofertam atividades na modalidade a Distância, com contínuo diálogo entre os Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores(as) de curso com ou sem fomento externo, docentes, tutores(as), bolsistas de convênios de fomento externo de cursos EaD e técnicos(as) administrativos(as) em educação que participam direta e indiretamente das ações propostas pela equipe. A Divisão de Educação a Distância (DED), vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento, Avaliação e Acreditação da Pró-Reitoria de Graduação da Unipampa, tem como objetivos assessorar a implantação e desenvolvimento de cursos e projetos mediados por tecnologias educacionais, assim como fomentar a utilização de tecnologias educacionais e a educação a distância na instituição. Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar da Unipampa é configurada a partir da atuação da Divisão de EaD, em parceria com outros setores da instituição. Cria-se, portanto, uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD. Assim, seu Plano de Ação define as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com as normativas sobre regulação e avaliação de cursos, Projetos Pedagógicos de Cursos e PDI.

- Assessorar a implementação de cursos e projetos de educação mediados por tecnologias educacionais no âmbito da educação aberta e a distância;

- Auxiliar as coordenações de curso na atualização do Projeto Pedagógico do Curso;
- Prestação de assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Planejamento para realização de análise de materiais didático-pedagógicos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para a modalidade de educação a distância;
- Promoção de atividades de formação e capacitação para uso do AVA institucional, ferramentas de TICs, gravação e edição de videoaulas e materiais audiovisuais, aos docentes, tutores e demais profissionais envolvidos no desenvolvimento dos cursos EaD e presenciais que ofertam carga horária EaD;
- Atuação na concepção, produção e disseminação de tecnologias, de metodologias e dos recursos educacionais para a educação a distância;

A equipe multidisciplinar foi instituída pela portaria nº 1861, de 26 de outubro de 2022. A equipe é constituída por: Elvis Galarca Menezes Mendes, Técnico de Tecnologia da Informação; Henrique Rockenbach de Almeida, Programador Visual; Isaphi Marlene Jardim Alvarez, Professora do Magistério Superior; Karine Braga Moreira, Técnica em Assuntos Educacionais; Leonardo Mathis Fischer, Analista de Tecnologia da Informação; Maria Crisna Graeff Wernz, Secretária Executiva; Mateus Guimarães da Silva, Professor do Magistério Superior e Verônica Morales Antunes, Pedagoga.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do discente é processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação só tem sentido quando realizada a partir de um Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC) coletivo e enquanto mediadora do processo ensino/aprendizagem, respeitando-se as especificidades de cada atividade pedagógica e componentes curriculares, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes.

Principais formas de avaliação:

Diagnóstica – esta forma de avaliação pressupõe o discente como um agente relacionado a um processo de aquisição significativa de conhecimento. O docente elabora um conjunto de atividades para conhecer o discente suas aptidões, interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros, e tem como objetivo orientar, explorar, identificar, adaptar e predizer. A avaliação diagnóstica pode ser realizada através de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.

Formativa – esta forma de avaliação tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado pelo docente, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações.

Somativa – esta forma de avaliação pode ser realizada através de pareceres escritos do professor sobre seminários, artigos, etc. desenvolvidos pelos alunos, e que permite identificar o reconhecimento das etapas do processo de ensino e de aprendizagem

A relação dos discentes com as tecnologias se fará pela adoção de suportes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Educação à Distância (EAD) e da Plataforma *Moodle*.

Conforme a Resolução CONSUNI 29/2011: A todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de ensino, em uma perspectiva de avaliação contínua e diagnóstica. A instrução também assegura a existência de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado nos planos de ensino.

Avaliação é o processo que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Nesse caso, a avaliação inclui o diagnóstico e a regulação, incluindo aferição de resultados para a progressão. Envolve ainda, colateralmente, a certificação das aprendizagens. Em todas essas etapas, o desenvolvimento da autoavaliação é elemento central no processo da simetria invertida, do aprender a aprender e ensinar, em que o estudante-docente precisa reconhecer – com segurança e

solidez – o que sabe identificar o que não sabe, e aconselhar-se sobre como poderá buscar desenvolver o que precisa e o que precisam os que por ele estarão orientados. Portanto, o principal avaliador do estudante deve ser ele mesmo. O professor, na condição de principal orientador pedagógico e acadêmico, deve trabalhar de modo a estimular seus estudantes à condição de melhores avaliadores das próprias aprendizagens, estratégia essencial para uma formação docente de alta qualidade, oferecendo, entre outros fatores, critérios bastante claros para a acreditação do trabalho discente e para a integralização curricular, que no Projeto também tentamos tratar de modo inovador.

Conforme Hoffmann (1995), quando descreve a avaliação como uma concepção transformadora: a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do professor sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do estudante, na sua trajetória de desenvolvimento das competências e na construção dos conhecimentos. Trata-se de um processo interativo, por meio do qual os estudantes e professores aprendem sobre si mesmos, vivenciando dialogicamente a realidade do processo ensino- aprendizagem no ato próprio da avaliação.

Tendo em vista a garantia dos objetivos e da qualidade do processo de formação, conforme Hoffmann (1995) e Sant'Anna (1995), a avaliação deve ser:

Reflexiva – desenvolvida como ação investigativa e reflexiva;

Cooperativa – trata-se de um ato coletivo e consensual do qual participam todos os envolvidos, diretos e indiretamente, na ação educativa;

Contínua – acompanhando toda a ação pedagógica, identificando o estágio em que se encontra a execução do plano educativo;

Integrada – a avaliação é parte integrante da ação educativa, com a qual mantém uma relação dialética: ela é produto e fator da ação pedagógica;

Abrangente – atingindo todos os componentes da ação pedagógica;

Versátil – deve se basear em inúmeras aferições, em vários tipos de dados, com múltiplos, variados e adequados instrumentos, e deve se processar em diferentes momentos.

A partir desses princípios, propõe-se um sistema integrado de avaliação do Curso e das atividades pedagógicas, de acordo com os objetivos do Curso e perfil do formando, como segue:

1. Enquanto mediadora dos processos de ensino e de aprendizagem, a avaliação das atividades acadêmicas deve permitir a articulação entre as etapas do processo pedagógico; e ser orientada pelos objetivos do curso e perfil esperado do formando, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e operacionalização de conceitos, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos;

2. Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, quais competências e habilidades a serem desenvolvidos, bem como os critérios de avaliação, os quais devem ser discutidos previamente com os alunos, assim como os resultados e as medidas a serem tomadas para o aperfeiçoamento do processo;

3. O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e reelaboração do conhecimento;

4. A nota para promoção em componentes curriculares, obrigatórios e complementares é 6,0 (seis), conforme estabelecido pela Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011).

Demais formas de recuperação processual são previstas nos respectivos planos de ensino. Poderão ser desenvolvidas atividades de estudo/recuperação mediada pelos tutores e ações de revisão de conteúdo realizadas em grupos de estudos nos polos.

O TCC, por constituir em atividade de natureza acumulativa, processual e específica da formação que está de acordo com a proposta de desenvolvimento da pesquisa, terá nota de promoção mínima igual a 6,0 (seis). Constitui um Componente Complementar de Graduação, conforme a construção própria do itinerário formativo do discente.

Serão proporcionadas atividades avaliativas de recuperação para aqueles e aquelas que não atingirem a média 6,0 (seis). Esta recuperação deverá ser explicitada nos planos de ensino bem como acordadas entre o docente e os discentes.

2.7 APOIO AO DISCENTE

A UNIPAMPA disponibiliza programas desenvolvidos que fazem parte de políticas institucionais geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e materializados através de ações dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Câmpus. Para o atendimento das demandas discentes, ações institucionais, que visam o atendimento pedagógico ao discente são desenvolvidos através do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), elaborado em conjunto com a PROGRAD, NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Atualmente este programa é desenvolvido numa parceria entre PRAEC, PROGRAD e NuDEs. À PRAEC cabe mais especificamente trabalhar com o projeto de acompanhamento pedagógico aos beneficiários do Plano de Permanência.

Compõem o NuDE do Câmpus de São Borja: William Bernardes, Leandro Lied, Ana Dutra e Gilvane Belém Correia.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), desenvolve programas que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. De maneira articulada com outros setores da instituição, são oferecidos os seguintes programas:

- O Plano de Permanência (PP) auxilia os estudantes de graduação. O PP visa melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão e retenção. O plano é constituído pelos programas:

- Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa – contribui para o provimento das necessidades de refeição diária do aluno. Segundo a resolução 84/2014, são duas modalidades do Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação (Destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do aluno); e Alimentação Subsidiada, em sete Câmpus, atualmente oito restaurantes Universitários funcionando e três em fase de

implantação. Este Programa atende os beneficiários do Plano de Permanência que acessam o RU com o valor da refeição totalmente subsidiado pela universidade. No Câmpus São Borja os(as) alunos(as) podem acessar o Restaurante Universitário (RU);

- Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro: para atender os alunos cuja residência é externa ao do município de seu Câmpus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Câmpus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Câmpus;

- O Programa de Apoio ao Transporte: contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares, e se estende aos alunos da zona rural. Os auxílios têm reajuste anual, e o aluno que ingressar neste Plano poderá receber os benefícios até se formar, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos e socioeconômicos, por meio de comprovação periódica junto ao assistente social de sua unidade. São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Plano. A avaliação para a concessão do benefício é feita pela equipe técnica da PRAEC, que conta com assistentes sociais nos dez Campi da Universidade.

- O Programa Desenvolvimento Acadêmico (PDA) é realizado em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas, e permite que os acadêmicos, previamente inscritos e selecionados, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica (I- ensino e monitoria em componente curricular; II- pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; III- extensão e cultura; IV- ações sociais, culturais e de atenção à diversidade) e iniciação à Práticas Acadêmicas Integradas articulando ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a sua manutenção financeira e permanência acadêmica. Os valores das bolsas deste programa se equiparam aos dos principais órgãos de fomento e se desenvolvem em modalidades de 12h/semanais e 20h/semanais, sendo que o processo de seleção dos projetos se dá de forma articulada nas respectivas comissões de ensino, pesquisa e extensão.

- O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) visa contribuir para o custeio de despesas inerentes à participação em eventos. O valor do auxílio depende da localidade do evento e do período de participação do

discente. O auxílio se destina à participação de discente na condição de apresentador de trabalho e/ou para representação institucional, atende também alunos que representam a Universidade em comissões que exigem a representação estudantil, assim como em áreas específicas em que é exigida a representação da Unipampa no conjunto das outras universidades.

- Política de Assistência estudantil para discentes indígenas e quilombolas. Por meio da Norma Operacional n.º 6/2018 (Norma operacional n.º 6/2018), retificada pela Norma Operacional n.º 3/2019 (Norma Operacional n.º 3/2019), considerando a necessidade da criação de política específica para atendimento de discentes indígenas e quilombolas, instituiu-se, como parte dos programas a serem ofertados pela PRAEC, o Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola, o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola e o Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola.

a) Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola – PAPIQ

Chamada para a inclusão dos discentes indígenas aldeados ou moradores das comunidades quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UNIPAMPA, nos Programas de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio-Creche, com o objetivo de oferecer condições de permanência na Instituição, até a admissibilidade do discente no Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação – PBP/MEC.

Ainda, a Portaria PRAEC n.º 2/2019, que regulamenta a concessão dos benefícios do PAPIQ aos estudantes indígenas e quilombolas ingressantes no Curso de Educação do Campo – Licenciatura.

b) Programa de Monitoria Indígena e Quilombola

O programa seleciona monitores para atender, prioritariamente, os estudantes indígenas e quilombolas, selecionados por processo seletivo de ingresso específico, em suas atividades acadêmicas.

c) Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola

Objetiva complementar a política de apoio aos discentes indígenas e quilombolas, ingressantes por meio de processo seletivo específico para indígenas

e quilombolas, ou através da reserva de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para indígenas e quilombolas.

O programa visa promover a iniciação na vida acadêmica dos alunos indígenas e quilombolas, por meio de atividades nas modalidades ensino, pesquisa, extensão e ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica, que proporcionem a ligação entre o curso e as demandas das comunidades indígenas e quilombolas, incluindo seus saberes e sua cultura, na perspectiva da interculturalidade.

- O Programa de Apoio Social e Pedagógico/PASP, faz parte do conjunto de atividades na área de Ações Afirmativas - com a intenção de dar suporte às atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NUDEs) e pelas Comissões Multidisciplinares de Acessibilidade das unidades acadêmicas na realização de atendimento direto a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem por ordem diversas, desta forma, busca concretizar as políticas de Ações Afirmativas na UNIPAMPA.

- O Programa de Apoio ao Ingressante consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica a que estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo oferecer condições de acesso, permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil.

Se referem a projetos do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e à acessibilidade e atendimento educacional especializado:

1. Evasão e retenção [responsabilidade PROGRAD];
2. Apoio Social e Pedagógico [responsabilidade PRAEC-PROGRAD];
3. Acompanhamento ao Desempenho do Estudante [responsabilidade PROGRAD e NInA];
4. UNIPAMPA Acessível [responsabilidade NInA];
5. NInA em Rede [responsabilidade NInA].

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UNIPAMPA coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os Câmpus, mobiliário adaptado, recursos eletrônicos de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A UNIPAMPA assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência (p. 80-85), retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a Universidade:

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...) Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, à luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (PDI UNIPAMPA, 2014, p. 84-5).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.7.691/2011). (PDI UNIPAMPA, 2019-2023). A interface do NInA no Câmpus São Borja é a servidora Gilvane Belém Correia.

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, foi aprovada a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 328/2021 que institucionaliza as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis, contemplando também o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes visando a autonomia e independência na Instituição e fora dela, podendo ser organizado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, a partir da avaliação da equipe multidisciplinar.

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da UNIPAMPA; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez *campi* da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva. O Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) visa promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem.

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

A UNIPAMPA recebe atualmente recursos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), normatizada pelo Decreto Nº 7.234/2010. Além disso, a UNIPAMPA destina recursos próprios para a área.

Acrescenta-se os projetos desenvolvidos atualmente:

- PET - O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica (site UNIPAMPA).

- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

- PRP – Programa de Residência Pedagógica.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de

informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a

avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

2.8.1 Auto-avaliação do curso

A autoavaliação do curso será realizada a partir de: reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outros; análise e discussão dos dados e relatórios da CPA e dos relatórios internos.

A autoavaliação do curso está pautada na missão institucional, sendo organizada em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei 10.861/2004, e com a política de Avaliação Institucional da Universidade.

No âmbito da autoavaliação do curso, conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, o projeto prevê alguns instrumentos que ajudam a diagnosticar as condições de sua oferta. O papel do processo de autoavaliação é acompanhar o desenvolvimento do curso de maneira mais geral, analisando criticamente as diferentes ações implementadas por sua coordenação, para avaliar se e em que medida elas cooperam para realizar os princípios da UNIPAMPA e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia Licenciatura EAD. Visa também aperfeiçoar e melhorar a qualidade das ações e opções cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados pela comunidade acadêmica.

Entende-se que o processo de avaliação do curso é permanente, com a aplicação de instrumentos específicos para momentos pontuais do ciclo de

formação dos alunos. De modo a se fazer o levantamento de dados necessário para aferir a qualidade do curso, elencam-se como instrumentos para o processo de autoavaliação:

a) reuniões periódicas da Comissão de Curso e do NDE, para avaliar a oferta do curso e as demandas apresentadas pelos alunos;

b) questionários a serem preenchidos pelos alunos, e tutores com o objetivo de coletar dados para subsidiar a Comissão de Curso e o NDE em suas decisões (APÊNDICE C e D);

c) avaliação dos discentes sobre o desempenho didático dos docentes, conforme Resolução CONSUNI nº 80/2014.

d) debates, com a comunidade acadêmica, com a finalidade de divulgar resultados dos dados coletados pelos diferentes instrumentos e determinar ações para a melhoria contínua do curso;

e) utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros.

Como é possível observar, prevê-se a participação de todos os envolvidos com o curso nos processos de autoavaliação, além de utilizar os resultados da avaliação para o replanejamento e qualificação do curso.

2.8.2 Acompanhamento de egresso

O acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em Geografia, atenderá a Resolução nº 294, de 30 de novembro de 2020, a qual regulamenta o acompanhamento de egressos da UNIPAMPA. Estima-se que possibilitará conhecer a área de atuação dos egressos as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, entre outros, no *site* do curso.

3 EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: INICIAÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

A ciência geográfica na Antiguidade (o conhecimento geográfico). A Geografia como Ciência no Século XIX e as correntes do pensamento geográfico na atualidade. Geografia tradicional, quantitativa, crítica, humanista.

Orientações:

OBJETIVO GERAL

Compreender a evolução do conhecimento e do pensamento geográfico dentro dos contextos históricos e a relação dessa ciência com o modo de produção capitalista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar o contexto de constituição da ciência geográfica;
- ♣ Diferenciar o conhecimento geográfico da ciência geográfica;
- ♣ Reconhecer as correntes históricas e contemporâneas do pensamento geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Fundamentos epistemológicos da geografia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2012.

MEDEIROS, Paulo Cesar. **Epistemologia da geografia: elementos para apr(e)nder e ensinar a dinâmica do espaço**. InterSaber, 2017.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FERNANDES, Caio da Silveira; SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Geografia das redes** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2020.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**: para a crítica da geografia que se ensina. São Paulo: Contexto, 2014.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro. Vol. 1**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro vol. 2**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro vol. 3**: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia em perspectiva**: ensino e pesquisa. 4ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RIQUE, Lenyra. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SARDE NETO, Emílio; MALANSKI, Lawrence Mayer. **Território, cultura e representação**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2016.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. N.12, Porto Alegre, p.7-14. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em: 27 jul. 2021

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Renada Adriana Garbossa. **Geografia política e geopolítica**. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaber, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: CLIMATOLOGIA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Conceitos de climatologia na Geografia. Radiação solar. Atmosfera. Elementos formadores do clima e fatores climáticos. Dinâmica geral da atmosfera. Massas de ar e massas de ar atuantes no Brasil. Classificações climáticas. Fenômenos climáticos.

OBJETIVO GERAL

Compreender os fenômenos associados à constituição do clima e do tempo em diferentes contextos geográficos, assim como avaliar as ações antrópicas nas questões climáticas. Problematizar as mudanças climáticas e seus impactos sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar os elementos e fatores do clima;
- ♣ Relacionar espaço geográfico e classificação climática
- ♣ Reconhecer fenômenos da natureza e a ação humana nas dinâmicas climáticas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

MENDONÇA, Francisco. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo (Org.). OLIVEIRA, Inês Moresco Dani; BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo; GONÇALVES, Neyde Maria Santos (Colaboradores). **Clima urbano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

STEINKE, Ercília Torres. **Climatologia fácil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHANG, Manyu [et.al]. **Metodologias de estudos de vulnerabilidade à mudança de clima**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

ESTEVEZ, Laura Freire. **Biogeografia, climatologia, hidrogeografia**: fundamentos teórico-conceituais e aplicados. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

GOULART, Adriano Ávila; FOGAÇA, Thiago Kich. **Introdução à climatologia**: conceitos, pesquisas e ensino. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2018.
MANUAL compacto de geografia do Brasil: ensino médio. São Paulo: Rideel, 2010.

RIBEIRO, Marta Foeppe; FREITAS, Marcos. A. V.; ROSA Luis Pinguelli (orgs.). **Vulnerabilidade e ações de adaptação dos recursos hídricos às mudanças climáticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOLOGIA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Tempo geológico. Minerais: classificação e propriedades. Rochas ígneas, sedimentares e metamórficas: processos e produtos; Dobras, falhas e fraturas; Tectônica de placas; Terremotos; Intemperismo; Ação dos rios, ventos, mares e geleiras. Recursos minerais e hídricos; Geologia e meio-ambiente; Construção e interpretação de mapas e perfis geológicos; Geologia do Brasil.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar conhecimentos fundamentais das ciências geológicas dentro de um processo evolutivo da energia-matéria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os fenômenos geológicos;
- ♣ Conhecer as transformações da Terra no tempo geológico;
- ♣ Compreender a formação das principais categorias de rochas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARAGÃO, Maria José. **A história da Terra**. Rio de Janeiro: Interdência, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Antonio **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.

MEDEIROS, Paulo Cesar; SILVA, Renatat Adriana Barbosa. **Geologia e geomorfologia: a importância da gestão ambiental no uso do solo**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

HAAKON, Fossen. **Geologia estrutural**. 2ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

KENITIRO, Suguio. **Geologia do quaternário e mudanças ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

KENITIRO, Suguio. **Geologia Sedimentar**. São Paulo: editora Bulcher, 2003.

QUEIROZ, Rudiney C. **Geologia e geotécnica básica para engenharia**. São Paulo: Blucher, 2016.

SILVA, Narali Marques da; TADRA, Rafaela Marques S. **Geologia e pedologia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: CARTOGRAFIA E CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Conceitos Cartográficos, Metodologias e Técnicas para uso e construção de mapas; Leitura e Interpretação de Documentos Cartográficos Temáticos e Cartas Geográficas Sistemáticas; Introdução à Cartografia Automatizada (Digital); Identificação de Diferentes Padrões de Ocupação do Território; Revisão de conceitos geográficos e de técnicas, analógicas e digitais; Extração e mapeamento de informações espaciais direcionadas para a elaboração e construção de documentos cartográficos educacionais.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar para a alfabetização cartográfica de crianças, jovens e adultos no contexto educacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver habilidades para a alfabetização cartográfica;
- ♣ Interpretar recursos cartográficos na análise da realidade espacial;
- ♣ Desenvolver noções de escalas em contextos pedagógicos de crianças, jovens e adultos.
- ♣ Desenvolver as TICs a partir da cartografia digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). **Cartografia escolar**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SILVEIRA, Ricardo Michel Pinheiro. **Cartografia temática** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Rosângela Doin de(org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVEIRA, Ricardo Michael Pinheiro. **Cartografia geral** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

SILVEIRA, Ricardo Michael Pinheiro. **Cartografia temática** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

ZUQUETE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. **Cartografia geotécnica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLOGICOS DA EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Dimensões do fenômeno educativo na transversalidade histórica, filosófica e sociológica. Dos pensadores clássicos à educação crítica: escola de pensamento no contexto ocidental, correntes pedagógicas, lugares do trabalho escolar, do trabalho pedagógico e do trabalho docente na educação básica moderna. Dos pensadores contemporâneos e educação pós-crítica: virada linguística e filosofia da linguagem, deslocamentos do projeto iluminista, descentramento do sujeito, modernidade líquida, entrelugares do trabalho escolar, do trabalho pedagógico e do trabalho docente na educação básica pós-crítica. Temas contemporâneos transversais na BNCC: Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Ciência e Tecnologia; Trabalho e Vida Familiar e Social.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a compreensão pluralista, crítica e pós-crítica acerca de diversas concepções históricas, filosóficas e sociológicas da educação, que fundamentam as práticas educativas nas diversas instâncias sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer, compreender e analisar a educação crítica.
- ♣ Conhecer, compreender e analisar as dimensões do fenômeno educativo na transversalidade histórica, filosófica e sociológica.
- ♣ Conhecer, compreender e analisar a educação pós-crítica.

- ♣ Reconhecer, compreender e analisar a educação como um ato político, ideológico e discursivo.
- ♣ Conhecer, compreender e analisar os temas contemporâneos transversais na BNCC: multiculturalismo, cidadania e civismo e ciência e tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, Max Elisandro dos Santos [et al.] **História da educação** [recurso eletrônico]; [revisão técnica: Wilian Junior Bonete]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024724/pageid/1> . Acesso em: 01 abr.2023.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 2007.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna. 2006.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> .Acesso em: 01 abr. 2023.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: LIBRAS

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e elementos teóricos correspondentes ao cotidiano do surdo como: cultura surda, identidades surdas, educação de surdos, entre outros contextos.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar os discentes para a comunicação com surdos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver habilidades básicas de conversação com a Língua Brasileira de Sinais;
- ♣ Conhecer a cultura e identidade surda;
- ♣ Refletir sobre Educação e Libras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAGGIO, Maria Auxiliadora. **Libras** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DIAS, Rafael. **Língua brasileira de Sinais: libras**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDREIS-WITKOSKI, Silvia. Introdução à Libras: língua, história e cultura. Curitiba: ETFPR, 2015. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1598/9/libras_iniciais.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

GODOI, Eliamar; LIMA, Marcia Dias; SILVA, Roberval Montes. **Libras e o processo de formação continuada de professores: discussões teóricas e metodológicas**. Uberlândia; EDUFU, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29649/4/LIBRASProcessoForma%C3%A7%C3%A3o%20%281%29.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Regina de Oliveira (org.). **Libras: aspectos fundamentais**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SARNIK, Mariana Victoria Todeschini. **Libras** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

2 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOMORFOLOGIA I

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Conceitos e noções básicas de geomorfologia; Geomorfologia Estrutural; Geomorfologia Climática; Bacias Hidrográficas; Ciclo Hidrológico e Processos Erosivos; Desertificação.

OBJETIVO GERAL

Compreender o dinamismo das formas de relevo através de suas leis gerais, a fim de que seja instrumento para um planejamento ambiental propositivo de uma organização/reorganização do espaço baseado nos princípios da sustentabilidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os conceitos e teorias geomorfológicas;
- ♣ Diferenciar tipos de relevo;
- ♣ Geomorfologia e planejamento ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FLORENZANO, Teresa G. (org.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

MEDEIROS, Paulo César. **Geomorfologia: fundamentos e métodos para o estudo do relevo**. Curitiba: InterSaber, 2016.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHRISTOFOLETTI, Antonio **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.

GUERRA, Antônio José Teixeira; JORGE, Maria do Carmo Oliveira (org.). **Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MEDEIROS, Paulo Cesar; SILVA, Renatat Adriana Barbosa. **Geologia e geomorfologia**: a importância da gestão ambiental no uso do solo. Curitiba: InterSaberes, 2017.

SILVA, Narali Marques da.TADRA, Rafaela Marques S. **Geologia e pedologia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

STEVAUX, José Cândido;LABRUBESSE, Edgardo Manuel. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA HUMANA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

A produção do espaço geográfico como reflexo das relações capitalistas local/global; Estudo de temas e categorias da geografia contemporânea; O período técnico-científico-informacional; A globalização como fator espacial e a contraditória na interação local – global; O debate entre modernidade e pós-modernidade.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer os temas e categorias de análise do espaço geográfico. Contextualizar as categorias em relação às correntes do pensamento. Compreender os conceitos de meio técnico-científico informacional, modernidade e pós-modernidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer temas e categorias de análise do espaço geográfico;
- ♣ Diferenciar as categorias de análise do espaço conforme a corrente geográfica;
- ♣ Relacionar os conceitos de meio-técnico-científico-informacional, modernidade e pós-modernidade à análise geográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AMARAL, Felipe Bueno. **Cultura e pós-modernidade** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2020.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 8ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. São Paulo: Contexto, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini; CARRERAS, Cales (orgs.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

HICKS, Stehen R. C. **Explicando o pós-modernismo**: ceticismo. e socialismo, de Rousseau a Foucault. São Paulo: Callis Ed., 2011.

JARDEWESKI, Cleiton Foster. **Espaço geográfico global** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo. V. 19, N. 1, p. 166-172, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97312/98638>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 81, 2017. Recuperado de: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092>. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geousp** – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 462-479, agosto. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/131655>. Acesso em: 27 jul. 2021

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA RURAL

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

A constituição da temática rural e agrária dentro da ciência geográfica. Dinâmicas sociais e ambientais do espaço agrário. A trajetória histórica do campo no Brasil e

a modernização da agricultura. As mudanças no espaço rural brasileiro contemporâneo globalizado; e, movimentos sociais, estrutura fundiária e a luta pela terra.

OBJETIVO GERAL

Analisar geograficamente o espaço rural do Brasil , reconhecendo processos históricos e contemporâneos nas relações sociais e espaciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Problematizar a partir da ciência geográfica os conceitos dos espaços rurais, agrários e campesinato;
- ♣ Reconhecer processos produtores de espaço nas relações entre campo e cidade;
- ♣ Analisar o campo no contexto contemporâneo de produção do espaço nacional e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

OLESKO, Gustavo Felipe. **Geografia agrária** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCHA/usp, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/581/517/1969-1>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ROSSINI, Rosa Ester; MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado (org.). **Terra e trabalho** [recurso eletrônico]: usos e abusos do espaço agrário brasileiro: volume I. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/590/525/2007-1> Acesso em: 05 jul. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. Boletim DALUTA. NERA – Núcleo de Estudos, pesquisas e projetos de Reforma agrária. Dez.,2008. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MIRANDA, Carlos (org.). **Tipologia regionalizada dos Espaços rurais brasileiros**: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília: IICA, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/. Acesso em: 05 jul. 2021.

ROSSINI, Rosa Ester; MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado (org.). **Terra e trabalho** [recurso eletrônico]: territorialidades e desigualdades: volume II. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/591/526/2008-1>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SUZUKI, Júlio César; ARAÚJO, Valterlei Borges de; BITELLI, Fábio Molinari (org.). **Campo e cidade na América Latina** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/434/384/1527-1>. Acesso em 05 jul. 2021.

SUZUKI, Júlio César; LAURENT, François; ARAÚJO, Valterlei Borges de. **Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/409/361/1455-1>. Acesso em: 05 jul. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Conceitos e teorias de população em Geografia. O impacto das teorias malthusiana, marxista e neomalthusiana em diferentes contextos históricos e geográficos. A estrutura, composição e dinâmicas populacionais. Indicadores demográficos no contexto do Brasil e mundo.

OBJETIVO GERAL

Conhecer teorias, conceitos e dinâmicas populacionais em diferentes contextos históricos e geográficos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer teorias populacionais e demográficas;
- ♣ Compreender indicadores populacionais;
- ♣ Contextualizar a estrutura populacional do Brasil e mundo;

- ♣ compreender a presença dos povos originários e de matriz africana no conjunto populacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARAUJO, Wiviany Mattozo de; TAVEIRA, Bruna Daniela de Araujo; FOGAÇA, Thiago Kich. **Geografia da população**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, Dora. **Migrantes**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=23975. Acesso em: 21 abr. 2021.

ERVATTI, Leila Regina; BORGES, Gabriel Mendes; JARDIM, Antônio de Ponte. **Mudança demográfica no Brasil no início do Século XXI**: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

HOGAN, Daniel Josepoh; OJIMA, Ricardo; MARANDOLA, Eduardo. **População e meio ambiente**: desafios à sustentabilidade. São Paulo: Blucher, 2010.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 21 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da população**: Brasil e unidades da federação: revisão 2018. 2ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101597.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MANUAL compacto de geografia do Brasil: ensino médio. São Paulo: Rideel, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVERIA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **Direitos humanos e migrações forçadas**: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e n o mundo. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019.

OJIMA Ricardo; FUSCO, Wilson. [livro eletrônico]. **Migrações nordestinas no século 21**: um panorama recente. São Paulo: Blucher, 2015.
SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TEORIAS DE CURRÍCULO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Conhecimento. Disciplina. Interdisciplinaridade. Discurso Pedagógico. Planejamento. Cotidiano escolar. Integração Curricular. Poder. Política. Resistência. Cultura. Identidade. Diferença.

OBJETIVO GERAL

Compreender a produção curricular enquanto espaço discursivo de poder.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer, compreender e analisar os estudos curriculares em seus desdobramentos discursivos.
- ♣ Reconhecer, compreender e analisar o currículo entre meio a representações e estratégias identitárias.
- ♣ Reconhecer, compreender e analisar os temas contemporâneos transversais na BNCC: multiculturalismo, cidadania e civismo e ciência e tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

APPLE, Michael. **Currículo, poder e lutas**: com a palavra, os subalternos. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de Currículo**. Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Machado. – São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MATTOS, Airton Pozo de. **Escola e currículo**. Curitiba: InterSaberes, 2013

MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). **Currículo**: questões atuais. 17 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). **Currículo**: políticas e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

OLIVEIRA, Maria Rita; PACHECO, José Augusto. **Currículo, didática e formação de professores** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 43 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: - CCExt I

Carga horária total: 45 horas

Extensão: 45 horas

EMENTA

Ações extensionistas vinculadas a projetos que atendam aos saberes desenvolvidos nos demais componentes curriculares do curso de Geografia Licenciatura EAD em diálogo com a comunidade externa à universidade e que atendam a um dos eixos do Plano Nacional de Extensão Universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio-ambiente;

saúde; tecnologia e produção; ou trabalho. O componente curricular deve ser ministrado por pelo menos dois docentes do referido período.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa de maneira interdisciplinar em consonância com os conteúdos abordados no Curso

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do (a) discente;
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. **A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro**/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) -programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20Andrade.pdf.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012.

NEVES Regina da Silva Pina; MUNDIM, Carina Maia de Castro (Org.) **Práticas formativas na Extensão Universitária**: contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília. Jundiaí: São Paulo: Paco Editorial, 2021[1] .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 set. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

MELLO, Cleyson de Moraes; NETO, José Rogério Moura de Almeida; PETRILLO, Regina Pentagna. **Curricularização da Extensão Universitária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.[2]

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão**. Jundiaí- SP: PacoEditorial, 2019[3].

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA I

Carga horária total: 60 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

Estudo prático da gestão e currículo escolar na construção de uma democracia participativa. Análise in loco da Gestão escolar e currículos da Geografia nos Ensinos Fundamental e Médio.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender a gestão escolar e a produção de currículos de Geografia na rede básica de Ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;
- ♣ Descrever os sistemas de gestão escolar municipal e estadual;
- ♣ Analisar uma estrutura curricular conforme diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica: Teorias e Práticas docentes**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2015.

NKUANSAMBU, Afonso. **Gestão Escolar: entre a escola que temos e a escola que queremos**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e respostas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Mônica Caetano. **Gestão escolar e organização do trabalho pedagógico na educação inclusiva**. Curitiba: InterSaberes, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

3 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Introdução ao método científico. Instrumentalização para a pesquisa em geografia. Pesquisa e ensino de geografia. Conhecimentos sobre temas e metodologias da pesquisa em Geografia.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar os discentes para a realização de um projeto de Pesquisa em Geografia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer concepções sobre pesquisa;
- ♣ Estudar normas técnicas para a construção de trabalhos acadêmicos;
- ♣ Conhecer metodologias de pesquisa em Geografia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MIKOSIK, Ana Paula Marés. **Metodologia do trabalho de campo em geografia**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2020.

WARNAVIN, Larissa. **Técnicas de pesquisa em Geografia**. Curitiba: Contentus, 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Magistério formação e trabalho pedagógico. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Papyrus Editora.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

RNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA DAS CIDADES

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

O desenvolvimento histórico e conceitual da geografia urbana. Conceitos e teorias de cidade, urbano e urbanização. A evolução da produção de cidades e do espaço urbano no contexto mundial e brasileiro. Dinâmicas e estruturas internas das cidades. Estudo da hierarquia urbana e agentes produtores do espaço urbano. O direito à cidade e o Estatuto da Cidade.

OBJETIVO GERAL

Compreender os processos de produção e diferenciação do espaço urbano, assim como sua constituição histórica, atores e agentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Discutir noções e teorias sobre cidade e urbanização;
- ♣ Conhecer o processo histórico de produção de cidades e urbano;
- ♣ Identificar elementos da hierarquia urbana e os agentes produtores do espaço.
- ♣ Compreender o processo de urbanização a partir de impactos ambientais e da produção sustentável das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica**: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; CARLOS, Ana Fani Alessandrini. (orgs.) **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BENACH, Núria [et.al]; CARLOS, Ana Fani Alessandrini; ALVES, Anunciação; PÁDUA, Rafael Faleiros (orgs.). **Justiça social e o direito à cidade**. São Paulo: contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.) **Novos caminhos da geografia**. 6ed. São Paulo: 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp**- Espaço e Tempo. V. 15, N.3, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74228>. Acesso em: 24 jul. 2021.

DUARTE, Fábio. Planejamento urbano. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FEDOZZI, Luciano Joel. SOARES, Paulo Roberto (Orgs.). **Porto Alegre** [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em: https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_portoalegre.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

GARBOSA, Renata Adriana; SILVA, Rodolfo dos Santos. **O processo de produção do espaço urbano**: impactos e desafios de uma nova urbanização. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, N. 5, p. 35-60, 2017. Recuperado de: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1096>. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1096/957>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SANTOS, Milton. Materiais para o Estudo da urbanização brasileira no período técnico científico. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 67, p. 5-16, 2017. Recuperado de: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/942>. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/942>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SILVA, Paulo Fernando Jurado. SPOSITO, Eliseu Savério. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro. V. 34, N. 2, p.2013-214, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3170/3931>. Acesso em: 27 jul. 2021.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOMORFOLOGIA II

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Fatores físicos no modelado das regiões; Intemperismo; Processos pedogenéticos e suas relações com a morfogênese; Manto de intemperismo; Domínios morfoclimáticos; Fatos geomorfológicos aplicados ao planejamento ambiental.

OBJETIVO GERAL

Compreender o modelado das regiões a partir dos processos pedogenéticos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os processos de intemperismo;
- ♣ Estudar os domínios morfoclimáticos;
- ♣ Reconhecer fatos geomorfológicos aplicados ao planejamento ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FLORENZANO, Teresa G. (org.). **Geomorfologia**: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

MEDEIROS, Paulo César. **Geomorfologia**: fundamentos e métodos para o estudo do relevo. Curitiba: InterSaberes, 2016.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 9ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHRISTOFOLETTI, Antonio **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.

GUERRA, Antônio José Teixeira; JORGE, Maria do Carmo Oliveira (org.). **Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

GUERRA, Antônio José Teixeira. Ravinas: processo de formação e desenvolvimento. **Anuário do Instituto de Geociências**. V. 20, P.9-26,1997. Disponível em: <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/1753/1642>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MEDEIROS, Paulo Cesar; SILVA, Renatat Adriana Barbosa. **Geologia e geomorfologia**: a importância da gestão ambiental no uso do solo. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do departamento de geografia**. N. 4, p. 25-39,2018.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47094>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SILVA, Narali Marques da.TADRA, Rafaela Marques S. **Geologia e pedologia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

STEVAUX, José Cândido;LABRUBESSE, Edgardo Manuel. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: - CCExt II

Carga horária total: 45 horas

Extensão: 45 horas

EMENTA

Ações extensionistas vinculadas a projetos que atendam aos saberes desenvolvidos nos demais componentes curriculares do curso de Geografia Licenciatura EAD em diálogo com a comunidade externa à universidade e que atendam a um dos eixos do Plano Nacional de Extensão Universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio-ambiente; saúde; tecnologia e produção; ou trabalho. O componente curricular deve ser ministrado por pelo menos dois docentes do referido período.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa de maneira interdisciplinar em consonância com os conteúdos abordados no Curso

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do (a) discente;
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. **A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro**/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) -programa de Pós-

Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20A%20ndrade.pdf.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012.

NEVES Regina da Silva Pina; MUNDIM, Carina Maia de Castro (Org.) **Práticas formativas na Extensão Universitária**: contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília. Jundiaí: São Paulo: Paco Editorial, 2021[1] .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 set. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

MELLO, Cleyson de Moraes; NETO, José Rogério Moura de Almeida; PETRILLO, Regina Pentagna. **Curricularização da Extensão Universitária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.[2]

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão**. Jundiaí- SP: Paco Editorial, 2019[3] .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível

em. https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA II

Carga horária total: 60 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

Desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem da Geografia alicerçados em habilidades socioemocionais e na perspectiva da geografia dos alimentos.

OBJETIVO GERAL

Analisar e desenvolver propostas pedagógicas com enfoque no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o combate ao bullying e saúde alimentar e nutricional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender as habilidades socioemocionais no que concerne ao cuidado de si, do próximo e do ambiente;
- ♣ Problematizar a produção de alimentos na interseccionalidade com cultura, cidadania e meio ambiente;
- ♣ Propor recursos pedagógicos em geografia dos alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Temas transversais: como utilizá-los na prática educativa? Curitiba: Intersaberes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasil, 2019. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Movimentos p ara ensinar Geografia** – resoluções. Goiânia: C&A AlfaComunicação, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001133589&loc=2021&l=319b0016a96c8765>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Movimentos para ensinar Geografia – deslocamentos**. Goiânia: C&A AlfaComunicação, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001133528&loc=2021&l=0da5fbbdfb17c2de>. Acesso em: 30 mar. 2023

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Competências socioemocionais como fator de proteção à saúde mental e ao bullying**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protexao-a-saude-mental-e-ao-bullying>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

FELIZARDO, Alonso Ribeiro. **Bullying escolar: prevenção, intervenção e resolução com princípios da justiça restaurativa**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e respostas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; DEUS, José Antônio Souza de; CHELOTTI, Marcelo Cervo; CALDAS, Alcides dos Santos (et.al). **Geografia dos alimentos: territorialidades, identidades e valorização de saberes e fazeres**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2022/03/alimntos.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MORAES, Maria Cândida. Colaboração de: BATALLOSO, Juan Miguel. **Transdisciplinaridade: criatividade e educação**. Fundamentos ontológicos e epistemológicos [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia/about>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Carga horária total: 60 horas
Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Estrutura e organização do sistema educacional no Brasil. Políticas Públicas e seus efeitos no Sistema Escolar. Legislação e formação profissional. Gestão da Educação Básica, regimento escolar e gestão democrática. Projeto Político Pedagógico. Níveis de Ensino e modalidades educacionais. Temas contemporâneos transversais: Educação em Direitos Humanos; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; História e Cultura Afro-Brasileira; Educação em Direitos Humanos; Cidadania e Civismo; Direitos da Criança e do Adolescente.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e compreender as políticas públicas educacionais mediante estudo interpretativo e análise crítica de aspectos organizacionais do campo educacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Entender e compreender as políticas públicas relacionadas à organização do sistema educacional, bem como a seus desdobramentos na educação básica;
- ♣ Entender , compreender e analisar a organização dos níveis da educação brasileira;
- ♣ Compreender e analisar as modalidades educacionais, em especial, àquelas que se vinculam com os temas contemporâneos transversais na BNCC: Educação em direitos humanos, Educação Inclusiva, História e cultura afro-brasileira e indígena e africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 8 de 6 de março de 2012**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <
portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira e Indígena”. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12990&option=com_content&view=article#:~

[:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2F08,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D.](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.
Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

GALVÃO, Eliane Pires Navroski. **Direito Educacional.** [livro eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços.** Coleção Magistério: formação e trabalho. [livro eletrônico]. Campinas/SP: Papirus, 1997.

DONATO, Sueli Pereira; MOCELIN, Márcia Regiana. **Sistemas de ensino e política educacional.** [livro eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

LIMA, Fernanda; FIRMINO, Fabiana. **LDB esquematizada, comentada e atualizada.** 2ª Ed. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

OLHEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro. (Orgs.). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências.** [livro virtual]. Caxias do Sul/RS: Educs, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Coleção polêmicas do nosso tempo. [livro eletrônico]. Campinas/SP: Autores Associados, 2018.

4 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Espaço e região; Discussão sobre o conceito de região; Teorias clássicas de regionalização e desenvolvimento regional; Novas Regionalizações e teorias regionais.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os conceitos de região e processos da regionalização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar as concepções de região dentro de diferentes correntes do pensamento geográfico;
- ♣ Apresentar e contextualizar regionalizações;
- ♣ Analisar o conceito de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

HAESBAERT, Rogério. **Regional -Global**: dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea. Buenos Aires e Bogotá: CLACSO, Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Pedagógica Nacional, 2019. Disponível em:

<http://repository.pedagogica.edu.co/bitstream/handle/20.500.12209/11098/Regional-global.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jul. 2021

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

ROOS, Jurandyr. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Tarcício Patrício de. VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnio (org.). **50 anos de formação econômica do Brasil** - Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5614. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região**: Leituras possíveis de Milton Santos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp033697.pdf>. Acesso em 21 jul. 2021.

CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. **Geosup** – Espaço e Tempo. V. 24, N.1, p. 27-50, abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/155571>. Acesso em: 27 jul. 2021.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**: encrucijada civilizadora. Tensiones territoriales en curso. La Paz: Instituto para el Desarrollo rural de Sudamérica. CIDES-UMSA, 2018. Disponível em: https://www.sudamericarural.org/images/impresos/archivos/Amazonia_encrucijada_civilizatoria.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

Revista brasileira de estudos urbanos e regionais (RBEUR). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/archive>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Revista de assuntos regionais e urbanos - BARU. Goiás: Editora da Puc. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/issue/archive>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **REDES**, Santa Cruz do Sul. V. 15, N. 1, p. 74-88. Jan./abr. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1360/1466>. Acesso em: 27 jul. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Caracterização geral do estado. O espaço físico e os recursos naturais. O processo de ocupação do espaço e suas implicações econômicas, sociais e culturais. Espacialidades rurais e urbanas do Rio Grande do Sul. Desenvolvimento regional e desigualdades espaciais no Estado.

OBJETIVO GERAL

Aprofundar conhecimentos geográficos sobre o Rio Grande do Sul. Contribuir para que o aluno se reconheça como sujeito atuante e modificador do espaço rio-grandense.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer os processos históricos e contemporâneos de produção do espaço no Estado;
- ♣ Caracterizar e diferenciar espaços rurais e urbanos;
- ♣ Refletir sobre o desenvolvimento regional e desigualdades sociais;
- ♣ Distinguir paisagens naturais, culturais, históricas e sociais do Estado.
- ♣ Reconhecer a participação da população afro-brasileira e dos povos originários na formação e cultura do estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARDOSO, Eduardo Schiavone; DAVID, Cesar de (Org.). **A geografia do Rio Grande do Sul em meados do século XX**: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre: AGB, 2014. Disponível em: <https://agb-portoalegre.webnode.com.br/news/livro-a-geografia-do-rs-em-meados-do-seculo-xx-pdf/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. (orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/rsnegro.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. 2ed. **Rio Grande do Sul**: Paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFURGS, 2012. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218530/000869820.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FEDOZZI, Luciano Joel. SOARES, Paulo Roberto (Orgs.). **Porto Alegre** [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. Disponível em: https://observatoriodasmetrosoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_portoalegre.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul – 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, Departamento de Economia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/painel-do-agronegocio-no-rs-2019.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GARGNIN, Antonio Paulo; BERTÊ, Ana Maria de Aveline; LEMOS, Bruno de Oliveira; OLIVEIRA, Suzana Beatriz de Oliveira (Coord.). **Dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412092_fee-dinamicas-territoriais_site1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

MARQUETI, Aldamir Antonio; HOFF, Cecília Rutkoski; CALDAS, Bruno Breyer [et. al]. **Tendências regionais: PIB, demografia e PIB per capita**. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412091_fee-tendencias-regionais_site4.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52803/000740548.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 21 abr. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Rumos 205**. Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SCP, 2006. 5v. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/rumos-2015>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TOREZANI, Tomás Amaral. **RS em números: 2017**. Porto Alegre. FEE, 2017. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/publicacao/rs-em-numeros-2017/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MAGALHÃES JUNIOR, Álvaro Pontes de. (Org.). Cenários RS 2030. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412173_fee-cenarios-rs_site.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Surgimento, conceitos e escolas da ciência psicológica. As principais teorias da psicologia e suas interfaces para o ensino e a aprendizagem escolar, Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Dinâmica de classe e relacionamento docente-discente. Temas contemporâneos transversais - Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Direitos da Criança e do Adolescente; Ciência e Tecnologia.

OBJETIVO GERAL

Discutir a evolução da Psicologia como conhecimento científico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender a gênese do campo da Psicologia da Educação no contexto da ciência psicológica.
- ♣ Analisar as particularidades do desenvolvimento humano e os ciclos de vida;
- ♣ Compreender os fundamentos epistemológicos das teorias psicológicas da educação e da aprendizagem;
- ♣ Discutir temas contemporâneos da psicologia da educação e suas interfaces com a educação escolar e a formação crítico-reflexiva dos discentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOCK, Ana Mercês B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva, 2019. [Minha Biblioteca]. em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131327/pageid/0>. Acesso em: 05 maio 2021.

COLETTA, Dalla, E. **Psicologia da Educação**. Grupo A, 2018. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025059/pageid/244>. Acesso em: 05 maio 2021.

GUSI, Elisângela G. Branco. **Psicologia da Educação**. Curitiba. Contentus, 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

COELHO, Wilson Ferreira (org.). **Psicologia da Educação**. Pearson Education do Brasil, 2015.

GODOI, Eliane Dalla Coletta; Caroline Costa Nunes Lima; Carla Tatiana Flores Carvalho; Gabriel A. **Psicologia da educação**. Grupo A, 2018. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025059/pageid/54>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RACY, Marcia Pardini De Bonais. **Psicologia da Educação**: Origem, contribuições, princípios e desdobramentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SCHULTZ, Duane P., e Sydney Ellen Schultz. **Teorias da Personalidade** - Tradução da 10ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2016. [Minha Biblioteca]. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123995/pageid/0>.

Acesso em 05 de maio de 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: DIDÁTICA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Dimensionamento dos conceitos de educação e instrução, das condições e das perspectivas de desenvolvimento do indivíduo no seu contexto socioeconômico e político-cultural. Relação professor/aluno mediada pelo currículo. Planejamento didático: seleção, ordenação, descrição e delimitação de objetivos. Seleção e organização de conteúdos, estratégias de ensino e processo de avaliação. Temas contemporâneos transversais - Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Ciência e Tecnologia.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a profissionalidade docente a partir de conceitos e de práticas investigativas no campo da didática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Apresentar elementos históricos relacionados à didática mundial e nacional;

- ♣ Mobilizar, instigar e desenvolver a profissionalidade docente para o trabalho didático na educação básica;
- ♣ Estudar características da didática e sua importância no processo de ensino e de aprendizagem, incluindo os aspectos didáticos e pedagógicos para a educação inclusiva;
- ♣ Elaborar planejamentos: de ensino, de aula, de sequências didáticas e da pedagogia de Projetos;
- ♣ Conhecer, compreender e analisar os temas contemporâneos transversais na BNCC: cidadania e civismo, ciência e tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em Questão**. Petrópolis: Ed. Vozes 1985.

FARIAS, Ariadne. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia**. Curitiba: Contentus, 2020.

ILMA PASSOS, ALENCASTRO VEIGA. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática** - 13ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDRÉ, de Marli E.D.A., OLIVEIRA, Maria Rita Neto S. (orgs.). **Alternativas no ensino de didática**. 12ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1997. – (Série Prática Pedagógica)

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. – São Paulo: Contexto, 2007

STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. – 2 ed., ver. Amp. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas, SP: Papirus, 1996, - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a didática** – 21ª ed. rev. E atual. – Campinas, SP: Papirus, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA III

Carga horária total: 60 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

Desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem da Geografia alicerçados nas unidades temáticas do Mundo do Trabalho do Ensino Fundamental e nas temáticas de economia, trabalho e educação financeira e fiscal em toda educação básica.

OBJETIVO GERAL

Promover a produção de materiais didáticos para a educação básica articulando saberes, conhecimentos e contextos do mundo do trabalho, economia e educação financeira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Produzir materiais didáticos para a educação básica;
- ♣ Problematizar o mundo trabalho na formação cidadã crítica;
- ♣ Produzir atividades práticas a partir de recursos lúdicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Temas transversais: como utilizá-los na prática educativa? Curitiba: Intersaberes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. São Paulo: Papyrus, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasil, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

CASTELLAR, Sonia (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e respostas**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012
Revista Ensino de Geografia (Recife). Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia/about>. Acesso em: 22 jul. 2021.

VESENTINI, José Willian (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. São Paulo: Papyrus, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: - CCExt III

Carga horária total: 45 horas

Extensão: 45 horas

EMENTA

Ações extensionistas vinculadas a projetos que atendam aos saberes desenvolvidos nos demais componentes curriculares do curso de Geografia Licenciatura EAD em diálogo com a comunidade externa à universidade e que atendam a um dos eixos do Plano Nacional de Extensão Universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio-ambiente; saúde; tecnologia e produção; ou trabalho. O componente curricular deve ser ministrado por pelo menos dois docentes do referido período.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa de maneira interdisciplinar em consonância com os conteúdos abordados no Curso

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do (a) discente;
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. **A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro**/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) - programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20A%20ndrade.pdf.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

NEVES Regina da Silva Pina; MUNDIM, Carina Maia de Castro (Org.) **Práticas formativas na Extensão Universitária**: contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília. Jundiaí: São Paulo: Paco Editorial, 2021[1] .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7,**

de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 set. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

MELLO, Cleyson de Moraes; NETO, José Rogério Moura de Almeida; PETRILLO, Regina Pentagna. **Curricularização da Extensão Universitária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.[2]

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão**. Jundiaí- SP: PacoEditorial, 2019[3] .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em. https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

5 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA ECONÔMICA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Introdução à Geografia Econômica. Sistemas de produção na constituição de espaços em diferentes contextos históricos. Relações econômicas na sociedade contemporânea. Fordismo, acumulação flexível e meio técnico-científico-informacional. A divisão internacional do trabalho, mercados, cadeias globais de produção e economia financeira. Estudos de geografia econômica e práticas pedagógicas de ensino na educação básica.

OBJETIVO GERAL

Compreender as relações entre economia e espaço geográfico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer os processos econômicos na produção espacial em diferentes contextos históricos;
- ♣ Conhecer as teorias e conceitos da geografia econômica;
- ♣ Compreender os aspectos econômicos da produção espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALVES, Alceli Ribeiro. **Geografia econômica e geografia política** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015.

SINGER, Paul. **O que é economia**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, Jobson Monteiro de. **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. São Paulo: Contexto, 2010.

PAIVA, Maria Jeanne Gonzada de[et. al]. **Capitalismo, trabalho e política social** [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2017.

SINGER, Paul. **Economia Política da urbanização**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. 25 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOENDEGAARD, Neils. **Economia política global**. São Paulo: Contexto, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: BIOGEOGRAFIA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

A biogeografia: conceitos, métodos e campo de estudo; Os seres vivos: Fatores ecológicos e sua influência na distribuição dos organismos; As grandes formações biológicas do globo: os meios aquáticos e terrestres; O manejo dos ecossistemas e as necessidades de conservação.

OBJETIVO GERAL

Estudar as grandes formações biológicas do globo, evidenciando os fatores condicionantes bem como as relações e interdependência de tais formações, relacionando as relações dos seres vivos com o meio ambiente e a constituição de um mundo mais sustentável.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar as grandes formações biológicas do Globo;
- ♣ Conhecer as características do Bioma Pampa;

- ♣ Problematizar as políticas públicas de preservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ESTÊVEZ, Laura Freire. **Biogeografia, climatologia e hidrografia: fundamentos teórico-conceituais aplicados** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FIGUEIRO, Adriano S. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

GODEFROID, Rodrigo Santiago. **Biogeografia: abordagens teórico -conceituais e tópicos aplicados** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **Biomias brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

FOGAÇA, Thiago Kich. **Conservação dos recursos naturais e sustentabilidade: um enfoque geográfico**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

SILVA, Narali Marques da. **Geologia e pedologia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

WOLKMER, Maria de Fátima s. MELO, Milena Petters. **Crise ambiental, direitos à água e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: Geografia Cultural

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Estudo dos conceitos e constituição da geografia cultural: sua gênese e atualidade. As relações entre espaço e cultura. A cultura e o simbolismo nas manifestações espaciais. A diversidade cultural. Representações e globalização.

OBJETIVO GERAL

Compreender os processos de apropriação do espaço pela cultura e suas consequências.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer as correntes teóricas da geografia cultural;

- ♣ Analisar a cultura na produção espacial;
- ♣ Compreender a diversidade cultural no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GIL, Silvio Fausto. **Espaço sagrado**: estudos em geografia da religião. Curitiba: InterSaber, 2012.

SARDE NETO, Emílio; MALANSKI, Lawrence Mayer. **Território, cultura e representação**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2016.

SILVA, Marcia Alves Soares. **Geografia cultural**: caminhos e perspectivas. Curitiba: InterSaber, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BARTHE-DELOIZE, Francine; SERPA, Angelo (Orgs.). **Visões do Brasil**: estudos culturais em geografia. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012.

Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8pk8p/pdf/barthe-9788523212384.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CHICARINO, Tathiana (org.). Diversidade cultural. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2012.

ROSENDHAL, Zeny. Uma procissão na geografia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wy7ft/pdf/rosendahl-9788575115015.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ZUCON, Otavio. **Introdução às culturas populares no Brasil** [livro eletrônico] Curitiba: InterSaber, 2013.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COTIDIANOS ESCOLARES

Carga horária total: 135 horas

Carga horária de Estágio: 135 horas

EMENTA

Dimensões pedagógicas e práticas nos/dos contextos do(s) cotidiano(s) escolar(es) da educação básica. Processos reflexivos das realidades socioculturais que a constituem a formação docente e discente. Organização do trabalho escolar, do trabalho pedagógico e do trabalho docente. Pedagogia de projetos.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre os cotidianos escolares em suas dimensões práticas e pedagógicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer a escola como agenciamento formativo;
- ♣ Desenvolver capacidade crítica sobre aspectos da profissionalização docente;
- ♣ Refletir e agir pedagogicamente sobre a práxis profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. – Campinas, SP: Papirus, 2015.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Organização escolar: perspectivas e enfoques**. – Curitiba: Ibpex, 2011. – (Série Pesquisa e Prática Profissional em Pedagogia).

POOLI, João Paulo [et al.]. **Projetos interdisciplinares**. – Curitiba: InterSaberes, 2013. – (Série Gestão Educacional).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. – Campinas, SP: Papirus, 2015. – (Coleção Papirus Educação).

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. – Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Série Prática Pedagógica).

ANTUNES, Celso. **Diário de um educador: Temas e questões atuais**. – Campinas, SP: Papirus, 2021.

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 8 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DI PALMA, Márcia Silva. **Organização do trabalho pedagógico**. – Curitiba: InterSaberes, 2012. – (Série Formação do Professor).

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA IV

Carga horária total: 60 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

A diversidade cultural e cidadã no contexto do Rio Grande do Sul. A produção de material didático alicerçado nas temáticas de diversidade cultural, cidadania, trabalho e meio ambiente.

OBJETIVO GERAL

Produzir material didático a partir dos temas transversais no contexto do Rio Grande do Sul

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver materiais didáticos no contexto do Rio Grande do Sul;
- ♣ Promover o conhecimento e respeito às diferenças e diversidades;
- ♣ Problematizar os temas transversais na interseccionalidade com o Estado do Rio Grande do Sul e a educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

BACARIN, Lígia Maria Bueno Pereira. **Metodologias ativas**. Curitiba: Contentus, 2020.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papyrus, 2015.

HERARTH, Helbe Heliamara. **Aprendizagem baseada em problemas**. Curitiba: Contentus, 2020.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BELTHER, Josilda Maria (Org.). **Metodologia do ensino da Geografia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

CASTELLAR, Sonia (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; COSTELLA, Roselane Zordan. **Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: a alfabetização espacial**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. **Educação 5.0: educação para o futuro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

WUNSCH, Luana Priscila; FERNANDES JUNIOR, Alvaro Martins. **Tecnologias na educação: conceitos e práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: - CCExt IV

Carga horária total: 45 horas

Extensão: 45 horas

EMENTA

Ações extensionistas vinculadas a projetos que atendam aos saberes desenvolvidos nos demais componentes curriculares do curso de Geografia Licenciatura EAD em diálogo com a comunidade externa à universidade e que atendam a um dos eixos do Plano Nacional de Extensão Universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio-ambiente; saúde; tecnologia e produção; ou trabalho. O componente curricular deve ser ministrado por pelo menos dois docentes do referido período.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa de maneira interdisciplinar em consonância com os conteúdos abordados no Curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do (a) discente;
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. **A extensão universitária e a**

democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) -programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20Andrade.pdf.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

NEVES Regina da Silva Pina; MUNDIM, Carina Maia de Castro (Org.) **Práticas formativas na Extensão Universitária:** contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília. Jundiaí: São Paulo: Paco Editorial, 2021[1] .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 set. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

MELLO, Cleyson de Moraes; NETO, José Rogério Moura de Almeida; PETRILLO, Regina Pentagna. **Curricularização da Extensão Universitária.** 2 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.[2]

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão.** Jundiaí- SP: PacoEditorial, 2019[3] .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021.** Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e

a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

6 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: HIDROGEOGRAFIA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

O ciclo hidrológico e a intervenção antrópica. A contaminação das águas e os critérios para avaliação de sua qualidade A bacia hidrográfica como um sistema hidrológico. Análise dos processos e controles do regime fluvial. Gerenciamento de Recursos hídricos: os comitês de bacia e o manejo integrado das bacias hidrográficas.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o sistema hidrogeomorfológico. Conhecer as bacias hidrográficas e sua função na paisagem. Analisar a legislação atinente ao uso da água.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender o ciclo hidrológico;
- ♣ Estudar bacias hidrográficas;
- ♣ Conhecer a legislação ambiental quanto aos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

POLETO, Cristiano. **Bacias hidrográficas e recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

SCUR, Luciana; GIMENEZ, Juliano Rodrigues; BURGEL, Caroline Ferri. **Biodiversidade, recursos hídricos e direito ambiental** [livro eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.

SOARES, Stela de Almeida. **Gestão de recursos hídricos** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

NUNES, Riane T. S.;FREITAS, Marcos A. V.;ROSA, Luiz Pinguelli (org.). **Vulnerabilidade dos recursos hídricos no âmbito regional e urbano**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

PINTO, Nelson L. Sousa [et.al]. Hidrologia básica. São Paulo: Blucher, 1976.
RIBEIRO, Maria Foeppe; FREITAS, Marcos A. V.; ROSA, Luis Pinguelli (org.). **Vulnerabilidade e ações de adaptação dos recursos hídricos às mudanças climáticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Recursos hídricos e as bacias hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental. Revista do departamento de Geografia. N. 12, p. 89-121, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53736>. Acesso em: 27 jul. 2021.
TUNDISI, José Galizia. **Recursos hídricos no século XXI**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

WOLKMER, Maria de Fátima S.; MELO, Milena Petters. **Crise ambiental, direito à água e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTUDO DA REGIÃO DAS MISSÕES E FRONTEIRAS
Carga horária total: 60 horas
Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

A colonização espanhola no Brasil e a construção da Região Missioneira. O patrimônio regional e integração regional. Fronteira e os principais conceitos relacionados a ela.

OBJETIVO GERAL

Analisar os processos de ocupação e formação da Região Missioneira e estudos de fronteiras e suas consequências

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os processos de colonização da região das Missões Jesuíticas;
- ♣ Desenvolver práticas pedagógicas de educação patrimonial;
- ♣ Problematizar elementos geográficos, jurídicos, econômicos, políticos e culturais de regiões de fronteira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOLÍVAR, Pêgo [et al]. **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. Volume 2. Brasília: Ipea: MI, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170628_frenteiras_do_brasil_volume2.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2015.

POCARO, Tania; SANDES, Emílio Silva (org.). **Fronteras en construcción**: prácticas sociales, políticas públicas u representaciones espaciales desde Sudamérica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Alejandro Gabriel Benedetti, 2021. Disponível em: <https://www.teseopress.com/fronterasenconstruccion/>. Acesso em: 05 jul. 2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DAMIANI, Nadir. **Cultura material, patrimônio e educação**: as reduções jesuítico-guarani e o ensino de história. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Unidade de Pós-graduação e pesquisa. Programa de pós-graduação em história. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1832/CulturaMaterial1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GOMES, Roselene Moreira. **Missioneirismo**: a produção de uma identidade regional. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-graduação em história. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2173/missioneirismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Regiões transfronteiriças e redes “brasileiras” no MERCOSUL**. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1513>. Acesso em 10 jul. 2021.

PEREIRA, Rodrigo. **Arqueologia, patrimônio material e legislação**: conceitos, aplicações e perspectivas [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PINTO, Muriel. **A Identidade Socioterritorial Missioneira na Cidade Histórica de São Borja/RS**: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional evangelizadora entre antigas reduções Jesuítico-Guarani. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Tese

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131160>. Acesso em julho de 2020.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das reduções**: a paisagem cultural da região missioneira. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de arquitetura. Programa de Pós-graduação em planejamento urbano e regional. disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97863/000921786.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2021

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Inclusiva. Paradigmas políticos, ideológicos e éticos da Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: pessoas com necessidades educacionais especiais. Processos atitudinais da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, didática e avaliação. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.

OBJETIVO GERAL

Refletir criticamente sobre os paradigmas teórico/metodológicos da Educação Especial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer e aprofundar estudos sobre os contextos históricos da Educação Inclusiva e seus marcos legais;
- ♣ Mobilizar e promover ações pedagógicas para a efetivação e processos atitudinais;
- ♣ Elaborar intervenções pedagógicas, com ênfase no ensino e aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LEAL, Daniela. **História, memória e práticas da inclusão escolar**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192#:~:text=Na%20perspectiva%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20p%20a,desenvolvimento%20e%20altas%20habilidades%2Fsuperdota%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 jul. 2021.

ZILLOTTO, Sotta Gisele. **Educação Especial na perspectiva inclusiva: fundamentos psicológicos e biológicos**. Curitiba: InterSaberes, 2015. (Série Inclusão Escolar).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BIANCHETTI, Lucídio. FREIRE, Ida Mara (orgs.) **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. – Campinas, SP: Papirus, 1998. – (Série Educação Especial).

BUDEL, Gislaine Coimbra. MEIER, Marcos. **Mediação da aprendizagem na educação especial**. – Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Inclusão Escolar).

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Inclusão Escolar).

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão**. – Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Inclusão Escolar).

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Carga horária total: 135 horas

Carga horária de Estágio: 135 horas

EMENTA

A geografia no ensino fundamental. A problematização de metodologias de ensino. O aluno e o contexto escolar. A prática pedagógica.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar para a prática pedagógica da Geografia no ensino fundamental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver práticas pedagógicas para o ensino fundamental;
- ♣ Pesquisar e produzir planos de ensino;
- ♣ Refletir sobre a prática profissional do ensino em Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARLOS, Ana Fani A (org.). **A geografia na sala de aula**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

FANTIN, Maria Eneida. **Metodologia do ensino de geografia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2013.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula**. Ilhéus, BA: Editus, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sc2b8/pdf/trindade-9788574555263.pdf>. Acesso em: 01 jul.2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA V

Carga horária total: 60 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

A reflexão crítica sobre práxis pedagógica com ênfase nas discussões que envolvem a educação ambiental, desenvolvimento sustentável e cidadania.

OBJETIVO GERAL

Produzir material didático para a educação básica nas temáticas de educação ambiental, problemas ambientais, sustentabilidade e populações vulneráveis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer diferentes atores sociais das temáticas ambientais;
- ♣ Promover a produção de material didático para a educação básica;
- ♣ Problematizar a interseção entre as temáticas ambientais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.795, DE 27 de abril de 1999 (Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências).

BRASIL. Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 (Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) BRASIL. Base Nacional Comum Curricular.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. São Paulo: Papirus, 2015.

DOURADO, Juscelino; BELIZÁRIO, Fernanda (Orgs.) **Reflexões e práticas em educação ambiental**: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da educação ambiental**: da forma a ação. São Paulo: Papirus, 2020.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO, Carlos Hiroo. **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CASTELLAR, Sonia (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades interdisciplinares em Educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2013.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. São Paulo: Papirus, 2015.

MANSOLDO, Ana. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educação neste mundo em desequilíbrio?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

VESENTINI, José Willian (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. São Paulo: Papirus, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: - CCExt V

Carga horária total: 30 horas

Extensão: 30 horas

EMENTA

Ações extensionistas vinculadas a projetos que atendam aos saberes desenvolvidos nos demais componentes curriculares do curso de Geografia Licenciatura EAD em diálogo com a comunidade externa à universidade e que atendam a um dos eixos do Plano Nacional de Extensão Universitária: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio-ambiente; saúde; tecnologia e produção; ou trabalho. O componente curricular deve ser ministrado por pelo menos dois docentes do referido período.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver atividades de extensão que possibilitem uma maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa de maneira interdisciplinar em consonância com os conteúdos abordados no Curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do (a) discente;
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz de. **A extensão universitária e a democratização do ensino na perspectiva da universidade do encontro**/Rubya Mara Munhoz de Andrade. - 2019. 241. Tese (Doutorado) -programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. Disponível em https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/pluginfile.php/421303/mod_resource/content/1/Tese_Rubya%20Mara%20Munhoz%20de%20Andrade.pdf.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

NEVES Regina da Silva Pina; MUNDIM, Carina Maia de Castro (Org.) **Práticas formativas na Extensão Universitária: contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília**. Jundiaí: São Paulo: Paco Editorial, 2021[1].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF,

10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 04 set. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão**

Universitária. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 1998.

MELLO, Cleyson de Moraes; NETO, José Rogério Moura de Almeida; PETRILLO, Regina Pentagna. **Curricularização da Extensão Universitária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.[2]

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão**. Jundiaí- SP: PacoEditorial, 2019[3] .

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

7 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIAS DO BRASIL

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

O espaço brasileiro. Caracterização do território nacional quanto à sociedade, natureza e formação territorial.

OBJETIVO GERAL

Contextualizar o Brasil em relação à sua geografia física e humana. Dinâmicas sociais e físicas do campo e cidade no Brasil. O Brasil no contexto de globalização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar a sociedade e natureza do território nacional
- ♣ Discutir a formação territorial do Brasil
- ♣ Caracterizar a inserção do Brasil nas dinâmicas globais.
- ♣ Relacionar as fragilidades ambientais com questões sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COUTINHO, Leopoldo Magno. **Biomias brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental** no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSS, Jurandyr . **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BORMA, Laura de Simone; NOBRE, Carlos. **Secas na Amazônia: causas e consequências**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental** no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4730.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de geomorfologia** 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66620.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MENDONÇA, Francisco. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Augusto dos Santos. **Desafios contemporâneos para a Geografia do Brasil**. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2016.

Revista Brasileira de Geografia Física. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbqfe/index>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ZUCON, Otavio. **Introdução às culturas populares no Brasil**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2013.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Processos de regionalização do espaço mundial. Diferenças regionais mundiais. Políticas Regionais. Processos de Regionalização, Blocos Regionais Mundiais.

OBJETIVO GERAL

Discutir o processo de regionalização do espaço mundial segundo as articulações históricas que o determinam.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Fornecer subsídios para a compreensão do atual caráter universal da sociedade e do espaço;
- ♣ Estudar as diferenças regionais do mundo, enfocando suas desigualdades e suas repercussões no território;
- ♣ Refletir sobre a regionalização mundial;
- ♣ Analisar os processos de regionalização e integração da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandrini; CARRERAS, Carles (Org.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Globalização e processos de integração** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2020.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; SILVA, André Luiz Reis da. **Relações internacionais da Ásia e da África**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. **Da guerra fria à nova ordem mundial**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

JARDEWESKI, Cleiton Foster. **Espaço geográfico global** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

SILVA, Renada Adriana Garbossa. **Geografia política e geopolítica**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wpvxt/pdf/mariano-9788579837043.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA, Rodolfo dos Santos. **Espaço geográfico, economia e comércio internacional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA VI

Carga horária total: 60 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

Refletir sobre práticas de ensino de Geografia na interseccionalidade com as temáticas de Multiculturalismo; Diversidade cultural e educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a reflexão e materiais didáticos em Geografia que promovam o conhecimento e respeito à diversidade cultural, multiculturalismo e matrizes culturais brasileiras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Problematizar a formação territorial do Brasil a partir da diversidade cultural e étnica;
- ♣ Analisar o Programa Nacional do Livro Didático de Geografia quanto à diversidade cultural;
- ♣ Promover práticas pedagógicas de combate ao bullying.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Temas da geografia na escola básica**. São Paulo: Papyrus, 2015.

FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHEK, Neusa Maria; NEVES, Diogo Labiak. **Metodologia do ensino de Geografia**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. São Paulo: Papyrus, 2015.

MEDEIROS, Paulo César. **Epistemologia da geografia: elementos para apr(e)ender e ensinar a dinâmica do espaço**. Curitiba: InterSaberes, 2017.
SERPA, Angelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso-comum à Geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

VESENTINI, José Willian (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. São Paulo: Papyrus, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

Carga horária total: 135 horas

Carga horária de Estágio: 135 horas

EMENTA

A geografia no ensino médio. A problematização de metodologias de ensino. O aluno e o contexto escolar. A prática pedagógica.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar a prática docente na área de Geografia no ensino médio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver práticas pedagógicas para o Ensino Médio;
- ♣ Produzir e refletir sobre os planejamentos pedagógicos;
- ♣ Refletir sobre o ensino de Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do Desenho ao Mapa: Iniciação Cartográfica na Escola**. 5 ED. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

VESENTINI, José William (org.). **O ensino de geografia no século XXI**[livro eletrônico]. Campinas SP: Papirus, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARLOS, Ana Fani A (org.). **A geografia na sala de aula**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas (SP): Papirus, 2015.

FANTIN, Maria Eneida. **Metodologia do ensino de geografia** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2013.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula**. Ilhéus, BA: Editus, 2017. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/sc2b8/pdf/trindade-9788574555263.pdf>. Acesso em: 01 jul.2021.

VESENTINI, José William (org.). O ensino de geografia no século XXI. Campinas SP: Papirus, 2015.

8 SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Introdução à questão ambiental; Gestão pública do meio ambiente; Instrumento de gestão ambiental; Política de Águas; Gestão ambiental urbana.

OBJETIVO GERAL

Conhecer as políticas públicas de meio ambiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer a legislação ambiental;
- ♣ Diferenciar unidades de conservação;
- ♣ Refletir sobre os impactos ambientais em ambientes urbanos e rurais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CURRIE, Karem (e outros). **Interdisciplinaridade na prática**. Campinas: Papirus, 2016.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 19. São Paulo Saraiva 2018.

MENDONÇA, Francisco de Assis; DIAS, Maria Andreotti. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba: InterSaberes, 2019. (Série Educação Ambiental)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABELHA, Marcelo. **Direito ambiental**. 3. São Paulo Saraiva 2015 1 recurso online (Esquematizado).

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 recurso online

BELTRÃO, Antonio F. G. **Curso de direito ambiental**. 2. Rio de Janeiro Método 2014.

MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de direito ambiental**. São Paulo Atlas 2004

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito ambiental**. 2. Rio de Janeiro Método 2017.

PALAIÁ, Nelson. **Noções essenciais de direito**. 5. São Paulo Saraiva 2018.

REIS, Henrique Marcello dos. **Direito para administradores**, v.2 direito internacional público, econômico, comunitário e dos direitos humanos e direito internacional privado. São Paulo Cengage Learning 2012.

MACHADO, P.A.L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2000.

FIORILLO, C.A.P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Instituições de direito público e privado**. Rio de Janeiro Forense 2019.

SEGUIN, E. **O Direito Ambiental: Nossa Casa Planetária**. Rio de Janeiro, Forense, 2006.

REIS, Henrique Marcello dos. **Direito para administradores**, v.2 direito internacional público, econômico, comunitário e dos direitos humanos e direito internacional privado. São Paulo Cengage Learning.

MACHADO, P.A.L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2000.

FIORILLO, C.A.P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2009.

SEGUIN, E. **O Direito Ambiental: Nossa Casa Planetária**. Rio de Janeiro, Forense, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: Cartografia escolar

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Aplicações da cartografia escolar; elaboração de produtos cartográficos; materiais didáticos cartográficos; atualização de conhecimento cartográfico.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a formação acadêmica em relação aos conceitos e aplicações da cartografia escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Despertar o interesse e conhecimento geográfico relacionada à cartografia escolar.
- ♣ Estimular o desenvolvimento de produtos cartográficos direcionados ao público escolar.
- ♣ Promover ações que contribuam na formação de elementos norteadores da importância da cartografia escolar e a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). **Cartografia escolar**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SILVEIRA, Ricardo Michel Pinheiro. **Cartografia temática** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Rosângela Doin de(org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVEIRA, Ricardo Michael Pinheiro. **Cartografia geral** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

SILVEIRA, Ricardo Michael Pinheiro. **Cartografia temática** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

ZUQUETE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. **Cartografia geotécnica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Os fundamentos do Sensoriamento Remoto. Sistemas de Informação Geográfica. Sistemas de localização geográfica. O uso de geotecnologias na educação.

OBJETIVO GERAL

Fornecer as noções e os elementos básicos para utilizar GPS, Imagens de Satélites, e Gráficos na Educação

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer o histórico, conflitos e disputas políticas acerca dos sistemas de localização geográfica;
- ♣ Compreender Imagens de Satélites e SIGs
- ♣ Analisar recursos de geotecnologia no ensino de Geografia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GOMES, João Victor Pacheco CUBAS, Momyra Gutierrez. **Fundamentos do Sensoriamento remoto** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2021.

JARDEWESKI, Momyra Gutierrez; JARDEWESKI, Cleiton Foster; TAVEIRA, Bruna Daniela de Araújo. **Geoprocessamento: fundamentos e técnicas** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2020.

KUX, Herman; BLASCHKE, Thomas. **Sensoriamento remoto e SIG avançados: novos sistemas sensores: métodos inovadores**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Cláudio C. F.; NOVO, Evelyn M. L. M; MARTINS, Vitor S. **Introdução ao sensoriamento remoto de sistemas aquáticos: princípios e aplicações**. São José dos Campos: INPE, 2019. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/labisa/livro/res/conteudo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, Alex da Silva. **Introdução ao ambiente SIG QGIS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/metodos_e_outros_documentos_de_referencia/outros_documentos_tecnicos/introducao_sig_qgis/Introducao_ao_ambiente_SIG_QGIS_2e_dicao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

SAUSEN, Tânia Maria; LACRUZ, María Silvia Pardi. **Sensoriamento para desastres**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ANÁLISES POLÍTICAS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Origens e a evolução da geografia política, seus temas, conceitos principais, seus autores e obras clássicas. Geografia política e geopolítica. Espaço e poder. Velha e nova ordem mundial. Novos atores territoriais, globalização, estado-nação, nacionalismos e conflitos identitários.

OBJETIVO GERAL

Compreender Geografia Política e a Geopolítica. Conhecer os seus principais autores e obras clássicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Diferenciar geografia política e geopolítica;
- ♣ Identificar os principais conceitos e temas de geografia política;
- ♣ Analisar o Brasil e o Mundo a partir da geografia política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Geopolítica**: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: InterSaberes, 2017.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Wiviany Mattozo de. **Espaço geográfico mundial**. Curitiba: Contentus, 2020.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2010.

FROTA, André Francisco Matsuno. **Geopolítica**. Curitiba: Contentus, 2020.

KRUGMAN, Paul. **Economia internacional**: teoria e política. 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Sociedade e espaços contemporâneos e históricos do Continente Africano. A história do povo afro-brasileiro e africano na constituição social e cultural do Brasil. Contexto atual das comunidades e dos territórios quilombolas do país. Estudo de educação antirracista.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver conhecimentos sobre África e Brasil para a prática pedagógica antirracista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer a constituição física, social e histórica do continente Africano;
- ♣ Estudar o continente Africano moderno: grandes cidades, regionalizações e inserções nas dinâmicas mundiais;
- ♣ Reconhecer a influência da população de matriz africana na história, cultura e sociedades do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CHICARINO, Tathiana. **Educação das relações étnico-raciais**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

MACEDO, José Rivair (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. (orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/livros/rsnegro.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais. Brasília. SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

CHUEIRE, Lucia. **Religiosidades áfricas e ameríndias**. [livro eletrônico]. Religiosidades africanas e ameríndias. Curitiba: InterSaberes, 2021.

CRAVEIRO, Cecília Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (Orgs.). **Diretrizes curriculares nacionais para educação básica**: diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**: restaurando elos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOPES, Neil. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4ed. São Paulo: Sele Negro, 2011.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624090901/colonialidade.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano. História da África e afro-brasileira: em busca de nossas origens. São Paulo: Sele Negro, 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. [recurso eletrônico]. São Paulo: Selo Negro, 2014.

NEGREIROS, Dalila Fernandes de. Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/jvcnv/pdf/negreiros-9788568576946.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PETTER, Margarida; FIORIN, José Luiz (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua**. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRIGUES ABAD, Ernesto J. **Contos africanos**. São Paulo: Instituto Callis, 2012.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; SILVA, André Luiz Reis da. **Relações internacionais da Ásia e da África**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

SARDE NETO, Emílio. **História e culturas afro-brasileiras**. [recurso eletrônico] Curitiba: Contentus, 2020.

SARDE NETO, Emilio. **História e historiografia da África**. [recurso eletrônico. Curitiba: InterSaberes, 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
VISENTINI, Paulo [et.al]. **Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA VII

Carga horária total: 45 horas

Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas

EMENTA

Elaboração de projeto educacional a partir da utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética enfatizando os processos de comunicação, acesso e disseminação de informações, bem como produzir conhecimentos e resolver problemas na educação.

OBJETIVO GERAL

Promover a reflexão e produção de recursos didáticos com o uso de Tecnologias da Informação e Geotecnologias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer diferentes recursos tecnológicos, informacionais e geográficos para a prática pedagógica;
- ♣ Propor recursos pedagógicos com o uso de tecnologias informacionais;
- ♣ Promover o debate sobre tecnologias, inclusão e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALVES, Lynn; COUTINHO, Isa de Jesus (Orgs.). **Jogos digitais e aprendizagem**: fundamentos para uma prática baseada em evidências. São Paulo: Papyrus, 2017.

ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das inteligências múltiplas**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BALISKI, Patricia. **Encaminhamentos metodológicos para o ensino de Geografia**. Curitiba: InterSaber, 2016.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Ensino de geografia**: caminhos e encantos. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papyrus, 2015.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. São Paulo: Papyrus, 2015.

MATTAR, João. **Games em educação**: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SANTAELA, Lucia; NESTERIUK, Sérgio; FAVA, Fabricio (Orgs.). **Gamificação em debate**. São Paulo: Blucher, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). **Cartografia Escolar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

BELTHER, Josilda Maria (Org.). **Metodologia do ensino da Geografia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

JUSTINO, Marinice Natal. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docente**. Curitiba: InterSaber, 2013.

MACEDO, Lino (Org.). **Jogos, psicologia e educação**: teoria e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MENDES, Cláudio Lúcio. **Jogos eletrônicos**: diversão, poder e subjetivação. São Paulo: Papyrus, 2016.

SANTOS, Rosane Maria Rudnick dos; SOUZA, Sandra Mara Lopes de. **O ensino de geografia e suas linguagens**. Curitiba: InterSaber, 2012.

EMENTAS DE CCGS

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Aspectos naturais da América Latina; Populações autóctones da América Latina; O processo de colonização da América Latina; Regionalizações atuais da América Latina; Aspectos naturais; Biogeografia; Processos econômicos, sociais e históricos de RS; RS no contexto regional do espaço brasileiro.

OBJETIVO GERAL

Caracterizar os processos de formação e contemporâneos da América Latina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender a formação dos territórios e Estados da América Latina;
- ♣ Analisar a inserção da América Latina nas dinâmicas mundiais;
- ♣ Identificar os processos de integração regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Manuel Correia. **América Latina**: presente, passado e futuro.

TERRA LIVRE — AGB São Paulo pp. 140-148 n° 10 janeiro-julho 92. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/117>. Acesso em 26 jun. 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique [et al.]. **Sociedade civil e democracia na América Latina**: Crise e reinvenção da política. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2007. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/74psp/pdf/sorj-9788599662236.pdf>. Acesso em 26 jun. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio**

na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/campesinato-e-agronegocio-na-america-latina-a-questao-agraria-atual-livro-digital/>. Acesso em 26 jun. 2021.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: LPM, 2010. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblio

teca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/As-Veias-Abertas-da-America-Latina.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000016.pdf>. Acesso em 26 jun. 2021.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000061.pdf>. Acesso em 26 jun. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na

“América Latina”. Buenos Aires: Clacso; Niterói: Programa de pós graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em 21 jul. 2021.

JOHNSON, Guillermo Alfredo; SILVA, Marcos Antonio da. Estado e diretrizes das políticas públicas na contemporaneidade latino-americana. In: JOHNSON, Guillermo Alfredo; SILVA, Marcos Antonio da (Orgs.). **A América Latina contemporânea**: espectros, diversidades e seletividades.

Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/america_latina_contemporanea.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

KLIKSBURG, Bernardo. **América Latina**: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000139.pdf>. Acesso em 26 jun. 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.

OBJETIVO GERAL

Compreender o contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Refletir sobre a constituição dos Direitos Humanos;
- ♣ Problematizar os processos promotores de desigualdade social;
- ♣ Analisar a educação sob o viés das discussões de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FREI, Atieres Edemar. **Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais**. [livro eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. [livro eletrônico]. Campinas/SP: Papirus, 1994.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bussanezi. (Orgs.). **História da Cidadania**. 5ª Ed. [livro eletrônico]. São Paulo: Contexto, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CORTELLA, Mario Sergio; TAS, Marcelo. **Basta de Cidadania Obscena!** [livro eletrônico] São Paulo: Editora 7 Mares, 2018.

MELLO, Cleyson de Moraes; MOREIRA, Thiago. **Direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana**. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. [livro eletrônico]. Petrópolis: Vozes, 2016.

PATTO, Maria Helena (Org.). **A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver**. [livro eletrônico]. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PINSKY, Jaime (Org.). **Práticas de Cidadania**. [livro eletrônico]. São Paulo: Contexto, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Estudo histórico e historiográfico do Rio Grande do Sul. Os antecedentes indígenas. As relações do sul da América portuguesa com a região platina de ocupação espanhola e a formação da fronteira. O processo de integração à colônia portuguesa e ao mercado. Os processos de imigração. A formação política, econômica e sócio-cultural nos séculos XIX e XX. Problematização do ensino de História do Rio Grande do Sul na educação Básica.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os processos de formação do espaço do Rio Grande do Sul.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar a formação territorial do Rio Grande do Sul;
- ♣ Compreender o papel dos povos originários, africanos e afro-brasileiros na história do Estado;
- ♣ Compreender os mecanismos de inserção do Estado na economia nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARELI, (Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio. **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, CORAG, 2011. Disponível em: https://issuu.com/cultura_rs/docs/livro_digital/4. Acesso em: 26 jul. 2021.

MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15718/000682253.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Revista Digital Estudios Históricos. Centro de Documentación Histórica del Rio de La Plata. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/27155415-spgg-genealogia.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS. **Pré-história do Rio Grande do Sul**. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. São Leopoldo: UNISINOS, 2006. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000072.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias**: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação(mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Mestrado em Integração Latino Americana. Santa Maria, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9743/JulianaRossato.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. (orgs.). **RS negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivro/livros/rsnegro.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: GEOGRAFIA DO TURISMO E INOVAÇÃO NO ESPAÇO RURAL

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural. As novas ruralidades e potencialidades locais. Aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do turismo em espaços rurais. Inventário turístico de espaços rurais locais e regionais com vistas à elaboração de roteiros turísticos rurais.

OBJETIVO GERAL

Analisar a atividade turística como possibilidade de inovação no uso do território rural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar o turismo rural;
- ♣ Compreender o turismo como uma ferramenta de desenvolvimento social e territorial;
- ♣ Analisar novas ruralidades e seus contextos sociais, econômicos e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

SILVA, Daniel da. **De colonos do vinho a agricultores do turismo** [recurso eletrônico]. 2ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/de-colonos-do-vinho-a-agricultores-do-turismo/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Geografia aplicada ao turismo: fundamentos teórico-práticos**. Curitiba: InterSaber, 2014.

PORTUGUEZA, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento regional**. 3ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. Disponível em: <https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2017/08/agroturismo-e-desenvolvimento-regional-3-ed.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, José Teixeira (org.). **Geografia aplicada ao turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

BITENCOURT, Pedro César. **Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

FREITAS, Bruno. **Ribeirão São Vicente: panorama socioprodutivo e potencialidades para o turismo ecoturístico em Ituiutaba**. Ituiutaba: Barlavento, 2015.

MAGNUS, Thiago Duarte Pimentel; EMMENDOERFER, Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis. **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

PADILHA, Marcela do Nascimento. **Geografia do turismo**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: FORMAÇÃO HISTÓRICA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Os processos de construção histórica da independência, da formação política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República. Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.

OBJETIVO GERAL

Estudar os aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar a formação do território e do Estado brasileiro;
- ♣ Identificar os processos econômicos e políticos de formação do Brasil;
- ♣ Conhecer a história contemporânea
- ♣ Descrever a participação dos povos originários e afro-brasileiros na história, economia e cultura do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FELDMAN, Ariel. **História, historiografia e ensino de história**. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.
NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Renata Eliza de. **Formação do pensamento social, político e econômico do Brasil**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: HISTÓRIA DO ESPAÇO PLATINO

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teórico metodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata colonial. Expressões e disputas políticas na formação e estruturação dos Estados nacionais platinos. Relações de dominação e resistência nas sociedades platinas. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. O espaço platino no Ensino de História.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os processos de ocupação do espaço platino e suas consequências.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar a formação do espaço platino;
- ♣ Identificar a participação de povos originários e de matriz africana na configuração regional;
- ♣ Compreender os processos sociais, econômicos e culturais da região;
- ♣ Conhecer as dinâmicas regionais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processo de transfronteirização na bacia do Prata**. A tríplice fronteira Brasil-Argentina e Paraguai. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88615/000912864.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no rio da Prata (1822-1194)**. 2ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTI, Juliana Rossato. **Estabelecimento de Estâncias**: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Dissertação(mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Mestrado em Integração Latino Americana. Santa Maria, 2004. Disponível em:<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9743/JulianaRossato.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

Atlas Histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil- Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**.v. 48, p. 178-213, 2005. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Xx4w4rxPPBfX3FmWZHDtYfK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

LOPES, Gustavo Tonon. **Itaipu e a bacia do Prata**: dos conflitos à integração - Argentina, Brasil e Paraguai. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina São Paulo: 2013. Disponível em: file:///D:/Downloads/Gustavo%20tonon%20Lopes%20-%20Previa.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

MÉRCHER, Leonardo. **História política comparada da América Latina** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes,2015.

Revista Digital Estudios Históricos. **Centro de Documentación Histórica del Rio de La Plata**. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: MÍDIAS E EDUCAÇÃO

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

As interfaces existentes entre educação, comunicação e tecnologia e suas implicações na sociedade, no novo perfil de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A Educação a Distância e a Internet como modalidades de ensino e aprendizagem. A mediação e o desenvolvimento de projetos envolvendo o uso de

mídias, com ênfase no estudo, desenvolvimento e avaliação de abordagens inovadoras.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar os discentes para o uso das diferentes mídias nos processos de ensino e de aprendizagem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Refletir sobre as tecnologias da informação na educação;
- ♣ Conhecer recursos digitais para a prática pedagógica;
- ♣ Produzir práticas pedagógicas com ferramentas digitais;
- ♣ Promover o uso de tecnologias inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

MUNHOZ, Antonio. **Andragogia**: a educação de jovens e adultos em ambientes virtuais. Curitiba: Intersaberes, 2017.

SETTON, Maria da Graça. **Mídias**: uma nova matriz da cultura. In: SETTON, Maria da Graça. **Mídia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 13-29.

SPANHOL, Fernando; FARIAS, Giovanni; SOUZA, Márcio (org.). **EAD, PBL e o desafio da educação em rede**: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador. São Paulo: Blucher, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EAD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARTHA, Alice; AGUIAR, Vera. **Leitura e escrita no ciberespaço**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

TAROUCO, Liane; ABREU, Cristiane (org.). **Mídias na educação**: a pedagogia e a tecnologia subjacentes. Porto Alegre: Evangraf, 2017. 600 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169597>. Acesso em: 07 jul. 2021.

WUNSCH, Luana. **Tecnologias na Educação**: conceitos e práticas. Curitiba: Intersaberes, 2018.

ZANCHETTA JUNIOR, Juvenal. **Como usar a internet em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

Apresenta as principais teorias em que se fundamenta a educação para a paz a partir da concepção de paz como construto cultural e pedagógico. Explicita a educação para a paz como ação e desenvolvimento da competência comunicativa. Pontua os princípios que norteiam a vivência da educação para a paz numa instituição escolar. Analisa os principais conceitos a serem trabalhados durante o curso, tais como paz, violência e não-violência. Estudo de Direitos Humanos.

OBJETIVO GERAL

Oportunizar conhecimentos históricos da educação para a paz e sua aplicabilidade didática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer a história e estudos de caso da educação para a paz;
- ♣ Discutir as teorias e conceitos da educação para a paz;
- ♣ Relacionar a educação para a paz com o contexto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das setes cores: educando para a paz.** [livro eletrônico]. São Paulo: Contexto, 2005.

NUNES, Antônio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores.** [livro eletrônico]. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Mayta Lobo dos. **Resolução de conflitos: dialogando com a cultura de paz e o modelo multiportas.** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DAMIANI, Susana e outras. **Cultura de Paz: processo em construção.** [livro eletrônico]. Caxias do Sul/RS: Educs, 2017.

KARNAL, Leandro; COEN, Monja. **O inferno somos nós: do ódio à cultura de paz.** [livro eletrônico]. Campinas/SP: Papyrus – 7 Mares, 2018.

SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para a paz: olhares a partir da complexidade.** [livro eletrônico]. Campinas/SP: Papyrus, 2020.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; TEIXEIRA, Maira Lezilda. (Orgs). **Práticas educativas e cultura de paz: articulando saberes e fazeres.** [livro eletrônico]. Caxias do Sul: Educs, 2018.

TORREMORELL, Maria Carme Boqué. **Mediação de conflitos na escola: modelos, estratégias e práticas.** [livro eletrônico]. São Paulo: Summus, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ÉTICA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

A ética e suas interfaces com a realidade humana. O desenvolvimento (econômico, social, político...) das sociedades e a emancipação do ser humano. O meio ambiente enquanto condição *sine qua non* de possibilidade da vida do homem.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao aluno do curso de Geografia o debate, a problematização e o conhecimento a respeito da ética, razão e o conhecimento das sociedades e do meio-ambiente como fatores interrelacionados na construção da emancipação humana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Problematizar os conceitos de espaço social e natureza;
- ♣ Problematizar o conceito de desenvolvimento sustentável;
- ♣ Estudar os conceitos de ética, desenvolvimento e meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BELLO, Enzo (Org.). **Ensaio Crítico sobre cidadania e meio ambiente** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

CURRIE, Karen L. **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papirus, 2016.

NODARI, Paulo César; SÍVERES, Luiz; CALGARO, Cleide (Org.). **Ética, direitos humanos e meio ambiente** [recurso eletrônico]: reflexões e pistas para uma educação cidadã responsável e pacífica. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALBANUS, Livia Lucina Ferreira; ZOUVI, Cristiane Lengler. **Ecopedagogia: educação e meio ambiente**. Curitiba: InteSaberes, 2012.

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética e meio ambiente: construindo as bases para um futuro sustentável** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015.
MARIN, Karen Irena Dytz (Org.). **Meio ambiente inteiro** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

MENDONÇA, Francisco de Assis; DIAS, Mariana Andreotti. **Meio ambiente e sustentabilidade** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.

NODARI, Paulo César; BIASOLI, Fernando; CALGARO, Cleide (Org.). **Ensaio sobre ética, direito, educação, meio ambiente e cultura de paz** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: ESTUDOS DAS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO, GERACIONAIS RELIGIOSAS

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Estudos de identidade, igualdade, diferença, educação antirracista e direitos humanos. Diversidades e multiculturalismo na escola e no currículo. Relações de gênero, sexualidade e étnico raciais e geracionais na educação. Aproximação e análise da realidade escolar no que tange à promoção de práticas educacionais e institucionais que promovam o reconhecimento, valorização e emergência de ações voltadas para a diversidade.

OBJETIVO GERAL

Problematizar teorias e conceitos de identidade, igualdade, diferença, educação antirracista, diversidade geracional e direitos humanos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Refletir sobre as ações e conhecimentos relativos a educação antirracista;
- ♣ Compreender a diversidade e o multiculturalismo nas suas conexões com o currículo escolar.
- ♣ Analisar as políticas públicas voltadas para educação: formas de inclusão de populações de baixa renda, educação especial e juventudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CHICARINO, Tathiana. **Diversidade cultural**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

VIANA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**: breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABRAMOWICZA, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola [livro eletrônico]. Campinas SP: Papyrus, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José (org.). **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: METODOLOGIA CIENTÍFICA

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Os tipos de conhecimentos. Diferenças e relações entre conhecimento empírico e conhecimento de senso comum. Conceituação de ciência e método. A pesquisa na formação acadêmica e docente. Noções introdutórias sobre tipos de trabalhos acadêmicos/científicos e publicações: fichamento, resumo, resenha, ensaio teórico, comunicação e artigo científico (aspectos materiais e formais – regras institucionais da ABNT).

OBJETIVO GERAL

Apresentar os elementos teóricos e metodológicos que estruturam a produção do conhecimento científico na formação acadêmica e docente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Componente Diferenciar os tipos de conhecimento;
- ♣ Aplicar as normas e regras institucionais e da ABNT na elaboração de trabalhos acadêmicos;
- ♣ Elaborar um paper.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Arnaldo Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. (org.). **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica**: da teoria à prática [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CASTRO, Claudio de Moura

. **A prática da pesquisa**. 2ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 5ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARTINS, Vanderlei, MELLO, Cleyson de Moraes(coord.), AUTORES TOMAINO, Bianca [et. al]. **Metodologia Científica**: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; BISOL, Cláudia Alquati (org.). **Pesquisa em educação**: olhares históricos e filosóficos, reflexões sobre tecnologias e inclusão. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: DIREITOS EDUCACIONAIS DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente. A medida socioeducativa de internação (conceito e natureza jurídica e princípios orientadores). Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo.

OBJETIVO GERAL

Identificar o significado pedagógico das medidas socioeducativas aplicáveis em indivíduos infanto-juvenis (adolescentes, ou seja, inimputáveis maiores de doze e menores de dezoito anos) que incidem na prática de atos infracionais (crime ou contravenção penal), considerando o seu direito à educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os aspectos legais da educação escolar de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo;
- ♣ Conhecer a história da educação dos direitos de jovens e crianças;
- ♣ Problematizar a educação para jovens em atendimento socioeducativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

MAZIERO, Stela Maris Britto. **Sistema de garantia de direito da criança e do adolescente**. [livro eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.

NEVES, Gustavo Bregalda e outros. **Estatuto da Criança e do Adolescente: leis especiais comentadas para concurso**. 3ª Ed. [livro eletrônico]. São Paulo: Rideel, 2019.

OLYMPIO, Cleber. **Estatuto da Juventude comentado: considerações sobre a Lei nº 12.852 de 05 de Agosto de 2013. Esboço histórico, aspectos sociais e jurídicos sobre o Direito do Jovem. (Temas Especiais)**. [livro eletrônico]. São Paulo: Rideel, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARVALHO, Márcio Pinho de. **Execução de medidas socioeducativas**. 2. Ed. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Processo, 2020.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida e outras. **A violação dos direitos das crianças e adolescentes: perspectivas de enfrentamento**. [livro eletrônico]. São Paulo: Summus, 2014.

MELLO, Cleyson de Moraes; MOREIRA, Thiago. **Direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana**. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

NUNES, Antônio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores.** [livro eletrônico]. São Paulo: Contexto, 2011.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. **Dignidade da pessoa humana e os direitos das crianças e dos adolescentes.** [livro eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TRABALHO, IDENTIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Educação institucional moderna. Sociologia do trabalho docente. Feminização do magistério. Políticas neoliberais e profissionalização docente. Efeitos endereçamentos à identidade docente.

OBJETIVO GERAL

Fundamentar estudos sobre a profissionalização docente através do campo sociológico da educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Resgatar a historicidade da profissão docente;
- ♣ Analisar os mecanismos de regulação das políticas sobre o trabalho docente;
- ♣ Compreender as relações do trabalho imaterial na escola e na organização do trabalho pedagógico, escolar e docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GATTI, Bernadete A. **O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias.** Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho Docente, classe social e relações de gênero.** Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

_____, Jarbas dos S. Vieira e Maria Manuela A. Garcia (orgs.) – **Trabalho docente: formação e identidades.** Pelotas: Seiva, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FERREIRA, Liliana Soares. Gestão do Pedagógico: de qual pedagógico se fala? **Currículo sem Fronteiras**, v.8, n.2, pp.176-189, Jul/Dez 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12809220-Gestao-do-pedagogico-de-qual-pedagogico-se-fala.html>>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O trabalho docente na América Latina: Identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 29-39, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/>>

SHIROMA, E. O. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. M. (Org.). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Rio de Janeiro: PUC, 1999.

TENTI FANFANI, E. Consideraciones sociológicas sobre profesionalización docente. **Educación e Sociedade**, Campinas, v.28, n.99, maio/ago. 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Carga horária total: 30 horas

Carga horária Teórica: 30 horas

EMENTA

Desenvolvimento de pesquisa na área da licenciatura em geografia.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar os/as acadêmicos para a efetivação de trabalhos de pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver a reflexão teórica sobre categorias de análise do espaço Geográfico;
- ♣ Discutir o conhecimento Geográfico;
- ♣ Desenvolver o referencial teórico;
- ♣ Planejar os instrumentos metodológicos da pesquisa em Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Arnaldo Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. (org.). **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARTINS, Vanderlei, MELLO, Cleyson de Moraes(coord.), AUTORES TOMAINO, Bianca [et. al]. **Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; BISOL, Cláudia Alquati (org.). **Pesquisa em educação: olhares históricos e filosóficos, reflexões sobre tecnologias e inclusão**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Carga horária total: 60 horas

Carga horária Teórica: 60 horas

EMENTA

Continuidade dos projetos de pesquisa elaborados no TCCI.

OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar os/as acadêmicos/as para a efetivação de trabalhos de pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver métodos e instrumentos metodológicos na pesquisa em Geografia;
- ♣ Discutir o conhecimento Geográfico;
- ♣ Produzir um Trabalho de Conclusão de Curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CERVO, Arnaldo Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. (org.). **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica**: da teoria à prática [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 5ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARTINS, Vanderlei, MELLO, Cleyson de Moraes(coord.), TOMAINO, Bianca [et. al]. **Metodologia Científica**: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; BISOL, Cláudia Alquati (org.). **Pesquisa em educação**: olhares históricos e filosóficos, reflexões sobre tecnologias e inclusão. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

4 GESTÃO

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso, o Corpo Docente e a Tutoria.

4.1.1 Comissão e Coordenação de Curso

A Comissão de Curso é o órgão que planeja, executa e avalia as atividades pedagógicas, também propõe alterações curriculares e discute temas referentes ao curso. As atividades da comissão de curso são presididas pelo(a) coordenador (a). Os membros natos dessa comissão são os professores atuantes no curso e os membros eleitos democraticamente pelos seus pares: um representante discente e um representante dos servidores técnico-administrativos. O coordenador de curso é selecionado em processo seletivo simplificado para Coordenadoria de Curso, com dedicação de 20 horas semanais e validade de 4 anos. Cursos UAB não têm coordenador substituto.

O perfil do coordenador de curso é de um professor que ministra componentes curriculares no câmpus sede (São Borja) e com formação em Geografia. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Câmpus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC. Integram A comissão de curso é composta pelos professores: Nola Patrícia Gamalho, Gabriel dos Santos Kehler, Adriana Hartemink Canini, Juliana Lima Moreira Rhoden, Priscila dos Santos Peixoto, Sidnei Luís Bohn Gass e José Francisco Martins Borges.

A coordenação do curso⁹ tem a responsabilidade, conforme artigo 105 da Resolução nº05 de 17 de junho de 2010:

- I presidir a Comissão de Curso;
- II promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;
- III. encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;
- IV. formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação;
- V. elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso;
- VI. apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;
- VII. servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;
- VIII. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino
- IX. cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;
- X. assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Câmpus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;
- XI. representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da UNIPAMPA, quando couber;
- XII. relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena;
- XIII. atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação "in loco";
- XIV. providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula;
- XV. contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;
- XVI. orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
- XVII. autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica:
 - a) a matrícula em disciplinas eletivas;
 - b) a matrícula em disciplinas extracurriculares
 - c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas;

⁹ Nos cursos conveniados com a substituto.

UAB da UNIPAMPA não existe a figura do coordenador

- d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável;
- e) a mobilidade discente.

XVIII. propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso:

- a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula;
- b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes
- c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório;
- d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso;
- e) avaliação de matrículas fora de prazo.

XIX. providenciar:

- a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da UNIPAMPA;
- b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular;
- c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida;
- d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes;
- e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino;
- f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso.

XX. emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;

XXI. promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;

XXII. atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

O coordenador compõe o Núcleo Docente Estruturante do curso, a Comissão Local de Ensino e o Conselho de Câmpus e deve possuir experiência profissional no magistério superior.

O curso possui um site oficial, na página da UNIPAMPA, onde há o contato da coordenação. O coordenador é uma docente do quadro efetivo em tempo integral e dedicação exclusiva.

Para atendimento das demandas que envolvem os diversos atores do curso, a coordenação disponibiliza atendimento presencial, por e-mail, telefone, reuniões *meet* e *whatsapp*. A coordenação também realiza atendimento presencial nos polos, tendo nestes momentos, encontros com discentes, coordenadores de polo e tutores presenciais. A coordenação de curso apresenta semestralmente o planejamento de suas ações, com destaque para as ações de oferta do calendário acadêmico, ações de ensino, pesquisa e extensão, promoção de eventos acadêmicos e calendário de aulas presenciais e/ou remotas bem como as

demandas relativas à atualização do PPC, projetos e demandas da coordenação UAB. Além dos canais de comunicação mencionados, a coordenação de curso tem o Mural da Coordenação no Moodle, no qual mantém atualizada as ações, ofertas e orientações para os discentes. A agenda da coordenação inclui a oferta semestral e controle de repercurso, representação nas instâncias institucionais, organização de cronograma de encontros presenciais/síncronos dos discentes, atendimento às demandas da coordenação geral da UAB e das demandas curriculares dos discentes, assim como orientações aos tutores e docentes do curso.

Através das reuniões de Comissão de Curso e Pesquisas de Avaliação aplicadas pela CPA e pelo curso, tem-se os instrumentos para que a Coordenação de Curso faça as mediações entre docentes, discentes e tutores. A Coordenação realiza reuniões com tutores e discentes, levantando questões para discussão na Comissão de Curso. Essas ações têm como finalidade a melhoria contínua dos processos.

Para esse início de atividades, o curso conta com uma coordenadora Pró-tempore, a docente Nola Patrícia Gamalho, a qual possui formação em bacharelado e licenciatura em Geografia, Mestrado e Doutorado em Geografia análise territorial. Experiência de docência na educação básica, ensino superior e docência em licenciatura Ead UAB.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é proposta pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso. Suas atribuições constam do Regimento do NDE do Curso de Geografia Licenciatura EAD da UNIPAMPA (Apêndice B)

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é

o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discente e técnico.

O colegiado deve reunir-se com periodicidade semestral e os temas e encaminhamentos/resoluções devem ser registrados em ata e publicizados em endereço eletrônico do curso.

4.1.4 Corpo docente

O perfil do corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura EAD, deverá contemplar a vocação pedagógica e a qualificação docente de modo que o professor possa auxiliar o aluno a construir-se como cidadão e como sujeito capaz de formar formadores de opinião. Para tanto, considera-se fundamental além da formação específica na sua área de atuação e uma visão holística, o acúmulo de experiência profissional como professor (regência) nos diferentes níveis de ensino, com destaque para o ensino superior, bem como em cargos administrativos dentro da estrutura do ensino superior e/ou escola básica. De acordo com Nericí (1993, p. 67), o professor de ensino superior deverá ter especialização na disciplina a ser lecionada; ter formação científica adequada; ter visão profissional da sua disciplina, com regulares contatos e estágios em meios profissionais à mesma correlatos; possuir adequada formação didático-pedagógica e cultura geral; ser competente no uso das tecnologias informacionais; atualizar seus conhecimentos continuamente.

4.1.5 Tutoria

Tutoria é um importante recurso humano nos cursos EaD. Em cada um dos 5 polos onde o curso é oferecido há um tutor que atende aos alunos de forma virtual e presencial, sempre que for necessário. Já na sede do curso, no Campus São

Borja da UNIPAMPA, um grupo de 5 tutores está à disposição para atuar juntamente aos alunos, com os tutores localizados nos polos, mas, principalmente, para fazer a intermediação mais direta com os professores.

As atividades de tutoria atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular e são desenvolvidas a partir das ações dos tutores presenciais e a distância, que têm como principais atribuições a promoção de espaços de construção e compartilhamento coletivo de conhecimento, bem como o auxílio na elucidação de dúvidas através de fóruns de discussão do ambiente de aprendizagem virtual, através de aplicativos, mensagens instantâneas e videoconferências.

Assim, desenvolvem a mediação da comunicação de conteúdo entre os professores e os alunos, acompanhamento das atividades dos alunos de acordo com o cronograma do curso e apoio aos professores dos componentes curriculares no desenvolvimento das atividades docentes. Estabelecem contato permanente com os alunos e fazem a mediação das atividades. Participam do processo de avaliação dos componentes, sob orientação do professor responsável e acompanham a regularidade de acesso do ambiente virtual de aprendizado pelos alunos.

Aos tutores presenciais cabe o apoio aos alunos, quanto ao uso das tecnologias; e à coordenação do curso, nas atividades presenciais realizadas nos polos. Os tutores presenciais dão suporte nas visitas da coordenação do curso e dos professores aos polos. Nessas atividades, os tutores atuam na organização da aula, na comunicação com os acadêmicos e nos debates desenvolvidos nas atividades presenciais.

Os tutores são selecionados a partir de processos seletivos e devem ter formação na área de Ciências Humana/Educação e experiência na Educação Básica. Tanto a formação quanto a experiência corroboram em profissionais que conhecem o cotidiano da docência na educação básica, fornecendo significativo arcabouço de mediação pedagógica no atendimento e orientação aos alunos do curso EaD.

Tendo em vista o EaD como uma significativa inovação tecnológica na formação docente, a UNIPAMPA oportuniza periodicamente formações em Tecnologias da Informação aos tutores das graduações da Instituição.

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

4.2.1 Infraestrutura da Sede

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. As instalações do Câmpus São Borja são compostas de: construções recentes, divididas em dois prédios: Acadêmico, Prédio I onde se encontram as salas de aulas (todas equipadas com projetor de multimídia e computador) e os laboratórios supra citados. Já no Prédio II encontram-se os setores administrativos, secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro docentes por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais.

Ressalta-se que a instituição incentiva a implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, na graduação.

4.2.2 Infraestrutura dos polos

Os laboratórios disponibilizados pelos polos são mantidos pelas respectivas secretarias municipais de Educação.

- Polo Hulha Negra- Ampla possui sala com total acesso, uma biblioteca, local para estudo, sala de informática com 25 computadores, impressoras, *internet*, sala de secretaria, internet e banheiros. Para facilitar a acessibilidade, o polo conta com rampa e para atendimento a alunos com dificuldade de aprendizagem são realizados estudos programados com tutores presenciais.

- Polo Itaqui - Sala da coordenação, secretaria, biblioteca, sala de aula presencial, sala de tutoria, laboratório de informática com 42 máquinas, sala de conferência com capacidade para 300 pessoas, banheiro feminino e masculino sendo um adaptado e cozinha compartilhada. Sala da coordenação, secretaria, biblioteca, sala de aula presencial, sala de tutoria, laboratório de informática com 42 máquinas, sala de conferência com capacidade para 300 pessoas, banheiro feminino e masculino sendo um adaptado e cozinha compartilhada.

- Polo Cerro Largo possui biblioteca com capacidade para 20 pessoas, laboratório de Informática com capacidade para 30 pessoas, sala de multiuso com capacidade para 50 pessoas, 3 copiadoras, 30 computadores, 2 impressoras multifuncionais, 3 webcams, 30 fones de ouvido, 20 kits de projeção, 20 equipamentos de videoconferência.

- Uruguiana - Ao todo são 9 salas de aula distribuídas em um prédio de 3 andares com capacidade que varia entre 30 e 40 lugares por sala. Todas as salas possuem quadro branco, armário para *datashow*, mesa para o professor, ar-condicionado, iluminação adequada e janelas com cortinas que variam entre modelos *blackout* e persiana vertical. As salas recebem sinal de *internet* por *wi-fi* (rede local). O Polo possui 3 laboratórios de informática equipados com 35 máquinas com *internet* cada um. Todos os laboratórios possuem quadro branco, armário para *datashow*, bancadas em granito, ar-condicionado, iluminação adequada e janelas com cortinas *blackout*. Infraestrutura física que pode ser utilizada pelos cursos: - 9 salas de aula/salas de Projeção - 3 Laboratórios de informática - 1 Sala de Coordenações- 2 banheiros - Biblioteca* O prédio possui acessibilidade e serviço de Internet

- Polo Santiago- Possui amplo espaço físico, três salas de aula, dois laboratórios de informática, biblioteca e espaço para tutoria. Em todos os espaços há acesso à *internet* e ambiente climatizado. Há equipamentos para projeção nas salas de aula e nos laboratórios de informática.

4.2.3 Espaços de trabalho

Tendo em vista que parte dos docentes do curso é da própria instituição, estes têm seus espaços de trabalho conforme as distribuições nos campi, sendo que no Câmpus São Borja, os docentes compartilham salas próprias com no máximo três outros servidores docentes e espaço no qual dispõem de infraestrutura básica, tais como: equipamentos de informática, livros, ar condicionado, armários com chave para guardar documentos e equipamentos pessoais, entre outros. Os docentes que não integram o quadro de servidores da UNIPAMPA ocupam espaços próprios, sendo ainda que o Câmpus dispõe de sala coletiva de trabalho para os docentes, a qual tem mesas, cadeiras, computadores e armários e gaveteiros para armazenar os equipamentos pessoais e documentos. Destaca-se ainda, que na sala de coordenação do Câmpus São Borja, há espaço e equipamentos que podem ser compartilhados com os docentes que assim desejarem. O Câmpus UNIPAMPA tem laboratório de multimídia, de TV e rádio. Todos os espaços citados possuem as condições necessárias para a constituição de um ambiente qualificado para as atividades profissionais. Por fim, o Câmpus São Borja possui ambientes arejados, iluminados, com acústica adequada, comodidade e equipe de serviços gerais que realiza a limpeza e manutenção dos espaços.

A sala da coordenação do curso é ampla, arejada, com iluminação natural durante o dia. O espaço possui equipamentos de informática, cadeiras e mesas confortáveis, atendendo as necessidades do curso. Também há uma mesa de reuniões, destinada para este fim, permitindo assim tanto o atendimento individual como coletivo. A sala atende às necessidades tecnológicas de equipamentos de computadores e o Câmpus tem atendimento de técnicos em informática para instalar softwares para a execução das atividades de coordenação. Possui armários com chaves, sendo que dois são utilizados para a guarda e proteção dos documentos, e equipamentos de informática de uso comum e para guarda de utensílios e materiais de uso pessoal.

4.2.4 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus São Borja é uma biblioteca de caráter universitário, especializada na área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. O

acervo visa exclusivamente suprir as demandas de informação dos alunos, professores e funcionários do Câmpus, estando aberta também para consulta, a toda comunidade. Todo acervo da biblioteca é de livre acesso. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição.

Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, e-books, periódicos, multimídias, produções acadêmicas, folhetos, mapas, obras de referência e normas técnicas contemplando todos os cursos oferecidos no Câmpus de São Borja. A instituição conta com Repositório Institucional onde é armazenada toda a produção acadêmica.

A Unipampa tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), incluindo o Portal IEEE, o acesso pode ser realizado através das máquinas distribuídas em todo o Câmpus. Atualmente a UNIPAMPA conta também com a Plataforma Minha Biblioteca acessada através do Pergamum. ¹⁰ O Curso conta com a biblioteca digital Pearson.

Área física

Distribuição espaço físico

- Área total biblioteca: **524,94 m²**
- Área destinada ao acervo, setor de empréstimo e serviço técnico: **399,38 m²**
- Sala de consulta e pesquisa: **93,78 m²**
- Sala de trabalho em grupo: **3 salas totalizando 31,78 m²**

Horário de funcionamento

Segunda-feira à Sexta-feira: 8h – 12h e das 13h 30min às 17h 30min

Atendimento externo: 8h -21h15min

Local de funcionamento: prédio 1-Acadêmico do Câmpus São Borja

Recursos Humanos da biblioteca

- 1 bibliotecária (Dilva Carvalho Marques);

¹⁰ Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 08 set. 2020.

- 4 assistentes administrativos.

Serviços Oferecidos:

- **Consulta local das obras na biblioteca** - (acervo aberto, possibilitando ao usuário o manuseio do acervo), é oferecido à toda comunidade, não sendo necessário ter vínculo com a instituição, o usuário pode consultar as obras no local.

- **Empréstimo eletrônico domiciliar** - o empréstimo domiciliar é um serviço oferecido para alunos, professores e funcionários, e permite a retirada de material bibliográfico por período determinado.

- **Consulta, renovação e reservas ao acervo via WEB** - os alunos podem consultar os materiais disponíveis na biblioteca, fazer reserva e renovação através do link :<https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php>

- **Empréstimo entre bibliotecas** - o serviço permite o empréstimo de materiais entre as bibliotecas da Unipampa.

- **Portal de Periódicos Capes** - A Unipampa tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Para as comunidades que fazem parte da CAFe, o acesso remoto é feito na seção **Meu Espaço**. O acesso pode ocorrer nas dependências da universidade ou fora dela.

- **Acesso a e-books Springer** - coleção 2008 de livros eletrônicos da editora Springer, com aproximadamente 3.500 livros. Além de permitir acesso aos conteúdos, também dá direito à impressão ou “downloads” devido aos direitos autorais estarem inclusos no contrato. Acesso realizado através da página da biblioteca.

- **Acesso a E-books Minha Biblioteca** – a universidade firmou contrato com a plataforma de e-books *Minha Biblioteca e conta* com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum.

- **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos** - a orientação acerca de normalização de trabalhos acadêmicos pode ser realizada através do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: Conforme Normas da ABNT.

- **Ficha Catalográfica** – ferramenta para geração de ficha catalográfica para TCC, dissertação e tese.

- **Repositório Institucional** – são disponibilizados no repositório institucional Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

A biblioteca dispõe de obras para deficientes visuais.

Total do acervo

Títulos: 10.577

Exemplares: 41.824

Quadro 7: Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)

CLASSE	ASSUNTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
0	Ciência e conhecimento em geral. Organização do trabalho intelectual. Biblioteconomia. Publicações	932	3291
1	Filosofia. Psicologia	743	3555
2	Religião. Teologia	65	309
3	Ciências sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração pública e governo. Serviço social. Assistência social. Educação. Etnologia. Etnografia	5110	22210
5	Matemática e Ciências Naturais	212	1148
6	Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia	1134	3558
7	Artes. Recreação. Diversões. Esporte	432	1603
8	Língua. Linguística. Literatura	1396	3417
9	Geografia. Biografia. História	553	2733
TOTAL		10577	41824

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. CÂMPUS SÃO BORJA. BIBLIOTECA. Relatório 2021.

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado) - 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BR Office) Editor gráfico (CorelDraw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker) Área Física: 56,80 m² Situação: Em funcionamento. Os

laboratórios disponíveis para uso no Câmpus São Borja estão localizados no Prédio 1- Acadêmico.

4.2.5 Laboratórios

O Câmpus de São Borja possui os laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio jornalismo de jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados as trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de Geografia Licenciatura EAD, constitui-se num “laboratório de multimeios”. Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal). Possibilita uma formação interdisciplinar permanente do corpo docente do Câmpus, em que a técnica estará a serviço da educação e a educação terá instrumentos técnicos para fazer a transposição didática do conjunto de conhecimentos das respectivas áreas de Geografia Licenciatura de forma articulada e sistêmica. Essa dimensão educacional, educação e tecnologias levarão em conta as demandas da comunidade local e regional, principalmente a capacitação e formação permanente dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino. Para finalizar, cabe destacar também:

- Estúdio de televisão com tratamento acústico e sistema de iluminação. Este espaço conta com dois técnicos em audiovisual e um operador de câmeras (servidores: Alex Sire, Saryon Azevedo e Mauricio dos Santos);
- Sala de edição, espaço com computadores e software para edição de vídeo, sob cuidados do servidor Eduardo Martinez;
- Laboratório de Fotografia com estúdio para produções fotográficas e vídeo, sistema de iluminação, câmeras fotográficas e mesa still para produções de objeto (produtos) menores. Conta com a colaboração do servidor Ricardo Linhares;
- Laboratório de Rádio, com equipamentos e espaço adequados para a produção radiofônica, áudio e locuções de forma geral. O estúdio de rádio conta com a colaboração do servidor João Batista;

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucinéia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. v. 10, p. 83-92, 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de, e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109744/decreto-2494-98>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº4.281, de 25 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em:07 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05>. Acesso em 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 18 de junho 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 08 set. 2020.

Brasil. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11640.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007/2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Estabelece as normas para realização de estágios de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009.** Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.htm. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012.** Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12605.htm. Acesso em: 30 Jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018.** Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015/2018/2018/lei/L13666.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2013.666%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202018.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,e%20nutricional%20no%20curr%C3%ADculo%20escolar. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação Superior. **Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoa. **Instrução normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019**. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690>. Acesso em: jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**: educação é a base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/REA/14112017-REA-Instrucao-Normativa-DED-No-02-BOLSAS-UAB-REA.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 24/2015** – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 8/2012**. Análise do Projeto de Lei nº 3.153/2012, de emenda à Lei 9.394/96 (LDB), de autoria da Deputada Andreia Zito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10356-pceb008-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 15/2005**. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 564/2015**. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº CNE/CES nº 1363/2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 09/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 22/2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132991-sum011-19-parecer-cp-22-2019/file>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria GAB nº249, de 08 de novembro de 2018**, que Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: [https://uab.ufsc.br/files/2018/11/PORTARIA N%c2%ba 249 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018_Processo-seletivo-de-Bolsistas1.pdf](https://uab.ufsc.br/files/2018/11/PORTARIA_N%c2%ba_249_DE_8_DE_NOVEMBRO_DE_2018_Processo-seletivo-de-Bolsistas1.pdf). Acesso em 08 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/66431-portaria-normativa-11-pdf/file>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. **Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018**. Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Disponível em: http://www.in.gov.br/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35315134/do1-2018-08-03-portaria-normativa-no-742-de-2-de-agosto-de-2018-35315087. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016**. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 13 de maio de 2016**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41081-rces002-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2018**. Institui diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/96311-rcp002-18/file>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016**. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/23160645/do1-2016-06-28-orientacao-normativa-n-2-de-24-de-junho-de-2016-23160639. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: v. 5: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/sat/textos/80-388-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2012.

FORONCA, Eduardo; BRITO, Gláucia da Silva; ESTEVAM, Marcelo e CAMAS, Nuria Pons Vilardell. **Metodologias Pedagógicas Inovadoras**. Contexto da Educação Básica e da Educação Superior. Curitiba: IFPR, 2018. Volume 2.

GUIMARÃES, Amarildo Pinheiro. Prefácio. In.: FORONCA, Eduardo; BRITO, Gláucia da Silva; ESTEVAM, Marcelo e CAMAS, Nuria Pons Vilardell. **Metodologias Pedagógicas Inovadoras**. Contexto da Educação Básica e da Educação Superior. Curitiba: IFPR, 2018. Volume 2.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

GATTI, Bernardete; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

IBGE. **IBGE SIDRA**: banco de tabelas estatísticas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 01 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2016**: notas estatísticas. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB**: resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2020.

LICENCIATURA em geografia a distância. Disponível em: <https://www.ead.com.br/licenciatura-em-geografia-a-distancia>. Acesso em: 18 out. 2020.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MEC anuncia nova política nacional de formação de professores. **Nova Escola**, 18 out. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7041/mec-anuncia-nova-politica-de-formacao-de-professores-com-residencia-pedagogica-a-partir-de-2018>. Acesso em: 01 set. 2020.

NÉRICI, Imídeo. G. **Didática: uma introdução**. São Paulo: IBRASA, 1993.

NUNES, João Batista Carvalho; SALES, Viviani Maria Barbosa. Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/13.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

PONTUSCHKA, N. N. O perfil do professor e o Ensino/Aprendizagem da Geografia. In: **Cadernos CEDES** - centro de estudos educação e sociedade da UNICAMP. Campinas, São Paulo, nº 39, 1996, 57-64.

RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. **Prática como componente curricular**. Natal: UFRN; [s. l.]: FORUMDIR, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2016/37541-cne-seminario-formacao-professores-2016-apresentacao-06-marcia-gurgelpdf/file#:~:text=A%20pr%C3%A1tica%20como%20componente%20curricular%20%C3%A9%20pois%20uma%20pr%C3%A1tica%20que,algo%20no%20%C3%A2mbito%20do%20ensino.&text=Esta%20correla%C3%A7%C3%A3o%20teoria%20e%20pr%C3%A1tica,do%20ambiente%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20escolar>. Acesso em: 01 set. 2020.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? como avaliar?: critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2006.

Universidade Federal do Pampa. **Ciências humanas – licenciatura: projeto pedagógico de curso**. São Borja, 2019. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/handle/riui/133>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Diretrizes orientadoras para elaboração dos projetos pedagógico das licenciaturas da Universidade Federal do Pampa**. [Bagé]: 2011. Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011. Disponível

em: <https://sites.unipampa.edu.br/dpd/files/2011/04/diretrizes-ppc-licenciatura.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Elementos do projeto político-pedagógico de curso de graduação da UNIPAMPA**. [Bagé]: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/dpd/files/2019/09/elementos-ppc-graduacao_2019_13_09.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Plano de desenvolvimento institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/06/resolucao-246_2019-pdi-2019-2023.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 697, de 26 de março de 2010**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2011/02/portaria-697-comissao-propria-de-avaliacao.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011**. Proposição de comissão Especial *multicampi*.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_A_G0_2009.pdf. Acesso em 07 set. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010**. Regimento geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011**. Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2016/06/compilado-graduacao.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 80, de 28 de agosto de 2014**. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2018/10/res-80_2014-avaliacao-progressao-docente-alterada-pela-res-221-2.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 97, de 19 de março de 2015**. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 240, de 25 de abril de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 253, de 12 de setembro de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa.. **Resolução CONSUNI nº 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº328, de 04 de novembro de 2021. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 329, de 4 de novembro de 2021.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

Universidade Federal do Pampa. Resolução nº 332, de 16 de dezembro de 2021. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/12/res-332_2021-normas-extensao-e-cultura.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução CONSUNI nº 239**, de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

APÊNDICES

Recomenda-se a inserção dos seguintes apêndices quando se aplicar ao curso:

APÊNDICE A – Regulamento para inserção da extensão

APÊNDICE B – Normas de Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante

APÊNDICE C - Pesquisa com Discentes

Regulamento de Estágios

APÊNDICE D – Pesquisa com tutores

APÊNDICE E -Estágios -

APÊNDICE A: REGULAMENTO DE INSERÇÃO DA EXTENSÃO

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento estabelece as regras para a realização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Graduação em Geografia Licenciatura EAD e estão em consonância com a Resolução Nº 317 / 2021 Consuni – Unipampa e com Instrução Normativa Nº 18 / 2021 - Unipampa.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo único. São consideradas atividades de extensão, para fins de inserção curricular, as ações que promovam a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade externa, que estejam vinculadas à formação do(a) discente.

Art. 3º As ações de extensão universitária, para fins de inserção curricular, poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

I - PROGRAMA é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II - PROJETO é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;

III - CURSO é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;

IV - EVENTO são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Seção I

Requisitos para Inserção da Extensão no Curso Geografia Licenciatura EAD

Art. 4º As ações de extensão inseridas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura EAD por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) compõem, no mínimo, 10% da carga horária total do curso e possuem as seguintes características:

§ 1º Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão;

§ 2º Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV): são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão vinculadas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, com carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, ementa e no plano de ensino.

§ 3º A carga horária das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverá ser múltipla de 5 horas.

§ 4º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverão ter, explicitada no plano de ensino, o título e o número de registro da ação de extensão ao qual está vinculada, a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma, formas de avaliação e discriminação da carga horária atribuída à extensão.

§ 5º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

§ 6º Horas de estágio curricular obrigatório e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não podem ser contabilizadas como Atividade Curricular de Extensão.

§ 7º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 8º A carga horária de projetos de extensão relacionados a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente da mesma matriz curricular.

Seção II

Atividade Curricular de Extensão Específica - “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 5º A “UNIPAMPA Cidadã” é um programa institucional que será ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE).

§ 1º O “UNIPAMPA Cidadã” é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade.

§ 2º Nessa ação, os discentes da UNIPAMPA realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar aos discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes.

§ 4º O “UNIPAMPA Cidadã” implica a aquisição de saberes populares que uma pessoa do povo aprende com outra pessoa do povo em situação de igualdade.

Art. 6º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais objetivos:

I - promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;

II - estimular a autonomia dos discentes;

III - aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;

IV - estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Art. 7º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais características:

I - É uma atividade curricular de extensão específica (ACEE);

II – É uma atividade obrigatória, com carga horária total de 120 horas;

III - Deverá ser realizada por todos discentes do curso até o oitavo semestre do curso;

IV - Os discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;

V - As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;

VI - A instituição onde se realizará a UNIPAMPA CIDADÃ, o tipo / periodicidade do trabalho comunitário a ser realizado é de livre escolha do discente e deve ser acordado com a instituição, onde realizará o trabalho e o supervisor de extensão;

VII - o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

Art. 8º A metodologia para execução deste programa dar-se-á da seguinte forma:

I - Apresentação do programa aos discentes evidenciando características, objetivos, metodologia e relevância da ação;

II - Definição das instituições onde serão realizadas as ações;

III - Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas no PPC;

IV - A ação só poderá ser iniciada após a ciência e a aprovação do supervisor de extensão;

V - A comprovação da realização da ação ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;

b) relatório da atividade do discente, conforme o modelo em anexo;

VI - após avaliação dos documentos apresentados pelo discente, o supervisor de extensão emitirá parecer favorável ou não à aprovação da atividade;

VII - o supervisor de extensão, após avaliar e aprovar a atividade, deverá encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica para validação da carga horária.

Seção III

Supervisão de Extensão no Curso de Geografia Licenciatura EAD

Art. 9º A comissão de curso indicará um docente efetivo do curso para exercer a função de supervisor de extensão.

Art. 10º O supervisor de extensão tem as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o disposto no PPC;

§ 2º Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”;

§ 3º Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;

§ 4º Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 11º Para o exercício da função de supervisor de extensão serão alocadas 8 horas semanais de trabalho como encargo docente na modalidade gestão.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 12º O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único. No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 13º Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 14º Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 15º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 14, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 16º As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º O curso Geografia Licenciatura EAD realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único. A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 18º Para fins de integralização do currículo do curso será exigido o cumprimento da carga horária de extensão determinada neste PPC.

§ 1º Os discentes devem participar da equipe executora das ações de extensão para que a carga horária seja validada como ACE.

§ 2º As cargas horárias das ações de extensão utilizadas como ACE não serão consideradas no cômputo da carga horária de outras atividades da graduação.

§ 3º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento / validação das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) nas Secretarias Acadêmicas respeitando calendário acadêmico da graduação.

§ 4º No histórico acadêmico do(a) discente deverá constar a carga horária total das Atividades Curriculares de Extensão.

§5º Os(As) acadêmicos(as) do curso Geografia Licenciatura EAD deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o oitavo semestre (sugere-se definir um período, de modo a evitar o acúmulo de atividades no final do curso, ou indicar como pré-requisito para o desenvolvimento do TCC ou outro componente etc.).

Art. 19º Em caso de reingresso ou ingresso em outro curso, o discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária nas ações de extensão integralizadas anteriormente na UNIPAMPA.

Art. 20º Ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas anteriormente na instituição de origem.

Art. 21º Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do Câmpus.

MODELO DE RELATÓRIO – “UNIPAMPA CIDADÃ”

UNIPAMPA CIDADÃ	
Relatório	
Nome:	
Matrícula:	
Curso de Graduação:	Geografia Licenciatura EAD Câmpus: São Borja
Polo UAB:	
Data de entrega:	
Assinatura:	
INSTITUIÇÃO - ação foi realizada	
Nome:	
Endereço:	
Cidade / Estado:	
Responsável pela Instituição:	
Assinatura do Responsável pela Instituição:	
AÇÃO COMUNITÁRIA	
Período de realização:	
Carga Horária Total:	
Periodicidade:	
Público da ação:	
Número de pessoas alcançadas pela ação:	
Descrição do trabalho realizado:	

UNIPAMPA CIDADÃ	
Relatório	
REFLEXÕES SOBRE O “UNIPAMPA CIDADÃ”	
Descreva a importância da realização desta atividade para a sua formação pessoal e profissional.	
AValiação DO SUPERVISOR DE EXTENSÃO	
Considerações:	
Resultado: () Aprovado () Não aprovado	
Supervisor de Extensão – Nome:	
Assinatura:	

APENDICE B- REGIMENTO DO NDE DE GEOGRAFIA LICENCIATURA EAD-
UNIPAMPA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA- UNIPAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL- UAB
GEOGRAFIA LICENCIATURA -EAD
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

**REGIMENTO DO NDE DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA-EAD DA
UNIPAMPA**

Disciplina e define as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Geografia-EAD da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Considerando a Portaria MEC nº 147 de 02 de fevereiro de 2007, que cria o conceito de Núcleo Docente Estruturante;

Considerando o Parecer CONAES nº 4 de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

Considerando a Resolução da UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelece suas normas de funcionamento;

Considerando a Resolução da UNIPAMPA nº 5 de 17 de junho de 2010, que estabelece o regimento geral da UNIPAMPA

Resolve criar o Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Geografia Licenciatura- EAD da UNIPAMPA.

CAPÍTULO I- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Geografia Licenciatura-EAD da UNIPAMPA - Câmpus São Borja.

Art. 2º- A composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é proposta pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO II – DAS ATRIBUIÇÕES DO NDE

Art.3º- O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- I.Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- II.Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III.Conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV.Atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V.Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI.Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- VII.Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

VIII. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

Parágrafo único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

CAPÍTULO III – DA CONSTITUIÇÃO DO NDE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios:

- I. ser indicado pela Comissão de Curso;
- II. ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*;
- III. ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

Art. 5º- O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do curso.

Art. 6- Quando da composição ou alteração do NDE, essas devem ser aprovadas pelo Conselho do Câmpus, que através de seu representante máximo, deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

Art. 7- O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

Art. 8- A Coordenação de Curso deve obrigatoriamente ser membro do NDE.

Art.9 - O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu/sua Presidente(a) ou por solicitação da maioria dos seus membros.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PRESIDENTE(A), SECRETÁRIO(A) E MEMBROS DO NDE

Art. 10- O/A presidente(a) será escolhido(a) entre os membros do NDE. Compete ao(à) Presidente(a):

- I. Elaborar pauta, convocar e presidir as reuniões;
- II. Coordenar os debates, neles intervindo para esclarecimentos;
- III. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- IV. Definir, em comum acordo com os integrantes do NDE, grupos de trabalho, conforme as matérias a serem tratadas;
- V. Coordenar a integração do NDE com os demais colegiados e setores da instituição.
- VI. Contribuir com o colegiado do Curso para a ampla divulgação, no âmbito da Universidade, de experiências pedagógicas inovadoras desenvolvidas no curso.
- VII. Zelar pelo cumprimento das atribuições do NDE.
- VIII. Acompanhar e arquivar os Relatórios do NDE

IX. Na ausência eventual do(a) Presidente, a presidência do NDE será exercida pelo(a) secretário(a).

Art. 11- Compete ao(à) secretário(a) do NDE:

- I. Desempenhar as funções de presidência em ausências eventuais do(a) presidente(a);
- II. Apoiar a organização, redação e arquivamento dos documentos do NDE.

Art. 12- Compete aos membros do NDE:

- I. Participar, debater e votar as questões que estejam em pauta;

- II.Examinar, avaliar, aprovar e assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III.Atuar e coordenar grupos de trabalhos;
- IV.Encaminhar à presidência do NDE temas para apreciação, discussão e implementação;
- V.Cumprir e fazer cumprir o Regimento.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES DO NDE

Art. 13- O NDe reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de seu Presidente, pelo menos duas vezes por semestre e,extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria dos membros;

- I.A convocação dos membros será feita mediante aviso expedido pelo(a) Presidente(a), pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do horário agendado para início da sessão, com apresentação da pauta da reunião.
- II.Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o inciso primeiro deste artigo, desde que todos(as) membros do NDE tenham conhecimento da convocação e ciência do motivo da urgência.
- III.O quórum mínimo é de 50% dos participantes mais um. Constatada a falta de quórum, o início da sessão fica transferido para 15 (quinze) minutos e, após este prazo, funcionarão com maioria simples.
- IV.Sem o quórum mínimo a reunião será cancelada e reagendada.
- V.As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e em caso de empate, o(a) Presidente(a) terá voto de qualidade.
- VI.É obrigatória a frequência às reuniões do NDE. O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer, deverá justificar antecipadamente a ausência ou imediatamente após cessar o impedimento.
- VII.Após cada reunião a ata será redigida, encaminhada por e-mail institucional para os membros do NDE e após aprovação, será subscrita.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14- Os casos omissos, lacunas e/ou situações não previstas no presente Regimento serão resolvidos pelo NDE ou, diante da limitação deste, pelo Colegiado do Curso.

Art. 15 O presente regimento entrará em vigor imediatamente após aprovação pelo Colegiado do Curso.

APÊNDICE C- FORMULÁRIO DE PESQUISA COM OS DISCENTES

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD-
UNIPAMPA

Avalie as questões abaixo e responda conforme seu entendimento.

***Obrigatório**

1. 1- Qual a sua cidade? *

2. 2- Em qual semestre você está matriculado (a)? *

Marcar apenas uma oval.

- 1º semestre
- 2º semestre
- 3º semestre
- 4º semestre
- 5º semestre
- 6º semestre
- 7º semestre
- 8º semestre
- Repercurso
- Outro: _____

3. 3- Qual o seu Gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Não Binário
- Feminino
- Masculino
- Outro: _____

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

4. 4-Qual a sua faixa etária *

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- 30 a 35 anos
- 35 a 40 anos
- 40 a 45 anos
- 46 a 50 anos
- Mais de 50 anos
- Outro: _____

5. 5-Você tem filho(s)? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim, 1 filho(a)
- Sim, 2 filho(a)s
- Sim, 3 filho(a)s
- Sim, 4 filho(a)s ou mais.

6. 6- A sua principal fonte de sustento é: *

Marcar apenas uma oval.

- Emprego com carteira assinada.
- Trabalho informal/temporário.
- Trabalho autônomo ou empreendedor.
- Aposentado(a)/pensionista.
- Funcionário(a) Público
- Não exerço atividade remunerada.
- Outro: _____

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

7. 7- Você realizou o Ensino Médio em: *

Marcar apenas uma oval. Escola Pública Escola Privada

8. 8-Em que ano você concluiu o Ensino Médio? *

Marcar apenas uma oval. 2016 2015 2014 2013 2012 2010 2009 2008 2007 Anterior a 2007

9. 9- Qual a sua maior titulação? *

Marcar apenas uma oval. Ensino Médio Graduação Especialização Mestrado Doutorado Pós-doutorado

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

10. 10-Você tem acesso à internet fora do polo presencial? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. 11-O que levou você a optar por um curso na modalidade EAD? (pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

Não têm instituições Públicas de Ensino Superior no meu município/Região.

Maior facilidade de administrar o tempo de estudos.

A modalidade EAD facilita na conciliação entre Estudo e trabalho.

Por ser uma universidade pública e gratuita.

Por ser o curso que eu desejava cursar.

12. 12 -Por que você escolheu esse curso? (Pode assinalar mais de uma resposta) *

Marque todas que se aplicam.

Atendimento às minhas aptidões e interesses.

Possibilidade de aumento salarial com a graduação.

Ingresso no mercado de trabalho.

Prestígio social.

Influência de amigos e parentes.

Baixa concorrência de ingresso.

Gosto de estudar.

Outro: _____

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

13. 13-Você acessa os componentes curriculares a partir de quais equipamentos e locais *

Marque todas que se aplicam.

- Computador residencial
 Computador no polo
 Celular
 Tablet

Outro: _____

14. 14- Quanto tempo de estudos para os componentes curriculares você dispõe por semana? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 10 horas
 10 horas
 20 horas
 30 horas
 Mais de 30 horas
 Outro: _____

15. 15- Como você avalia sua aprendizagem? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
 Insuficiente
 Suficiente
 Muito bom/bem
 Excelente
 Outro: _____

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

16. 16- Quais recursos pedagógicos usados em aula mais colaboram com seu aprendizado? *

17. 17 -Como você avalia seu conhecimento em relação ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

18. 18- Como você avalia seu conhecimento dos planos de ensino das disciplinas? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

19. 19- Como você avalia o material didático utilizado no curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

20. 20- Suas expectativas em relação ao curso estão sendo atendidas? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

21. 21- Como você avalia a articulação entre a teoria e a prática profissional no âmbito da oferta de componentes curriculares do curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

22. 22- Como você avalia o processo de adequação dos conteúdos aos componentes curriculares e aos objetivos do curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

23. 23- Com você avalia a adequação dos conteúdos curriculares em relação à carga horária das disciplinas? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

24. 24- Os planos de ensino são disponibilizados no sistema moodle e possuem recursos para diálogos, dúvidas e/ ou sugestões? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

25. 25- Como você avalia o domínio e clareza dos docentes em relação aos conteúdos ministrados? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

26. 26- Existem atividades de recuperação paralela e recursos de atendimento aos alunos? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

27. 27- Como você avalia a/o tutor(a) presencial? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

28. 28- Como você avalia a/o tutor(a) a distância? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

29. 29 - Como você avalia a coordenação de Polo? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

30. 30- Como você avalia a infraestrutura do polo? Espaço físico para a realização das atividades do curso considerando critérios de iluminação, acústica, ventilação e disponibilidade de espaço e equipamentos por alunos: *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

31. 31- Você necessita de atendimento especial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

32. 32- Se você respondeu Sim, registre abaixo os recursos.

33. 33-Como você avalia a coordenação de Curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

34. 34 - Como você avalia o incentivo dos alunos à participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

35. 35-Como você avalia as atividades de estágio obrigatório? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente
- Outro: _____

36. 36- Como você avalia a realização do TCC? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

37. 37- Sobre a contribuição das aprendizagens construídas ao longo do curso para a formação profissional e cidadã: *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

25/03/2022 09:28

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA

38. 38- Como você avalia a secretaria acadêmica? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

39. 39 - Como você avalia sua satisfação com o curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Não existente
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom/bem
- Excelente

40. 40- Comentários e sugestões.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – PESQUISA COM OS TUTORES

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA -Tutores

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD-
UNIPAMPA -Tutores

Avalie as questões abaixo e responda conforme seu entendimento.

***Obrigatório**

1. 1- Você é tutor(a):

Marcar apenas uma oval. Presencial A distância

2. 2-Qual a sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval. 20 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos 36 a 40 anos 41 a 45 anos 46 a 50 anos Mais de 50 anos Outro: _____

3. 3- Qual o seu Gênero?

Marcar apenas uma oval. Não Binário Feminino Masculino Outro: _____

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA -Tutores

4. 4- Qual a sua maior titulação?

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

5. 5- Você exerce outras atividades de ensino?

Marcar apenas uma oval.

- Na rede pública municipal
- Na rede pública estadual
- Na rede pública federal
- Na rede particular de ensino
- Não exerce outra atividade de ensino.
- Outro.

6. 6- Qual o seu tempo de docência no magistério?

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- De 21 a 25 anos
- Mais de 25 anos.

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA -Tutores

7. 7- A tutoria que você exerce está vinculada à sua Graduação?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 8-Em média, quantos alunos você atende?

Marcar apenas uma oval.

De 10 a 20 alunos

De 21 a 25 anos

De 26 a 30 alunos

De 31 a 35 alunos

De 36 a 40 alunos

De 41 a 45 alunos

Mais de 46 alunos

9. 9- Como você faz a interação com os alunos?

Marque todas que se aplicam.

Plataforma moodle

E-mail

Redes sociais

Whatsapp

Encontro presencial

Mconf.

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA - Tutores

10. 10- Sobre os retornos dos fóruns e mensagens dos alunos,:

Marque todas que se aplicam.

- Lê e responde ok.
- Lê e faz comentários.
- Lê e sugere leituras complementares para o estudo.
- Lê e faz elogios.
- Não dá retorno.

11. 11-Sobre o diálogo com os professores:

Marcar apenas uma oval.

- É inexistente.
- Insuficiente
- Suficiente
- Muito bom
- Excelente.

12. 12-Os professores, ao iniciarem os componentes curriculares, expõem a metodologia que será utilizada?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Algumas vezes

13. 13-Os professores respondem prontamente as dúvidas

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Algumas vezes
- Outro: _____

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA -Tutores

14. 14-Os professores respondem as dúvidas por meio de:

Marque todas que se aplicam.

- Moodle
- E-mail
- Redes sociais
- Telefone
- Whatsapp

Outro: _____

15. 15- O tempo de resposta do professor aos seus questionamentos é: *

Marcar apenas uma oval.

- Algumas horas
- Um dia
- Dois dias
- De 3 a 5 dias
- Mais de 5 dias
- Não respondem

16. 16-A metodologia usada pelos docentes facilita seu trabalho com os discentes?

*

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Algumas vezes

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA -Tutores

17. 17-Você organiza e/ou participa de grupos de estudos com os alunos do polo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Algumas vezes

18. 18- Como você organiza as atividades de reforço de estudos dos alunos?

19. 19- Você tem dificuldade de desenvolver os conteúdos com os alunos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Algumas vezes

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA -Tutores

20. 20- No seu trabalho como tutor(a), quais dificuldades que os alunos mais relatam? *

Marque todas que se aplicam.

- Acesso a internet
- Acesso a plataforma moodle
- Acesso ao Guri
- Quantidade de conteúdos
- Falta de esclarecimento do professor
- Horário de atendimento ao aluno
- Horário de trabalho
- Prazo para realização das atividades
- Diálogo com a coordenação
- Diálogo com outros alunos
- Diálogo com professores.

21. 21-A coordenação contribui ajudando-os a sanar dúvidas junto ao corpo docente e órgãos da universidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Algumas vezes

22. 22- Quais metodologias de ensino você considera mais apropriadas aos alunos do polo? *

25/03/2022 10:18

Avaliação do Curso de Geografia Licenciatura EAD- UNIPAMPA - Tutores

23. 23-Quais sugestões você gostaria de dar as(aos)docentes?

24. 24- Quais sugestões você gostaria de dar à coordenação de curso?

25. 25- Comentários e sugestões.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE E -ESTÁGIOS

Modelo plano de aula

Modelo Plano de Aula – Geografia Licenciatura

Dados da Unipampa	
Componente curricular da (UNIPAMPA)	
Professor(a)	
Orientador (a)	
Dados da Escola	
Escola	
Série/ano	
Regente	
Dados da Aula/BNCC	
Competência(s) geral (ais)	
Competência(s) das Ciências Humanas	
Competência(s) da Geografia (Apenas no ensino fundamental)	
Habilidade(s)	
Objetos do Conhecimento (conteúdos)	
Objetivos (cognitivos, comunicacionais e socioemocionais)	Objetivo 1
	Objetivo 2
	Objetivo 3

Dados da Unipampa	
<p>Justificativa - Apresente a justificativa de sua aula, buscando evidenciar a relevância de serem abordados os temas e conteúdos selecionados. Indique também o contexto geral no qual a aula está inserida. Você pode localizá-la em uma temática mais ampla e/ou indicar em que momento ela poderia ser inserida.</p>	
<p>Tempo da aula</p>	
Dados da aula	
<p>Introdução - Como você abrirá o tema despertando a curiosidade de seus alunos?</p>	
<p>Desenvolvimento - a)Qual será a sequência de atividades que você propõe para a construção do conhecimento sobre o tema? b)Que estratégias pedagógicas você utilizará para desenvolver as atividades? c)Como poderá promover reflexão e conexão com outros conhecimentos? d)Quais ações por parte dos alunos são esperadas? Os alunos devem apenas assistir a videoaula? Ou há alguma atividade a mais para ser feita?</p>	
<p>Recursos – quais recursos serão usados? Livro didático? Exposição por projeção? Vídeos?...</p>	

Dados da Unipampa	
Fechamento -Como você concluirá a atividade? Como poderá promover a reflexão? Se possível, como poderá promover uma	
Avaliação: como você irá observar o processo de aprendizado?	
Referências Bibliográficas	
Lista de anexos – slides, material impresso, jogos..	

Critérios de Avaliação do estagiário

A AVALIAÇÃO PELO DOCENTE ORIENTADOR DO ESTÁGIO

CRITÉRIOS	NOTA	OBSERVAÇÕES
<u>Dimensão Organizacional:</u> Apresentou coerência entre o planejamento (objetivos, procedimentos e avaliação) e a atividade realizada.	1,0	
<u>Dimensão Conceitual:</u> Desenvolveu os conteúdos de forma interdisciplinar, com consistência lógica e com exemplificações que facilitaram a compreensão e a aprendizagem dos temas.	2,0	

CRITÉRIOS	NOTA	OBSERVAÇÕES
<u>Dimensão Pedagógica:</u> Realizou atividade de forma didática e acessível, demonstrando bom desempenho com as mídias digitais.	2,0	
Comprometimento, pontualidade, autonomia	1,0	
TOTAL	6,0	

Avaliação do/a Coordenador/a de Estágio - Relatório (4,0 Pontos)

Produção de um relatório contendo:

- 1) Capa e sumário;
- 2) Introdução;
- 3) Apresentação do Estágio
- 3) Redação/Reflexão/Análise do PPP, Regimento da Escola;
- 4) Atividades desenvolvidas - Descrição e apresentação de todas as observações e regências;
- 5) As aprendizagens desenvolvidas - Análise da prática pedagógica + problematização sobre como desenvolver as habilidades e competências da BNCC + Reflexão sobre o contexto escolar e ensino de Geografia.
- 6) Recomendações - que lições leva dessa experiência - Conclusão.